

# DO PASSADO AO PRESENTE:

*VOTO E INSTITUCIONALIDADE DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA  
(1991-2021)*

ORGANIZADORES

**ROBERTO RAMOS SANTOS  
REGINALDO GOMES DE OLIVEIRA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

**REITOR**

José Geraldo Ticianeli

**VICE-REITOR**

Silvestre Lopes da Nóbrega

**EDITORA DA UFRR**

**Diretor da EDUFRR**

Fábio Almeida de Carvalho

**CONSELHO EDITORIAL**

Alcir Gursen de Miranda  
Anderson dos Santos Paiva  
Bianca Jorge Sequeira Costa  
Fabio Luiz de Arruda Herrig  
Georgia Patrícia Ferko da Silva  
Guido Nunes Lopes  
José Ivanildo de Lima  
José Manuel Flores Lopes  
Luíza Câmara Beserra Neta  
Núbia Abrantes Gomes  
Rafael Assumpção Rocha  
Rickson Rios Figueira  
Rileuda de Sena Rebouças



Editora da Universidade Federal de Roraima  
Campus do Paricarana - Av. Cap. Ene Garcez, 2413,  
Aeroporto - CEP.: 69.310-000. Boa Vista - RR - Brasil  
E-mail: [editora@ufrr.br](mailto:editora@ufrr.br)

A Editora da UFRR é filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

**DO PASSADO AO PRESENTE: VOTO E  
INSTITUCIONALIDADE DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DE RORAIMA (1991-2021)**

*Roberto Ramos Santos*  
*Reginaldo Gomes de Oliveira*  
**Organizadores**



Boa Vista - RR  
2022

Copyright © 2022  
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.  
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Revisão Ortográfica**

*Maria Alves Albuquerque*

**Projeto Gráfico**

*Cezário Paulino Bezerra de Queiroz*

**Diagramação**

*Cezário Paulino Bezerra de Queiroz*

**Capa**

*Dhonnys Carlos da Silva Silva*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

D631 Do passado ao presente : voto e institucionalidade da Assembleia Legislativa de Roraima (1991-2021) / Roberto Ramos Santos, Reginaldo Gomes de Oliveira, organizadores. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2022.

246 p. : il.

Inclui Bibliografia.

Livro eletrônico.

ISBN: 978-65-5955-030-2

1 - Assembleia Legislativa. 2 - Poder legislativo. 3 - Memória histórica. 4 - Desempenho legislativo. I - Título. II - Santos, Roberto Ramos. III - Oliveira, Reginaldo Gomes de.

CDU - 328.34(811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:  
Shiridoill Batalha de Souza - CRB-11/573-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores

## Agradecimentos

Este livro resulta de atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa), vinculado à Universidade Federal de Roraima, na área de “Partidos, Eleições e Representação”.

A partir do projeto temático ALE-RR 30 Anos, nosso propósito foi construir uma obra de referência que pudesse oferecer ao público conhecimento reflexivo sobre a dinâmica do Poder Legislativo do estado de Roraima desde sua origem em 1991. Não seria possível realizar este estudo sem que houvesse a participação de alguns dos principais analistas do processo político estadual. Por este motivo, os organizadores desta obra agradecem o envolvimento e a contribuição na efetivação do projeto de Antônia Celene Miguel, Edileuson S. Almeida, Edla Sonaira Salazar de Oliveira, George Brendom Pereira dos Santos, Maria das Graças Santos Dias, Nelvio Paulo Dutra Santos, Reginaldo Gomes de Oliveira, Ricardo Borges Gama Neto e Roberto Ramos Santos.

Nossos agradecimentos se estendem ao professor e economista Getúlio Cruz com a realização do prefácio. À Assembleia Legislativa do estado de Roraima, na pessoa do seu presidente, deputado Soldado Sampaio, agradecemos o incentivo a esta publicação. À Fundação Ajuri, com o trabalho competente do diretor-executivo Ariosmar Barbosa e da assistente Rileuda Rebouças. A Pablo Sérgio Bezerra, Janderson Barbosa e Sônia Lúcia Nunes, o apoio recebido nos trâmites burocráticos para a confecção deste livro. Do mesmo modo, agradecemos a Cezário Paulino de Queiroz, Dhonnys Carlos da Silva Silva e a Maria Albuquerque o cuidado inestimável com a revisão e o processamento técnico dos originais.

À Editora da Universidade Federal de Roraima (EdUFRR), agradecemos a acolhida final e o precioso trabalho que tornou possível esta publicação.

## Lista de Siglas

ALE-RR	Assembleia Legislativa de Roraima
BASA	Banco da Amazônia S. A.
CEDDP/LGBT	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
NUPEPA	Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFRR	Universidade Federal de Roraima

## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>11</b>
Francisco dos Santos Sampaio	
<b>Prefácio</b>	<b>13</b>
Getúlio Alberto de Souza Cruz	
<b>Resumo histórico de Roraima: um projeto político inacabado (?)</b>	<b>22</b>
<i>O Território federal do Rio Branco e as mudanças estruturais</i>	
<i>Um novo Estado, um discurso antigo e velhos problemas para a governança</i>	
Nelvio Paulo Dutra Santos	
<b>Assembleia Legislativa de Roraima: 30 anos de história</b>	<b>40</b>
Antônia Celene Miguel	
<b>Mulheres, poder e democracia: participação política na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima</b>	<b>78</b>
Maria das Graças Santos Dias, Édla Sonaira Salazar de Oliveira e George Brendom Pereira dos Santos	
<b>Ambição política na Assembleia Legislativa de Roraima (1991-2021)</b>	<b>116</b>
Ricardo Borges Gama Neto	

<b>Composição partidária e representação parlamentar nas eleições para a Assembleia Legislativa de Roraima, 1990-2018</b>	<b>147</b>
Roberto Ramos Santos	
<b>Estratégias, produtos e suportes comunicacionais da casa do povo (1991-2021)</b>	<b>192</b>
Edileuson S. Almeida	
<b>Posfácio</b>	<b>240</b>
Reginaldo Gomes de Oliveira	
<b>Sobre os autores</b>	<b>244</b>

## Apresentação

No período em que celebramos os 30 anos de instalação da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), despertamos para a necessidade e a importância de preservar a memória histórica de um dos pilares da democracia, o Poder Legislativo em qualquer sociedade. Nessa perspectiva, a atual mesa diretora optou por incluir na estrutura organizacional um Centro de Documentação e Acervo Histórico que tem como uma de suas finalidades a manutenção de um espaço físico e virtual de memória de livre acesso ao público interessado.

Mesmo sendo uma história de apenas três décadas, a missão de resgatar marcos importantes que antecedem esse período e muitos outros que foram ocorrendo desde a posse dos primeiros 24 deputados estaduais constituintes, eleitos em 1990, promulgação da Constituição e tantos outros acontecimentos importantes que influenciaram de algum modo a realidade de nosso povo até os dias atuais.

Por conta disso, assim que recebemos a informação e o convite para participarmos da construção e publicação do projeto que culminaria com a publicação do livro, *Do passado ao presente: voto e institucionalidade da Assembleia Legislativa de Roraima (1991-2021)*, elaborado por um grupo de professores pesquisadores da Universidade Federal de Roraima (UFRR), cuja organização coube aos professores doutores Roberto Ramos Santos e Reginaldo Gomes de Oliveira, não tivemos dúvidas quanto à necessidade e à importância de um trabalho inicial, que oferece dados relevantes para a análise de quem tem interesse em conhecer e compreender a composição histórica da ALE-RR e suas ações, e repercussão na sociedade.

Para que tal projeto pudesse ser efetivado, formalizamos uma parceria com a Fundação Ajuri de Apoio ao Desenvolvimento da UFRR, que culminou com esta valiosa obra publicada por meio da Editora da UFRR. Esperamos que possa ser um marco referencial importante para pesquisas posteriores a serem realizadas em torno da história da ALE-RR.

Já para nós, deputados e deputadas estaduais que compõem a 8.<sup>a</sup> Legislatura, ter em mãos dados sistematizados de contextualização desses 30 anos, mesmo apenas sob os aspectos dos temas aqui abordados, possibilita-nos a imensidão de nossa responsabilidade, o que já foi realizado entre erros e acertos, e o que poderemos aprimorar no tocante às funções do parlamento estadual, no seu papel primário fiscalizador e na produção de leis visando à melhoria da qualidade de vida da população, primando sempre pela relação harmoniosa e autônoma entre os poderes.

Francisco dos Santos Sampaio (Dep. Soldado Sampaio)  
Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima

## Prefácio

Prefaciador um livro não é tarefa fácil, embora honrosa. Recebi com alegria o convite dos organizadores, os professores doutores Roberto Ramos Santos e Reginaldo Gomes de Oliveira, meus colegas da Universidade Federal de Roraima para escrever algumas linhas sobre este livro, pioneiro em Roraima e, por certo, para contribuir um pouco sobre a escassa literatura e estudos acadêmicos abordando a natureza do poder político estadual, como é exercido em um cenário de um Estado Federal já nascido sob ambiente de centralização, que, sem lugar à dúvida, reduz o espaço para o exercício da política nos estados federados. Talvez por isso seja tão raro encontrar pesquisas sobre como são exercidas as lideranças políticas locais, desde o tempo das Províncias, do tempo do Império até a consolidação da República Federativa no fim do século 19.

Em Roraima, essa centralização do exercício do poder político em mãos do Estado Federal é mais intensa e nítida do ponto de vista histórico. Fosse possível a marcação do fato histórico, e seus efeitos sobre a realidade concreta, poderíamos dizer que Roraima esteve sob intervenção federal desde 1943, com a criação do Território Federal de Roraima pelo governo autoritário de Getúlio Vargas até a nomeação do último governador Ruben Villar pelo presidente Fernando Collor, quando Roraima já se havia transformado em estado federado com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Foram 46 anos de intervenção direta, que colocou os nascentes líderes políticos locais como caudatários das decisões dos prepostos interventores nomeados pelos sucessivos presidentes da República.

A implantação do estado, com a posse do primeiro governador eleito, o brigadeiro da reserva da Aeronáuti-

ca, Ottomar de Sousa Pinto, no dia 1.º de janeiro de 1991, não arrefeceu o *animus* intervencionista da União Federal sobre a administração e o exercício do poder político local. Do ponto de vista imobiliário e fundiário, o novo estado continuou, e continua, hóspede em bens sob a administração da Secretaria do Patrimônio da União, um órgão de terceiro escalão do atual Ministério da Economia. Do ponto de vista fundiário, mesmo depois de impor ao novo estado-membro da federação um processo de territorialização, que sequestrou cerca de 93% da sua superfície para a criação de chamadas Áreas Protegidas, a estrutura burocrática do Estado Federal conseguiu postergar por mais de 30 anos a transferência à jurisdição estadual do patrimônio fundiário e urbano, conforme determinou a Constituição Federal em suas Disposições Transitórias.

O discurso recorrente de buscar o desenvolvimento econômico de Roraima, das novas e antigas forças políticas locais nascidas, especialmente com a chegada do estado, bem como o estabelecimento dos Poderes Legislativo e Judiciário, que ampliou a arena para o exercício do poder político local, explicitou o antagonismo de propósito entre os objetivos do poder político local e aqueles buscados pela burocracia do Estado Federal, mormente depois do fortalecimento dos Sistemas Internacionais de Meio Ambiente e de Direitos Humanos, neste caso na sua vertente indigenista. Enquanto o discurso do poder político local vai no sentido de exigir a implantação de infraestrutura de base para viabilizar o aproveitamento dos recursos naturais, a aparelhada estrutura burocrática federal vai em sentido oposto, isto é, tenta criar, a partir de Roraima, um exemplo de desenvolvimento ambientalmente controlado.

Dois exemplos servem para pontuar o conflito federativo explícito entre o poder político local e a estrutura burocrática da União Federal. O desejo de interligação do isolado sistema elétrico de Roraima com o sistema nacional

é sonho antigo da população local, vocalizado por seus líderes políticos e empresariais. O leilão que definiu o consórcio responsável pela construção e operação da linha de transmissão entre Manaus e Boa Vista realizou-se em 2011. Só agora, depois de mais de dez anos, entre idas e vindas, foi possível o consentimento dos indígenas para que a linha de transmissão cortasse os 122 km da BR-174 que atravessa a Terra Indígena Wamiri-Atroari. Agentes públicos e servidores da União Federal fizeram todos os tipos de manobra, inclusive recorrendo ao Judiciário para postergar o início do empreendimento. E conseguiram.

Outro exemplo da resistência da burocracia federal contra o exercício do poder político local em matéria fundiária, cuja gestão é fundamental para promover o desenvolvimento do estado, foi a decisão do Ministério Público Federal de Roraima, que se insurgiu contra a aprovação pela Assembleia Legislativa Estadual da Lei Estadual n.º 976/2014. Alegando que a legislação sobre assuntos fundiários era prerrogativa exclusiva da União Federal, os procuradores federais entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), sem conseguir o intento dada a decisão do Supremo Tribunal Federal de mandar arquivar o pleito. Na verdade, a cruzada dos procuradores federais contra a autonomia estadual na gerência de seus recursos fundiários vem desde a aprovação da Lei Estadual n.º 738/2009, a primeira tentativa dos políticos locais de criarem as regras gerais para a transferência de terras públicas do estado para a iniciativa privada como forma de integrá-las ao processo produtivo estadual.

O desempenho da Assembleia Legislativa de Roraima nesses seus 30 primeiros anos de existência tem de ser avaliado à luz das circunstâncias históricas que a cercam. Primeiro, à luz da tendência histórica do centralismo do poder político enfeixado pelo Estado Federal, cujo resul-

tado mais visível é a redução muito grande da capacidade legislativa de deputados estaduais e de vereadores. Por outro lado, em se tratando de Roraima, essa limitação é mais acentuada pelo longo período de intervenção do Estado Federal desde os tempos de Território Federal, quando os prepostos governadores nomeados “consentiam” pouco espaço para o exercício do poder político local. Na verdade, faziam acordos com distribuição de alguns privilégios com a elite de comerciantes e funcionários públicos mais graduados.

Assim, e sob esse cenário, é indiscutível que o surgimento da Assembleia Legislativa de Roraima tem sido fundamental nesses mais de 30 anos, como espaço para o exercício do poder político local com todas as suas limitações. Do ponto de vista de sua primordial função - legislar o ponto alto alcançado na breve história de existência da Assembleia Legislativa do Estado - foi a promulgação da Constituição Estadual em 1991, elaborada e discutida com a sociedade local, como deveria ser. A Carta Magna estadual outorgada pelos primeiros 24 deputados estaduais eleitos pelo povo roraimense para a Assembleia Legislativa do Estado, e não fica nada a dever às demais constituições dos outros 26 estados membros da federação brasileira.

Do ponto de vista da formação de um espaço para as discussões políticas que interessam ao povo roraimense, um ponto marcante na trajetória da Assembleia Legislativa de Roraima foi a grande mobilização realizada sob a articulação da Mesa Diretora que, em 2017, conseguiu levar a Brasília todos os principais líderes políticos e administrativos do estado para um périplo na Capital Federal para discutir com ministros, e com o Palácio do Planalto, uma extensa pauta de reivindicações que ia desde a questão ambiental/indigenista até o problema fundiário e a insegurança energética do estado. A leitura

daquela pauta explicitou o flagrante conflito federativo entre o estado membro e a União Federal cujas entranhas continuavam, e em certa medida continuam, o processo de tutela política sobre Roraima.

Quanto à função de fiscalização sobre os demais poderes, inclusive, como instância de discussão e aprovação das peças que compõem o processo de planejamento estadual, para além da criação de estrutura formal de acompanhamento e controle das despesas públicas, é digno de registro a criação, já na segunda legislatura, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cujo relatório final impediu que dezenas de máquinas e equipamentos de construção rodoviária pertencentes ao patrimônio público estadual – embora sem o devido tombamento – fossem desviadas para mãos privadas.

Sob qualquer visão, inclusive mais crítica, não resta dúvida quanto à importância da Assembleia Legislativa do Estado na história político-administrativa de Roraima nesses últimos 30 anos da caminhada em direção a nossa emancipação política como estado membro da Federação brasileira. A publicação do presente livro, para além de seu pioneirismo, mesmo com a escassez crônica de dados, traçou um retrato, ainda que inacabado, da trajetória das forças políticas locais para delimitar um espaço, se bem que exíguo, para o exercício do poder político estadual.

No primeiro artigo, por exemplo, Nelvio Paulo Dutra Santos aborda o nascimento do novo estado da federação brasileira, inserido em uma Amazônia historicamente disputada por europeus colonizadores entre si, tendo como cenário a luta dos indígenas contra a escravidão e a exploração das riquezas locais. O autor traz a lume a falta de recursos dos portugueses para manter a ocupação efetiva de um espaço territorial tão vasto, o que impulsionou os conquistadores à sólida aliança com os religiosos católicos na busca de uma governança para

administrar o território e sua gente. Foi em decorrência dessa aliança, só desfeita pelo Marquês de Pombal já na metade do século 18, que Roraima entrou na preocupação dos portugueses. De qualquer forma, o atual estado de Roraima passa a integrar a agenda da Coroa Portuguesa a partir da política de Pombal, especialmente com a fundação da Capitania de São José do Rio Negro e a construção do Forte São Joaquim. Ler o artigo de Nelvio Paulo é olhar pelo retrovisor da ocupação humana e econômica, especialmente do lavrado roraimense, incluindo a criação das Fazendas do Rei no Império e a intervenção direta do Estado Federal brasileiro, já na República, com a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943.

Antônia Celene Miguel, no segundo artigo, faz interessantes “Apontamentos sobre a Relevância do Legislativo Estadual”, em que insere o processo histórico de surgimento da Assembleia Legislativa de Roraima. É interessante ler a abordagem teórica que a autora faz sobre a importância do Poder Legislativo estadual, muito embora reconheça “que cada assembleia legislativa tem uma agenda política própria e uma pauta decisória que é particular de cada estado”. Ela faz uma radiografia das estruturas e das principais funções da Assembleia Legislativa de Roraima. Destaque especial no artigo é dado à pequena representatividade de mulheres na ALE-RR. Como sói acontecer em nível de Brasil, o número de mulheres eleitas está muito abaixo de representar o percentual de votos femininos em todas as eleições. O artigo faz um levantamento de hipóteses que podem explicar essa sub-representação. Outro ponto relevante levantado pela autora é a constatação de que a maior parte das leis aprovadas ao longo da existência da ALE-RR é de iniciativa do Poder Executivo, denotando a força desse poder em relação ao Legislativo.

Maria das Graças Santos Dias, Édla Sonaira Salazar de Oliveira e George Brendom Pereira dos Santos analisam, no 3.º Capítulo, a participação feminina na política a partir da conjuntura nacional e como contexto a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Falam da lei de cotas de gênero como ferramenta necessária para fazer exercer o direito das mulheres em sair da invisibilidade política, social e econômica. Partem de uma breve discussão teórico-metodológica para analisar os conceitos de gênero, poder e democracia. Traçam um breve histórico da participação feminina na política brasileira que, historicamente, sempre foi muito baixa relacionando-a com fatores sociais, culturais e econômicos. Fazem um olhar pelo retrovisor da história da participação da mulher na política brasileira à luz da evolução das leis e da participação concreta delas, tendo como marcos iniciais, a luta de Celina Guimarães Viana pelo direito de votar no Rio Grande do Norte (1928), com a eleição de Alzira Soriano em 1929, para governar a cidade de Lajes (RN). Ao final, os autores fazem uma breve digressão sobre a participação das mulheres na Assembleia Legislativa de Roraima, que teve uma mulher, a deputada estadual Noêmia Bastos Amazonas, a presidir sua sessão inaugural.

No 4.º Capítulo, Ricardo Borges Gama Neto faz um interessante passeio investigativo para tentar explicar que fatores motivam a ambição dos deputados estaduais que compuseram, ao longo dos últimos 30 anos, a Assembleia Legislativa de Roraima. E, por ambição política, o autor trata a busca de cargos quase sempre com maior relevância política por parte desses atores. Sem ter a pretensão de fazer conclusões científicas, o autor traça um perfil dos deputados e deputadas que integraram até hoje a ALE-RR, destacando suas votações e os cargos que disputaram em eleições para integrar o Poder Legislativo estadual. Aborda sumariamente a existência de grupos que se formaram na

política roraimense e destaca a performance de alguns líderes e liderados oriundos dessa formação. Discorre sobre a taxa de renovação de parlamentares na ALE-RR e a questão de suas ambições políticas progressivas e regressivas, citando exemplos concretos.

Roberto Ramos Santos, um dos organizadores do livro, é autor do 5.º Capítulo da obra. Especialista em análise dos partidos políticos no Brasil, ele faz uma digressão sobre a Composição Partidária e Representação Parlamentar expressas nas eleições no período de 1990-2018. Aborda as características do subsistema político estadual mensuradas pelos índices de volatilidade e fragmentação partidária no estado. Destaca o perfil dos eleitos desde a ocupação profissional, faixa de patrimônio, idade, local de nascimento e divisão por gênero e raça. Os números utilizados por Santos permitem, por exemplo, restar demonstrado que, dos 99 deputados eleitos para a ALE-RR no período, apenas 55,6% lograram renovar o mandato. O autor também ressalta que 41 partidos disputaram vagas no Poder Legislativo Estadual, e considerando o surgimento de alguns partidos e suas renomeações, 56,1% das legendas conseguiram obter 5%, ou mais, de votos. Conseguiram eleger representantes 73,2%, denotando a crescente fragmentação partidária vigente no estado. Santos ainda investiga a divisão ideológica dos partidos que compuseram o Poder Legislativo do estado e aponta para a prevalência de siglas de direita ao longo do período, que ele atribui ao clientelismo vigente na política local. Ao constatar que ao longo da história tem sido muita baixa a representatividade de negros e indígenas – nunca um índio foi eleito – no Parlamento estadual, Santos revela que a representatividade dos migrantes tem sido coerente com os números da migração para Roraima.

Partindo da premissa de que o Parlamento é “lugar de fala”, Edileuson Almeida, autor do 6.º Capítulo, faz um

minucioso levantamento da história da comunicação na Assembleia Legislativa de Roraima. Combinando textos e fotografia, o autor descreve a trajetória do esforço da ALE-RR em manter uma crescente interação com a população local e as demais instituições do estado, desde a escolha do primeiro assessor de imprensa, um jornalista que trabalhava quase sozinho e sem espaço físico definido, até chegar à situação atual, em que uma Superintendência de Comunicação dirige uma estrutura que envolve quase uma centena de profissionais, lotados em veículos da própria instituição. O autor faz uma síntese sobre a realização de cada um dos dirigentes que chefiaram a Comunicação da ALE-RR ao longo de sua trajetória.

O Posfácio do livro é escrito pelo professor Reginaldo Gomes de Oliveira, um respeitado especialista em Pan-Amazônia. Ele conclui que os capítulos deste livro conseguiram revelar aspectos da trajetória histórica e política que consolidaram o papel da Assembleia Legislativa de Roraima como instituição fundamental para o desenvolvimento do estado, quase único em razão de peculiaridades como a significativa participação dos indígenas na sua população e pela situação geográfica em uma tríplice fronteira.

Não é demais esperar que o presente livro venha a se transformar em referência e fonte de consulta para tantos quanto queiram conhecer nossa história, nosso presente e futuro.

Getúlio Alberto de Souza Cruz  
Professor da Universidade Federal de Roraima  
Coordenador do Núcleo de Estudos Comparados  
da Amazônia e do Caribe (NECAR)

## **Resumo histórico de Roraima: um projeto político inacabado (?)**

Nelvio Paulo Dutra Santos

### **Introdução: um estado jovem, uma história antiga, uma luta permanente**

Estado brasileiro criado em 1988, Roraima tem uma história que remonta a mais de dois séculos e meio. Essa singularidade mostra um processo histórico que foi não só complexo, mas também turbulento e mesmo sangrento. Como os historiadores defendem e preconizam, para ser decifrada e entendida, essa complexidade precisa atender a três orientações: a filosófica, a psicológica e a política. Ainda, tem-se de observar o entrelaçamento de três universos: o ambiente, a sociedade e a governança. Assim, neste capítulo, vamos abordar brevemente o papel histórico de um espaço amazônico, das diferenças culturais e sociedades que disputaram – e ainda disputam – esse espaço, inclusive seus recursos, e as entidades políticas, administrativas que foram impondo seu domínio às sociedades tradicionais e uma luta ideológica marcada pela dicotomia: poder central X poder regional. Em resumo, vamos, historicamente, identificar motivos das frequentes polêmicas locais e demandas legislativas, que invariavelmente têm conteúdo ligado ao ambiente, às sociedades tradicionais e, evidentemente, à governança.

### **Um espaço disputado**

A expressão “Amazônia” lembra, no senso comum, imensa floresta, grandes rios e imensa diversidade, inclusive cultural. Roraima tem tudo isso, e mais: campos,

montanhas, caminhos milenariamente percorridos além de proximidade com outros países. Sua história é marcada, logicamente, por disputas por sua gente, suas fronteiras e seus recursos. Na metade do século 17, Portugal, embora se tenha libertado do domínio espanhol, estava em plena decadência. Nesse tempo os holandeses, que tinham dominado parte do Nordeste brasileiro, fundaram colônias no norte amazônico, representadas hoje pelo Suriname e a Guiana. Através dos rios Tacutu e Branco, estabeleceram comércio com populações indígenas e não indígenas do rio Negro, chamando a atenção da administração portuguesa, então sediada em Belém do Pará. Os holandeses acabaram expulsos enquanto os espanhóis persistiram em invasões, apesar da existência de fortes, como o de São José do Rio Negro, fundado em 1669, origem da cidade de Manaus.

Por parte dos portugueses, o que se buscava era o índio para escravizar, levando principalmente para o Maranhão e Belém, o que tornou os campos de Roraima conhecidos. Contudo, Portugal não tinha até então recursos suficientes para defender e administrar a região e suas gentes, e teve de dividir a governança das populações indígenas amazônicas com as ordens religiosas, que disputavam entre si e com os colonos a administração dos indígenas. Nasceu assim, em 1686, o Regimento das Missões e, segundo esse, as populações nativas dos rios Negro, Solimões e Branco seriam vinculadas às missões carmelitas, enquanto em outras partes da Amazônia, atuavam os jesuítas, os mercedários e os franciscanos. Como praticamente todo o trabalho físico era feito pelo indígena, houve disputa entre religiosos e colonos; estes queriam escravos nas suas lavouras, enquanto os primeiros exploravam esses braços no extrativismo das denominadas “drogas do sertão”. Essa disputa durou do fim do século 17 até a metade do século 18, quando se estabelecem as

medidas do Marquês de Pombal, o poderoso ministro português.

Pombal expulsou religiosos, mandou erigir fortalezas, determinou o fim da escravidão dos índios, entregando a administração deles a leigos e militares, entre outras ações. Era o tempo da decadência da mineração do centro-sul brasileiro e de crise na economia portuguesa, mas foi uma época da valorização da Amazônia, administrada inicialmente do Maranhão e depois de Belém. Assim, foi reforçada a ação do Estado, aumentando a fiscalização para deter o contrabando, desenvolver a economia e aumentar a arrecadação, além de proteger as fronteiras. Em termos de ocupação e formação histórica, na segunda metade do século 18, o espaço do atual estado de Roraima saiu beneficiado, e dois fatos estruturantes ocorreram nesse período: a fundação da Capitania de São José do Rio Negro e a construção do Forte de São Joaquim.

A Capitania de São José do Rio Negro, que daria origem ao atual estado do Amazonas, teve como um de seus governadores Manuel Lobo d'Almada, administrador e geógrafo. São marcas de seu trabalho a edificação do Forte São Joaquim, na conjunção dos rios Urariquera e Tacutu, onde formam o rio Branco, e a introdução do gado bovino nos campos próximos. Ainda é atribuída a ele, a criação da primeira fazenda: São Bento, na margem esquerda do rio Branco. Duas outras fazendas seriam criadas depois pelas autoridades locais: São José e São Marcos. Todas tinham o estatuto de fazendas reais, e a cultura do gado bovino e a fortaleza fixariam ali um pequeno grupo humano de origem europeia, que se impôs às populações indígenas e daria origem a um segmento social dominante no futuro. Esse grupo adquiriu importância pela necessidade portuguesa de proteger as fronteiras amazônicas.

Assim, comandantes militares puderam formar fazendas enquanto os soldados eram incentivados a formar família com mulheres indígenas, com direito a acesso legal a um pedaço de terra conforme Simonian (2001).

No fim do século 18 e início do século 19, o mundo europeu seria sacudido pela Revolução Francesa e pelas reformas e invasões. Portugal foi ocupado por tropas napoleônicas, forçando a fuga da sua família real e parte de sua administração para o Brasil, o que causou mudanças estruturais de tal monta que proporcionaram sua independência e uma nova fase histórica. Assim, antigas capitanias passaram a ser províncias do Império do Brasil, sendo uma exceção a Capitania de São José do Rio Negro, cujo território compreendia os campos do Rio Branco, sendo vinculada à província do Pará. Outra revolução – a Industrial – estava impondo-se em todo o mundo, e a Região Amazônica seria nela envolvida como grande fornecedora de matéria-prima em ritmo e escala até então desconhecidos.

## **Uma sociedade dividida**

Na metade do século 19, o mundo amazônico vivia um novo tempo: milhares de indígenas, e posteriormente também migrantes nordestinos, extraíam produtos naturais cada vez mais no interior das florestas; centenas de navios a vapor transportam essa riqueza para o estrangeiro, e Manaus, um dos centros dinâmicos de sua economia, cada vez mais, vai comprar carne e couro de seu principal fornecedor: os campos do Rio Branco. As fazendas desses campos vão ampliar-se e se multiplicar, solidificando uma sociedade cujas estruturas ainda são visíveis na atualidade. Em 1850, o Amazonas consegue sua autonomia, transformando-se em província imperial,

em plena fase de crescimento exponencial da extração da borracha, sendo criada a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, com sede na Fazenda Boa Vista, fundada em 1830. A esses dois fatos, um político e outro econômico, somar-se-ia um terceiro: a grande seca no Nordeste, principalmente depois de 1870, e isso tudo mudaria completamente a história da Amazônia e de Roraima. É importante anotar a atuação do primeiro governante do Amazonas, Tenreiro Aranha, em favor do Rio Branco, como o apoio à pecuária, à migração de mão de obra especializada, e cuidados na defesa das fronteiras. Ainda no século 19, em 1889, houve a Proclamação da República, e mudanças histórico-estruturais profundas ocorreriam na Amazônia, afetando profundamente a vida na região.

O mercado de Manaus, graças à economia da borracha em expansão, foi cada vez mais absorvendo a produção dos campos do Rio Branco. Militares do Forte São Joaquim, funcionários públicos, migrantes nordestinos e alguns comerciantes vão transformando-se em fazendeiros. A tradição atribui a um desses oficiais militares, Inácio Lopes de Magalhães, a fundação da Fazenda que deu origem a Boa Vista, atual capital de Roraima. Inácio Magalhães e outros patriarcas da época deram origem às famílias tradicionais roraimenses, que vão formando alianças políticas e avançando sobre as terras indígenas e públicas. No entanto, o motor das transformações foi de natureza política no bojo das novas estruturas de matriz republicana, isto é, a descentralização do poder, instituída, principalmente, com o regime republicano. Contudo, o poder central sempre manteve o domínio em uma relação muitas vezes conflituosa com o poder regional. Outros conflitos pela posse ou propriedade da terra, acesso a produtos naturais, com os minérios, ou direitos, foram agudizando-se à medida que a economia e a máquina estatal se expandiam.

## Conflitos e desigualdades

É necessário destacar aqui o alcance das medidas governamentais republicanas: elas vão, aos poucos, não só estruturando uma administração regional, mas também favorecendo tanto o surgimento como a consolidação de grupos de interesse, como proprietários rurais, comerciantes e altos funcionários. Pode-se dizer que o maior passo nesse sentido, em termos históricos, foi dado após a criação do município de Boa Vista em 1890, a aprovação da Constituição de 1891 e outras medidas como o Decreto n.º 4 do governo do Amazonas de 16 de março de 1892 (FARAGE, 1991). Esse decreto possibilitou a regulamentação da ocupação fundiária do então estado do Amazonas, permitindo a expedição de títulos de terras ocupadas antes de 1889 no período imperial. Assim, fazendeiros do novo município de Boa Vista fizeram mais de uma centena de regularizações de terras situadas no rio Branco, a grande maioria na sua margem direita, sendo constantes os conflitos com os indígenas.

No início do século 20, a produção da borracha amazônica, em razão da concorrência britânica, entra em decadência enquanto a mineração manual avança cada vez mais para o interior. Na mesma época, a Ordem Beneditina se instala em Boa Vista em 1909 e, no ano seguinte, o governo federal criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O extrativismo mineral e da balata vai tomando espaço da pecuária, cujos representantes vão dedicando-se ao financiamento dessas atividades e ao comércio, havendo embates pela dominação da mão de obra indígena e pela posse de terras. A par disso, como registra Eggerath (1924), havia o negligenciamento da agricultura e o alto índice de doenças e problemas alimentares básicos, como uma dieta pobre. Foi, sobretudo, uma época de conflitos:

comerciantes locais x empresas de Manaus, líderes religiosos e locais. Na década de 1930, houve a descoberta e o avanço da exploração de diamantes na Serra do Tepequém e também uma grande epidemia que dizimou muitos rebanhos de gado bovino. Na década de 1940, mudanças administrativas radiais ocorreriam, promovidas pelo governo central, enquanto conflitos se aguçavam, tendo sempre presentes sociedades indígenas, empresários locais e religiosos como protagonistas.

### *O Território Federal do Rio Branco e as mudanças estruturais*

Em 1940, em plena Segunda Guerra e a ditadura do Estado Novo (1937-1945), a atenção do governo federal volta-se para a Amazônia, tendo o presidente Vargas visitado Manaus e Belém. Em seus discursos, evidenciou a necessidade de modernizar a economia da região e protegê-la de invasões estrangeiras (BAHIANA, 1991); mas a marca da mudança foi principalmente com a criação de diversos órgãos estatais, como Serviço Especial de Saúde Pública; o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia; o Banco de Crédito da Borracha, hoje o Banco da Amazônia S. A. (BASA) além de outros. Em 1943, ocorreu o que autores como Bahiana (1991) e Freitas (1997) classificam como a medida mais concreta em termos de resultados estruturantes para a região: a criação dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco (atual estado de Roraima) e Guaporé (atual estado de Rondônia), de Iguaçú e o de Ponta Porã por meio do Decreto-Lei n.º 5.812 de 13 de setembro de 1943 (BRASIL, 1943).

No tocante a Rio Branco, a situação social e econômica era preocupante, de acordo com Araújo Cavalcanti (1949), técnico federal que acompanhou o primeiro governador nomeado, Ene Garcez, durante a estruturação

do governo, tendo elaborado o Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Rio Branco. Cavalcanti registrou fatos como a escravidão de crianças indígenas e um comércio onde eram aplicados preços abusivos e a extração de madeira de forma predatória. Relata também o atraso na agricultura e na pecuária, pois a mineração atraía mais o interesse dos fazendeiros, e acentuava a falta de braços, segundo ele, o principal obstáculo ao desenvolvimento da região de “imenso vazio”. Ressalta, ainda, que só o governo federal teria recursos para resolver os problemas da região e de sua população.

Em 24 de julho de 1945, pelo Decreto-Lei n.º 7.775, são criados pelo presidente Vargas diversos órgãos administrativos do Território Federal do Rio Branco e cargos correspondentes: Governo, Secretaria Geral, Divisões de Saúde, de Assistência à Maternidade e Infância, de Educação, de Produção de Terras e Colonização, de Obras, de Segurança, de Administração Geral e a de Geografia e Estatística. Em termos históricos, essa legislação pode ser identificada como um dos fatos estruturantes do nascimento do atual estado de Roraima.

Ainda no fim de 1945, o Estado Novo de Getúlio Vargas findou-se, e no ano seguinte, foi aprovada uma Constituição Federal no bojo da redemocratização que se impôs, mas o Território Federal do Rio Branco permaneceu, bem como grande parte da sua estrutura administrativa, e mais importante: com a redemocratização, houve no Brasil a ascensão de grupos políticos regionais e locais, praticamente inexistentes em Roraima. É importante registrar que a Constituição Federal de 1946, no seu artigo 199, estabeleceu que a Amazônia se beneficiaria de 3% da receita nacional (BAHIANA, 1991) e cada Território passou a ter direito a eleger um deputado federal. No caso roraimense, por um tempo, o deputado, bem como o governador, era obrigatoriamente aliado do senador

maranhense Victorino Freire, mas aos poucos, líderes locais vão firmando-se, bem como uma nova classe de poder político: o burocrata, isto é, o administrador, fosse civil, fosse militar.

Boa Vista, uma típica cidade amazônica situada na margem direita do rio Branco, foi transformada em capital territorial, passando de um porto de embarque de gado para Manaus e sede de algumas casas comerciais a um centro administrativo, com um traçado moderno. Até então, o interior era pontilhado por algumas pequenas povoações, havendo na década de 1950, a fundação de algumas colônias, sem muito sucesso. Contudo, a partir de 1964, grandes mudanças ocorreriam com a implantação do regime militar, cuja geopolítica considerava o Território como de grande importância estratégica, assim como se estabeleceram planos de ocupação e desenvolvimento para toda a Amazônia. Entre 1965 e 1967, o governo federal desenvolveu o que se chamou “Operação Amazônia”, iniciando uma série de medidas visando proteger e desenvolver a região, ocupando-a “racionalmente” e integrando-a a outras partes do país. Boa Vista, novamente e em escala maior, passou a sediar estruturas e órgãos técnico-administrativos federais, com dezenas de novos edifícios públicos e centenas de residências funcionais aumentando exponencialmente sua população ao mesmo tempo que rodovias federais vão sendo abertas no interior e a colonização avança.

Para os teóricos geopolíticos militares, como o general Meira Mattos, a abertura de rodovias ocupava um lugar central, já que estariam ligadas ao domínio do espaço, à integração nacional, à defesa das fronteiras e ao desenvolvimento. Em sua obra *Brasil, geopolítica e destino*, em que traça a trajetória para desenvolver e transformar o Brasil em potência mundial até o ano 2000, Mattos (1975)

afirma que a “conquista” da Amazônia deveria ocorrer por rodovias uma vez que a navegação fluvial enfrentaria obstáculos intransponíveis. Fato concreto é que Boa Vista ficava parte do ano isolada de Manaus graças às Cachoeiras do Bem-Querer no Rio Branco, o que só mudou após a abertura da BR-174.

Enquanto a Rodovia BR-174 e a BR-210 (conhecida como Perimetral Norte) avançavam pelo interior e projetos de colonização vão sendo implantados às suas margens, grandes mudanças surgem na esfera administrativa. A partir de 1969, de acordo com Freitas (1993), os Territórios Federais passam a ser beneficiados diretamente pelo Decreto-Lei n.º 411, de 8 de janeiro de 1969 (BRASIL, 1969), inclusive com aumento substancial de recursos em reforma que retirou verba dos estados. Eram tempos não só ditatoriais, mas também de estabilidade e desenvolvimento induzido por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) além de outros projetos que visavam promover a integração nacional e regional e o desenvolvimento com foco especial na Amazônia. Graças a essas grandes mudanças, algumas estruturantes, no ambiente, na sociedade e na governança de Roraima, surgem ou se agudizam conflitos, mas é inegável que houve grandes progressos também, principalmente entre 1969 e 1974. Sobressai nesse período a administração de Hélio Campos (1967-1970 e 1970-1974), que cooptou líderes locais com cargos administrativos e apoio para dezenas de jovens estudarem nas grandes capitais, adquirindo casas de apoio em Belém e Manaus, enquanto centenas de casas para funcionários eram construídas além de diversos prédios administrativos.

Em 1979, conforme Freitas (1993), Roraima e Boa Vista apresentavam mudanças visíveis, e a capital transformara-se em canteiro de obras, com bairros novos, além da instalação de um câmpus universitário vinculado à Universidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Migran-

tes buscando oportunidades, como um lote rural ou emprego, chegavam a toda a hora enquanto muitos técnicos vinham incorporar-se à administração, beneficiados com a gratuidade de moradia, água e luz, e transporte urbano, além da saúde pública melhorada. Até então, havia dois municípios: a capital e Caracaraí, mas isso mudaria logo.

Hélio Campos criaria raízes políticas em Roraima, sendo escolhido, depois de seu último governo, como deputado federal pelo Território. Seus sucessores, no entanto, enfrentaram problemas de monta. Após 1974, o Brasil enfrentou, com grande parte do mundo, a “crise do petróleo”, tendo o orçamento federal logicamente refletido o novo momento. É importante destacar aqui: a abertura de estradas em terras indígenas causou problemas que se refletem ainda hoje, e a racionalização administrativa federal encontrou resistências, principalmente de proprietários rurais. Por outro lado, melhoraram as relações com os países amazônicos vizinhos, sendo assinado o Pacto Amazônico em 1978. A partir do ano seguinte, nova crise econômica levaria à decadência do regime militar brasileiro, com inevitáveis reflexos políticos regionais, mas em Roraima, os projetos governamentais tiveram continuidade embora com alguns conflitos.

Na verdade, conflitos entre a administração federal e as forças locais não eram novidade. Exemplos disso não faltam: a migração de colonos em massa e a implantação do *Programa de Ação do Governo para o Território de Roraima 1975-1979* encontraram forte resistência de líderes. Nesse último caso, o motivo foi a desqualificação de títulos de glebas de antigos proprietários. Essa questão antecipa um problema atual, o da legislação sobre seu espaço pelos diferentes níveis de poder: o nacional e o local. Por outro lado, o enfraquecimento do regime militar brasileiro foi acompanhado de ascensão de grupos regionais e locais,

inclusive com uma reforma eleitoral que beneficiou as regiões Nordeste e Norte e os Territórios. Era uma abertura política forçada, que acabou levando à redemocratização do país em 1985 e, conseqüentemente, à descentralização de poder. Esse processo foi contínuo e irreversível, e amplamente visível em Roraima, principalmente na década de 1980.

Até 1978, os Territórios Federais tinham dois deputados federais, mas esse número dobrou em 1982, ano em o governo federal criou sete municípios em Roraima, todos eles junto de rodovia federal e das estaduais recém-abertas, cujas novas colônias vizinhas atraíam milhares de colonos, principalmente nordestinos. Outras populações, bem como comerciantes, estavam sendo atraídas pela mineração, principalmente do ouro, supervalorizado na crise internacional. O processo de colonização, avançando para a floresta, a abertura de estradas e a mineração provocaram problemas com as populações indígenas, ainda hoje pendentes, bem como chamaram a atenção de ecologistas. De outro lado, a máquina pública foi ampliando-se. Assim, foi-se abrindo um dos espaços de ascensão política para líderes locais, na maioria, oriundos de outros estados, como alguns antigos administradores, civis e militares.

Vinculados ao Ministério do Interior, os Territórios Federais administravam segundo o Decreto-Lei n.º 411/1969 (FURLEY, 1994). O Decreto-Lei, no artigo 2, diz que deveriam ser criadas condições para o desenvolvimento econômico, social e político para que os Territórios fossem elevados à categoria de Estados federativos. Da mesma forma, já estava delimitado o espaço político subalterno dos líderes locais, tradicionais ou não, mas, em Roraima, isso vale mais para o período anterior a 1979,

graças, principalmente, à ação dos governadores, principalmente Ottomar de Souza Pinto (1979-1983). Militar pernambucano, Ottomar implantou uma política de cooptação de algumas forças locais, apoiando a migração. Foi eleito em 1990 o primeiro governador do novo estado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), derrotando grupos políticos locais e o ex-governador territorial Romero Jucá (1988-1989), apoiador do garimpo, que disputou as eleições pelo PDS.

Em 1988, de acordo com o artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da nova Constituição, Roraima passou à condição de Estado federativo, sendo mantidos seus limites geográficos e instalado em 1990, ano de eleições gerais para escolha de governador, de oito deputados federais, três senadores e vinte e quatro deputados estaduais da nova Assembleia Legislativa. Começava uma nova época para Roraima, mais que isso, um tempo de esperança para os líderes e a população em geral, mas novos e grandes desafios já se mostravam presentes.

*Um novo Estado, um discurso antigo e velhos problemas para a governança*

Quem visitasse Roraima no início dos anos 1990 veria mais que um estado em construção: cenas como explosão urbana, principalmente na capital, milhares de ex-garimpeiros e novos migrantes, dezenas de bairros e novas repartições, e, notadamente, fortes e visíveis divisões políticas. Os ex-governadores Ottomar e Jucá, ambos oriundos de Pernambuco, lideravam grupos políticos a que se opunham grupos locais, mas havia outra disputa, ainda não resolvida, envolvendo o acesso e o direito à

exploração das terras, públicas ou indígenas, embora artigos específicos da Constituição Federal (BRASIL, 1988/2016) tratem das questões. Um resumo da situação pode ser feito por meio dos números das primeiras eleições do novo Estado.

Dados do TSE registram que 68.720 eleitores compareceram às urnas em 1990 (NICOLAU, 1998; OLIVEIRA, 1991). Eram 17 partidos registrados formando alianças; 6 candidatos a governador; 21 ao Senado, 55 à Câmara dos Deputados e 236 à Assembleia Legislativa. Destaque-se que as vagas para deputados federais eram agora oito e, principalmente, nenhum senador ou deputado federal eleito era roraimense de nascimento, nem o governador e seu vice, bem como um pouco mais de dois terços dos deputados estaduais, o que confirma que Roraima era uma terra de fronteira no sentido histórico-político. Registre-se, ainda, que 7 dos deputados estaduais eleitos eram antigos vereadores da capital, Boa Vista, o que demonstra, além de certo enraizamento, uma dominância histórica, calcada em números, pois a capital sempre concentrou mais de 2/3 da população do estado e, evidentemente, a maioria do eleitorado.

Dominante é também o discurso, repetitivo, de que se o novo estado, rico em recursos naturais, não tinha e não tem arrecadação para manter sua máquina administrativa, a solução seria a exploração das riquezas naturais, sem o controle imposto pela legislação federal, em especial a Constituição de 1988, ao mesmo tempo que se falava sobre o “perigo da internacionalização da Amazônia”.

Em outras palavras, temos aqui uma síntese de elementos, já referidos, obrigatórios quando estudamos história: ambiente, sociedade e governança, que estão obrigatoriamente entrelaçados no processo. No entanto, se a Constituição Federal estabelece limites para atividades

exploratórias, ela fortaleceu o Legislativo, já que o Executivo depende de apoio parlamentar mais disponível em estados onde menos votos elegem mais parlamentares, caso de Roraima. Mais do que isso: o estado, o de menor população no Brasil, certamente é campeão em valor de representação legislativa federal, pois, em 2020, com a população estimada em 631.181 habitantes (IBGE, 2020), elege, além de três senadores, oito deputados federais que representam um forte peso político, motivo de insatisfação de representantes de estados maiores na Câmara dos Deputados. Enquanto isso, internamente, continuam as críticas a artigos da Constituição, como o 225, 231 e 174, que tratam do Ambiente, dos indígenas e do garimpo respectivamente, enquanto não se vislumbra uma legislação estadual compatível com a lei maior.

Ao contrário, a atuação da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) desenvolve-se em diversas ações que beiram o populismo, a exemplo de cursos e campanhas, bem-vindos pela população, mas ignora a necessidade de compatibilidade hierárquica, visando ao longo prazo. Um exemplo: em janeiro de 2021, o governo estadual aprovou na ALE-RR uma lei facilitando o acesso e autorizando o uso de mercúrio nos garimpos de Roraima, mas suspenso pelo Supremo Tribunal Federal que, em parecer legal, afirma que o texto da referida lei é uma: “[...] afronta à competência da União para estabelecer normas gerais sobre o tema”, segundo reportagem no Jornal Folha de S. Paulo de 20 de fevereiro de 2021 (SALDAÑA, 2021, p. 21).

A relação entre o Estado soberano e o Estado autônomo poderia ser diferente, com relações amadurecidas nesse espaço de 30 anos. Um exemplo: logo depois das eleições de 1990, foi formada, na então recém-criada Assembleia Legislativa, uma Comissão de Assuntos Fundiá-

rios e Indígenas, mas, até hoje, os problemas nessas áreas persistem. Em resumo, o Legislativo estadual não apresentou progresso substancial digno de nota em termos de governança, seguindo mais uma linha de confronto com as forças contrárias ao extrativismo, públicas ou não, e sem organizar uma agenda própria de desenvolvimento não predatório.

## **Conclusão**

O processo histórico-político de Roraima, longo e descontínuo, explica, em parte, as dificuldades de um Estado em se desenvolver não só economicamente, mas em equilíbrio sociopolítico e sem depredar os recursos naturais. Mais que isso: no presente, pelas evidências do dia a dia, temos visto mais conflitos que perspectivas otimistas. Como dizem os acadêmicos, se a evolução de um Estado, soberano ou não, depende de certa harmonia entre o ambiente, a sociedade e a governança, as evidências apontam esta última como a responsável pela necessária, e até revolucionária, mudança. Eis a tarefa gigante e aparentemente improvável, em curto e médio prazos, do Legislativo roraimense: após trinta anos de história de desencontros, equilibrar as relações de autonomia com o Estado soberano, atentar para o ambiente e as populações tradicionais, ao mesmo tempo favorecer o desenvolvimento. Ainda há tempo.

## **Referências**

BAHIANA, Luís Cavalcanti da Cunha. O Norte na organização regional do Brasil. In: IBGE. *Geografia do Brasil: região norte*. Rio de Janeiro, 1991, v. 3, p. 15-23.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.ºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n.ºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n.º 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.812 de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassu. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, seção 1, p. 13731, 15 set. 1943.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 411, de 8 de janeiro de 1969. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 217, 9 jan. 1969.

CAVALCANTI, José Maria dos Santos Araújo. *Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia., 1949.

EGGERATH, Pedro. *O vale e os índios do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anpocs, 1991.

FREITAS, Aimberê. *A história política e administrativa de Roraima: 1943-1985*. Manaus: Calderaro, 1993.

FREITAS, Aimberê. *Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros*. 2. ed. Boa Vista: Corprint, 1997.

FURLEY, Peter. Land use pressures and resource exploitation in the 1990s. In: FURLEY, Peter (Org.). *The forest frontier: settlement and change in Brazilian Roraima*. Londres: Routledge, 1994. p. 185-211.

IBGE. *Cidades e estados*. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Dados eleitorais do Brasil 1982-1996*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

OLIVEIRA, Laucides. O estado. *Diretrizes*, Boa Vista, Ano 1, n. 2, jan./fev. 1991.

SALDAÑA, Paulo. Ministro do STF suspende lei que autoriza uso de mercúrio no garimpo em Roraima. *Folha de S. Paulo*, 20 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/02/ministro-do-stf-suspende-lei-que-autoriza-uso-de-mercurio-no-garimpo-em-roraima.shtml>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SIMONIAN, Lúcia T. L. *Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA/UFGPA, 2001.

# Assembleia Legislativa de Roraima: 30 anos de história

Antônia Celene Miguel

Apontamentos sobre a Relevância do Legislativo Estadual

## 1 Introdução

Este capítulo aborda a atuação da Assembleia Legislativa de Roraima na perspectiva da literatura que trata da importância de estudos sobre o legislativo estadual. O estudo apresentado é de caráter exploratório, não se trata de uma avaliação de desempenho institucional.<sup>1</sup> O objetivo é apontar a relevância da Assembleia Legislativa para compreender a dinâmica da política local e verificar em que medida a realidade desse legislativo estadual reflete problemas e desafios próprios do Poder Legislativo no Brasil.

O texto está organizado da seguinte forma: primeiro apresentamos os argumentos de alguns autores, destacando a importância do legislativo estadual por suas funções e a necessidade de estudos sobre essa esfera de poder. O segundo tópico trata do contexto histórico do surgimento da Assembleia Legislativa de Roraima. No terceiro tópico, abordamos a questão da representatividade feminina no legislativo estadual. No quarto tópico, tratamos de delinear ações e desafios da Assembleia Legislativa de Roraima na perspectiva de estudos e análises que tratam das particularidades, do alcance e dos limites da ação legislativa. No quinto tópico, apresentamos as considerações finais.

<sup>1</sup> Sobre avaliação de desempenho institucional do Poder Legislativo, ver Magna e Meneguim (2014).

Conforme Jaber (2015, p. 26): “A função legislativa é aquela responsável pela elaboração das leis, o que significa a formulação das normas gerais, abstratas e impessoais que inovam no mundo jurídico. Destina-se, portanto, à criação e atualização das leis.” Desse modo, as leis aprovadas pela Assembleia Legislativa de RR, sejam de origem da própria casa, sejam oriundas do Poder Executivo, representam uma colaboração essencial para a normatização das ações do Poder Executivo estadual.

Sendo a atividade administrativa exercida sob e conforme a lei, segundo o princípio da legalidade, não resta dúvida de que o Poder Legislativo influencia e participa indiretamente da atividade administrativa do Estado, dando as diretrizes e elaborando, pelo menos formalmente, as políticas públicas necessárias aos interesses da sociedade. (SIRAQUE, 2004, p. 67).

As ações legislativas podem envolver cinco dimensões principais: as dimensões promovedora, fiscalizadora, cooperadora, transparente e administrativa.

Em linhas gerais, a dimensão promovedora abrange a produção dos atos normativos pelo Parlamento, com o objetivo de garantir direitos e impor obrigações, em observância às necessidades da sociedade. A dimensão fiscalizadora decorre do dever de fiscalizar as ações do Executivo e das entidades vinculadas. A dimensão cooperadora encontra-se intimamente ligada à temática da relação institucional entre os Poderes, especialmente, entre o Executivo e o Legislativo, e apresenta divergências doutrinárias quanto à interpretação: de cooperação ou de submissão ao Poder Executivo. A dimensão transparente, por fim, confunde-se com os pressupostos da representatividade, de modo a primar pela transparência e legitimidade dos atos legislativos, para que os titulares da soberania sejam capazes de acompanhar, participar e, assim, fiscalizar as suas atividades. (JABER, 2015, p. 28).

Siraque (2004, p. 65) acrescenta:

A função legislativa é exercida, primordialmente, pelo Poder Legislativo, o qual elabora as normas gerais, abstratas e impessoais, as leis, mas em colaboração com a população, por meio da iniciativa popular, plebiscito e referendo e com os demais poderes, especialmente o Executivo, uma vez que o Executivo, além de iniciativas exclusivas, em diversos casos, tem o poder de veto e de sanção em praticamente todos os atos legislativos.

Embora, o Poder Legislativo estadual seja importante para observar e compreender a dinâmica da política no âmbito regional, grande parte dos estudos sobre o legislativo tem focado no Congresso Nacional. De acordo com Tomio e Ricci (2012, p. 193-194):

O estudo das instituições representativas brasileiras tem levantado o interesse de pesquisadores de várias áreas. O Congresso Nacional é, hoje, sem sombra de dúvida, uma das instituições mais estudadas pelos cientistas políticos. Iniciou-se um processo de investigação que levou vários analistas, nacionais e estrangeiros, a estudá-lo sob ópticas diferentes e a partir de perspectivas teóricas às vezes contrapostas. Tudo considerado, porém, não há como escapar da seguinte constatação: pouco foi feito para o estudo das instituições representativas no âmbito subnacional. O interesse diversificado que encontramos na literatura especializada no que tange ao exame do Congresso Nacional, sobretudo da Câmara dos Deputados, ficou restrito a esse âmbito, manifestando, assim, um claro desvio de atenção para a compreensão das instituições de nível estadual e municipal.

Dessa forma, seria um equívoco considerar o legislativo estadual como uma versão reduzida do Poder Legislativo federal, pois as assembleias legislativas têm uma agenda política própria e uma pauta decisória que é par-

ticular de cada estado. Segundo Tomio e Ricci (2012), por causa dessa dinâmica, os governos estaduais apresentam particularidades acerca dos seus processos decisórios, o que sugere a possibilidade de uma análise mais ampla e consistente sobre o desempenho do Executivo estadual. Os autores enfatizam a escassez de estudos sobre o Legislativo no âmbito estadual:

Quando se trata das assembleias legislativas estaduais, o mapeamento da literatura restringe-se a dois textos que, por serem os únicos, tornaram-se referência entre os estudiosos. Trata-se do livro de Fernando Luiz Abrucio (1998), *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira* e a coletânea organizada por Fabiano Santos, em 2001, *o poder legislativo nos Estados: diversidade e convergência* (SANTOS, 2001b). (TOMIO; RICCI, 2012, p. 193).

Nesse sentido, em um levantamento preliminar, verificamos que, nos seus 30 anos de existência legislativa (1991-2021), ainda são reduzidas as referências sobre a Assembleia Legislativa de Roraima nos estudos que tratam da política local.

## **2 Roraima, de Território a Estado: o surgimento da Assembleia Legislativa de Roraima**

O estado de Roraima se encontra na região Norte do Brasil, tem 224.2 mil quilômetros quadrados de extensão territorial, com uma população estimada em torno de 631.181 habitantes em 2020, o menos populoso do país. É o estado com a menor densidade demográfica. Sua capital é Boa Vista. Roraima faz divisa com os estados do Pará e Amazonas e com os países Guiana e Venezuela (GUITARRARA, 2021). O estado conta com mais 14 municípios:

Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Uiramutã.

Antes de se tornar um estado da Federação, Roraima viveu 45 anos na condição de território federal, primeiro como território federal do Rio Branco, depois como território federal de Roraima.

O antigo território do Rio Branco foi disputado por espanhóis, portugueses, holandeses e ingleses desde o início do século XVI. Seus povoados, no entanto, somente começaram a se instalar no século XVIII, após o extermínio de grande número de indígenas. Em 1858, o Governo Federal criou a freguesia de Nossa Senhora do Carmo, transformada no município de Boa Vista do Rio Branco, em 1890. Em 1904 houve grave disputa territorial com a Inglaterra, que tirou do Brasil a maior parte das terras da região do Pirara, pequeno afluente do rio Maú, incorporadas à Guiana Inglesa. (ROTEIROS BR, 2021).

O Território Federal do Rio Branco foi criado, em 1943, em uma área desmembrada do estado do Amazonas. Depois, em 1962, tornou-se território federal de Roraima e em 1988, com a promulgação da nova Constituição do Brasil, o território foi transformado em estado da Federação.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Em 1943, por decisão do então presidente Getúlio Vargas, foi criado o Território Federal do Rio Branco. Como Território Federal, foi lançada a semente de uma colonização definitiva para Roraima. Imigrantes de diversos estados nordestinos ocuparam as primeiras colônias agrícolas. Na década de 1980, foram mais de 42 colônias agrícolas implantadas com largo incentivo para a vinda de colonos de outros estados. Em 1962, de Território do Rio Branco, passou a se chamar Território Federal de Roraima atendendo ao clamor popular, alegando enfrentar dificuldades com a confusão causada pela denominação da capital do Acre (Rio Branco). Com a transformação do Território Federal no Estado de Roraima, por força de dispositivo da Constituição de 1988, a população passou a eleger seus governadores. (IBGE, 2017).

No contexto da redemocratização do Brasil, em 1988, Roraima deixou de ser território federal. A criação do Estado ocorreu fundamentada pela Constituição Federal de 1988, o que tornou possível a autonomia política, administrativa e institucional local, que passou a ter governador eleito pelo voto direto em 1990. Essa nova realidade política aproximou o poder de governar o Estado que antes era realizado por indicação e controle do governo federal passando, então, a ser decidido nas urnas, gozando o eleitorado roraimense do exercício da cidadania; e a classe política eleita pelo voto direto pode governar com a independência própria de um Estado da União, distante do olhar do governo central (CARVALHO, 2019, p. 10).

Com a elevação do território de Roraima à condição de Estado, constitui-se sua esfera legislativa, surgindo também a primeira referência de lei específica do novo estado, a Constituição estadual. Segundo Nelvio Paulo Dutra Santos (2004), a transformação de Roraima em estado da Federação criaria uma dinâmica institucional, outro espaço político para grupos e líderes, assim como favoreceria o surgimento de outros políticos no âmbito local. Convém ressaltar que:

O papel institucional das Assembleias Legislativas estaduais brasileiras é estabelecido pela Constituição federal, as Constituições estaduais, os regimentos e as resoluções internas. Em seu conjunto, as regras delimitam a organização da instituição, definem suas funções elementares, a inter-relação dos poderes, o comportamento dos deputados no jogo político intercorpus e têm impacto na dinâmica da relação da bancada governista com o Poder Executivo. (GAMA NETO; SANTOS, 2021, p. 103).

A Assembleia Legislativa de Roraima começou a sua atuação no dia 1.º de janeiro de 1991 na ocasião da posse dos

primeiros deputados estaduais. Conforme a Constituição do estado, no seu artigo 30: “O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída de Deputados eleitos e investidos na forma da legislação federal para uma legislatura de 4 anos.”<sup>3</sup>

No dia 1.º de janeiro de 1991, a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima empossou os primeiros deputados estaduais eleitos em 1990, assim como iniciou as atividades do poder executivo com a posse do governador eleito, Otomar de Souza Pinto (PTB). Após o interstício de dois anos foi instalado o novo membro da federação em 05 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988). (CALDAS, 2015, p. 123).

Portanto, o primeiro ato desses legisladores foi a promulgação da Constituição do Estado, como observado no Preâmbulo da própria carta:

---

<sup>3</sup> A primeira legislatura elegeu vinte e quatro deputados, para um mandato de quatro anos, conforme relação a seguir, em ordem alfabética: Airton Antonio Soligo (Airton Cascavel - PTB), Antonio Evangelista Sobrinho (Antonio Pampinha - PTB), Almir Moraes Sá (Almir Sá - PRN), Célio Rodrigues Wanderley (Célio Wanderley - PRN), Édio Vieira Lopes (Édio Lopes - PFL), Eulina Gonçalves Vieira (Irmã Eulina - PSC), Evônio Pinheiro de Menezes (Babé Menezes - PSDB), Flávio dos Santos Chaves (Flávio Chaves - PFL), Francisco de Sales Guerra Neto (Chico Guerra - PRN), Herbson Jairo Ribeiro Bantim (Berinho Bantim - PFL), Iradilson Sampaio de Souza (Iradilson Sampaio - PDS), Jeil Valério (Jeil Valério - PTB), João Alves de Oliveira (Jaó - PDS), José Maria Gomes Carneiro (José Maria Carneiro - PTB), Luiz Afonso Faccio (Faccio - PTR), Noêmia Bastos Amazonas (Irmã Noêmia - PFL), Odete Irene Domingues (Dra. Odete - PTB), Otoniel Ferreira de Souza (Otoniel Ferreira - PTB), Paulo Sérgio Ferreira Mota (Sérgio Ferreira - PSDB), Ramiro José Teixeira (Ramiro Teixeira - PL), Renan Beckel Pacheco (Renan Beckel - PDS), Rodolfo de Oliveira Braga (Rodolfo Braga - PFL), Rosa de Almeida Rodrigues (Rosa Rodrigues - PSDB) e Vera Regina Guedes da Silveira (Vera Regina - PL) (Dados da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, 2015).

Nós, representantes do povo roraimense, livre e democraticamente eleitos, reunidos em Assembleia Estadual Constituinte, inspirados nos princípios constitucionais da República e no ideal de a todos servir e a todos assegurar Justiça e Bem-Estar, invocando a Proteção de Deus, promulgamos a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA. (RORAIMA, 2019).

No momento presente, a Assembleia Legislativa de Roraima conta com 24 deputados estaduais, número determinado pela Constituição Federal 1988, correspondendo ao triplo da representação do estado de Roraima na Câmara dos Deputados. A Assembleia é dirigida e administrada pela Mesa Diretora, com apoio dos deputados estaduais, pelas Comissões e servidores da casa, lotados em Diretorias, Consultorias e Assessorias (RORAIMA, 2019).

A Constituição do estado define as atribuições do Poder Legislativo e seus deputados: cabe à Assembleia Legislativa, com sanção do governador, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre:

I - a organização administrativa do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Ministério Público de Contas, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas do Estado, das Autarquias e Fundações Públicas, respeitada a iniciativa; (Emenda Constitucional n.º 29, de 2011);

II - a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicos e fixação dos respectivos vencimentos, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

IV - Plano Plurianual de Investimentos, Diretrizes Orçamentárias Anuais, Orçamento Anual, abertura de crédito e autorização para operação de crédito interno

ou externo e dívida pública; (Emenda Constitucional n.º 17, de 2006);

V - criação e extinção de Secretarias de Estado ou órgão da Administração Indireta; (Emenda Constitucional n.º 17, de 2006);

VI - prestação de garantias, pelo Estado, realizadas pelo Poder Executivo ou contratadas por órgão de sua Administração Indireta e pelos Municípios; (Emenda Constitucional n.º 17, de 2006);

VII - normas gerais sobre exploração de serviços públicos por particulares, sua concessão, bem como a fixação de tarifas ou preços, atendendo sempre a continuidade do serviço e a modicidade da retribuição pela execução; (Emenda Constitucional n.º 16, de 2005)

VIII - procedimento em matéria processual;

IX - proteção, recuperação e incentivo à preservação e conservação do meio ambiente;

X - dispor sobre servidores públicos da administração direta, autarquias, fundações e seu Regime Jurídico Único e; XI - criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios. (RORAIMA, 2019).

Além dessas prerrogativas, a Constituição estadual define no artigo 33 ações que são da competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

I - estabelecer limites globais para o montante da dívida mobiliária do Estado e dos Municípios; (Emenda Constitucional n.º 20, de 2007);

II - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, na forma de Lei Complementar, a destituição do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador Geral de Contas e do Titular da Defensoria Pública. (Emenda Constitucional n.º 29/2011, revogada pela Emenda Constitucional nº 65/2019, restabelecida pela Emenda Constitucional 66/2019).

III - julgar as contas do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público; (Redação

dada pela Emenda Constitucional n.º 02, de 1994). (Vide ADI ADIN n.º 1140) ;

IV - Julgar as contas do poder legislativo apresentadas obrigatoriamente pela Mesa; Emenda Constitucional n.º 02, de 1994. (Vide ADI ADIN n.º 1140);

V - julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador do Estado e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 02, de 1994).

VI - autorizar, previamente, alienação e cessão, a título oneroso ou não, de bens imóveis do Estado com área superior a 3.000 m2, se urbanos, e a 2.500 ha, se rurais; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 13, de 2002).

VII - fiscalizar convênios, acordos ou contratos com os Governos Federal e Municipal e com as entidades de direito público ou privado que resultem para o Estado quaisquer encargos não estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VIII - sustar contratos impugnados pelo Tribunal de Contas do Estado;

IX - autorizar por deliberação de dois terços de seus membros a instauração de processo contra o Governador, o Vice-Governador, Secretários de Estado, do Procurador Geral de Justiça, Defensor Público Geral, Presidente do Tribunal de Contas e aqueles agentes a estes equiparados; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 16, de 2005).

X - processar e julgar o Governador e o Vice-Governador do Estado nos crimes de responsabilidade, e os Secretários de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

XI - processar e julgar o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral de Contas, o Procurador-Geral do Estado, o Defensor Público-Geral e o Presidente do Tribunal de Contas nos crimes de responsabilidade; (Emenda Constitucional n.º 29/2011, revogada pela Emenda Constitucional n.º 65/2019, restabelecida pela Emenda Constitucional 66/2019)

- XII - conhecer da renúncia do Governador e Vice-Governador;
- XIII - conceder ou recusar licença ao Governador e ao Vice-Governador para que interrompam o exercício de suas funções; (RORAIMA, 2019).<sup>4</sup>

A Assembleia Legislativa de Roraima, no momento em que completa 30 anos de existência (1991-2021), está na sua oitava legislatura, pela qual passaram 103 deputados, e conta com 20 comissões parlamentares de caráter permanente:

I- Constituição, Justiça e Redação Final; II- Administração, Serviços Públicos e Previdência; III - Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário; IV - Educação, Desportos e Lazer; V - Cultura e Juventude; VI - Saúde e Saneamento; VII - Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle; VIII - Tomada de Contas; IX - Defesa do Consumidor e do Contribuinte; X- Agricultura, Pecuária e Política Rural; XI - Terras, Colonização e Zoneamento Territorial; XII - Políticas Indigenistas; XIII Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; XIV - Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços; XV - Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação; XVI - Aviação, Transportes e Obras; XVII - Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e de Ação Social; XVIII- Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa; XIX - Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso; XX - Ética Parlamentar. (RORAIMA, 2019).

Conforme definido na Constituição do estado, no seu artigo 31, sobre o Poder Legislativo: “A Assembleia Legislativa constituirá Comissões Permanentes e Tempo-

---

<sup>4</sup> Todas as competências que cabem exclusivamente ao legislativo podem ser observadas na íntegra na Constituição do estado.

rárias, constituídas na forma do Regimento Interno e com as atribuições nele previstas conforme os termos do ato de sua criação.” (RORAIMA, 2019).

Mercedes García Montero e Francisco Sánchez López (2002, p. 5) definem as comissões legislativas como:

grupos de trabajo, temporales o permanentes, estructurados a partir de áreas temáticas y constituidos por una parte de los integrantes de una asamblea, a los que ésta delega parte de sus funciones con el fin de promover mayor eficiencia en el desempeño de los asuntos propios de la función legislativa.

De forma geral, cabe às comissões legislativas iniciar, analisar, estudar e alterar a legislação e realizar a fiscalização de implementação das políticas públicas (ROCHA; COSTA, 2012). Portanto, estudos sobre as comissões legislativas são importantes para analisar o desempenho institucional das Assembleias Legislativas.

Como afirma Krehbiel (1991 citado por ROCHA; COSTA, 2012, p. 279):

Parece haver certo consenso de que a divisão do trabalho legislativo em comissões foi uma resposta a necessidade de dotar de maior funcionalidade e dinamismo os trabalhos legislativos que, em princípio concentrados em um único órgão, mostravam-se lentos e superficiais. Nesse sentido, o surgimento das comissões seria uma forma de reduzir a incerteza em torno da relação entre as políticas e seus resultados e, desse modo, ampliar a qualidade da legislação.

Na opinião de Inácio e Meneguín (2014, p. 12), as comissões legislativas têm papel estratégico na materialização do poder de agenda do Executivo, revelando um jogo bem mais complexo entre o primeiro e o Poder Legislativo. “A atenção a esses microprocessos permite localizar as

oportunidades e a atuação dinâmica dos legisladores no processo legislativo, cujo protagonismo aponta para os limites de uma descrição dos legislativos como meramente reativos.”

Jaber (2015, p. 50) ressalta:

[...] as Comissões são formadas de modo a espelhar o quadro de forças políticas existente em cada Casa a que se vinculam. Essas Comissões, nos termos do art. 58 da CR/88, formam uma interface da casa legislativa com entidades da sociedade civil, que podem ali ser ouvidas, por exemplo, em audiências públicas. Estão legitimadas, ainda, para receber petições, reclamações e queixas de qualquer pessoa, contra atos e omissões de autoridades e entidades públicas, podendo, ainda, tomar depoimentos de qualquer autoridade ou cidadão.

Nessa perspectiva, seria interessante analisar o trabalho das comissões da Assembleia Legislativa de Roraima e as audiências promovidas por elas. De acordo com Jaber (2015), a realização de audiências públicas é uma forma das casas legislativas promoverem a transparência das suas ações, pois permite avaliar a participação parlamentar nessas audiências e mensurar o grau de comprometimento do legislador com a transparência dos trabalhos legislativos.

### **A representatividade feminina na Assembleia Legislativa de Roraima**

Nos 30 anos de existência da Assembleia Legislativa de Roraima, vale destacar a participação feminina no legislativo estadual. Na atual legislatura (2019-2022), já se observa o aumento do número de mulheres ocupando o cargo de parlamentar (Quadros 1 e 2). Foram 6 deputadas

eleitas nas eleições de 2018, um número significativo, considerando que, nas últimas legislaturas, o número de deputadas variou entre 2 e 3, exceto a primeira legislatura com 5 deputadas eleitas e a terceira com 4 deputadas. Posteriormente, a terceira legislatura passou a contar com 5 deputadas porque uma parlamentar assumiu o cargo na condição de suplente. Mulheres assumindo o cargo de deputada na condição de suplente também ocorre na atual legislatura com 7 deputadas, sendo 6 eleitas e uma suplente.<sup>5</sup>

Quadro 1 - Número de deputadas eleitas na Assembleia Legislativa de RR conforme a legislatura

Legislatura	8 2019 2022	7 2015 2018	6 2011 2014	5 2007 2010	4 2003 2006	3 1999 2002	2 1995 1998	1 1991 1994
Número de deputadas eleitas	6	3	2	3	3	4	3	5

Fonte: Elaborado pela autora Antônia Celene Miguel, com base nos dados disponíveis no site do TSE e da ALE-RR.

Quadro 2 - Número de deputadas (eleitas e suplentes) na Assembleia Legislativa de RR conforme a legislatura

Legislatura	8 2019 2022	7 2015 2018	6 2011 2014	5 2007 2010	4 2003 2006	3 1999 2002	2 1995 1998	1 1991 1994
Número de deputadas	7	3	2	3	3	5	3	5

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados disponíveis no site do TSE e da ALE-RR.

<sup>5</sup> Informações obtidas no site do TSE e da ALE-RR.

Ainda que a representatividade feminina na Assembleia Legislativa de Roraima se mantenha baixa – por contar com apenas 7 deputadas, tendo em vista que ela possui 24 cadeiras –, o fato de ter 6 parlamentares eleitas no pleito de 2018 reflete, em certa medida, o aumento do número de mulheres eleitas, em âmbito nacional, para o Legislativo estadual nas eleições desse período (BRASIL, 2019). No total, 161 mulheres foram eleitas ao cargo de deputada estadual, comparando com o pleito de 2014 (114 mulheres eleitas). Em 2018, houve um crescimento de 41,2%.<sup>6</sup>

Ao analisar os dados eleitorais do pleito de 2018 em comparação com os pleitos de 2014 e 2010, Backes *et al.* (2019) verificaram que, além do aumento significativo de mulheres eleitas para o cargo de deputada estadual e federal em 2018, houve um aumento considerável do número de votos obtidos pelas candidatas.<sup>7</sup> Com base nos dados observados nessa análise, os autores explicam:

[...] não há propriamente uma resistência do eleitorado a votar em mulheres. A dificuldade parece estar mais em que as mulheres consigam estruturar carreiras competitivas na política, a partir da inserção em profissões ou posições sociais de prestígio e visibilidade (na iniciativa privada, nas organizações da sociedade civil, no setor público ou em outras esferas de representação política) que permitam o acúmulo de experiência e de capital social que possa ser convertido em capital político. Assim, as que conseguem tornar-se candidatas têm chance de sucesso, mas são poucas. (BACKES *et al.*, 2019, p. 9).

Dessa forma, Backes *et al.* (2019, p. 10) afirmam que, mesmo diante do sucesso obtido por algumas candidatas, a carreira política ainda apresenta muitas dificuldades

---

<sup>6</sup> Dados obtidos no site do TSE.

<sup>7</sup> Sobre a candidatura de mulheres em 2018, ver Backes *et al.* (2019).

para as mulheres no Brasil, e destacam: “Isto se percebe especialmente pelas baixas taxas de sua presença no legislativo, das menores do mundo.”

Logo, o grau de representatividade feminina no Legislativo estadual de Roraima relaciona-se com a própria realidade do acesso das mulheres a cargos políticos no Brasil, ou seja, aos cargos eletivos tanto no Legislativo federal, estadual e municipal quanto nas diferentes esferas do Poder Executivo.<sup>8</sup>

Desse modo, há uma sub-representação das mulheres na política, um tema presente nas discussões mais recentes sobre a qualidade das democracias contemporâneas.

Nas recentes discussões sobre a qualidade dos regimes democráticos contemporâneos, alguns autores têm chamado a atenção para o tema da sub-representação política das mulheres (Norris, 2011; Sacchet, 2009; Moller e Cardona, 2009; Prá, 2014; Sanchez, 2012;). Apesar de avanços e que mudanças importantes tenham ocorrido em relação à desigualdade política nas últimas décadas, diferentes fontes de dados, como o Inter-Parliamentary Union (IPU)<sup>2</sup>, o Fórum Econômico Mundial (FEM)<sup>3</sup> e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) têm demonstrado persistentes disparidades na distribuição do poder político entre mulheres e homens ao redor do mundo, sendo um quadro recorrente na América Latina. Este cenário faz da sub-representação das mulheres nos espaços políticos um fenômeno constante ao longo da história. (OLIVEIRA, 2016, p. 4).

Assim sendo, esse não é um problema restrito à política nacional. Como afirmam Coelho e Baptista (2009, p. 95):

---

<sup>8</sup> Sobre a questão da representatividade feminina na política, ver Araújo (2010), Rezende (2017) e Vogel (2019).

Esse não é um problema apenas brasileiro, pois foi um dos temas discutidos pela ONU (Organização das Nações Unidas) quando realizou, em 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, China. Esse evento recomendou a adoção de cotas mínimas de mulheres nos cargos públicos, eletivos ou não, inclusive no Judiciário.

Desse modo, acerca da participação das mulheres nas esferas de poder, Vogel (2019, p. 29) destaca:

A variação da participação relativa das mulheres nos espaços de poder onde se produzem os ‘produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos’ tem impactos significativos para o funcionamento do campo político, pois é a própria força da representação feminina que permite construir e equacionar politicamente as medidas destinadas ao atendimento das demandas sociais das mulheres.

Entretanto, é preciso salientar que a competição política é marcada por acentuadas desigualdades, começando pelo poder desigual “para definir as próprias normas (financiamento de campanha, sistema eleitoral, espaços para as campanhas nos meios de comunicação, quotas eleitorais) que estabelecem as regras de disputa pelos espaços de representação” (VOGEL, 2019, p. 30).

É necessário, portanto, realizar pesquisas sobre a representatividade feminina na política roraimense, assim como saber sobre a trajetória política e social, e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que atuam ou atuaram como parlamentares na Assembleia Legislativa; também verificar qual o capital mobilizado por elas na disputa eleitoral. Nesse sentido, Vogel destaca, com base em Bourdieu (1979, 1998), a importância das formas de capital (econômico, cultural, social e simbólico) no campo político.

[...] a mera vontade ou interesse em participar do campo da representação política, a partir da competição eleitoral, não é suficiente para alterar a *distribuição desigual dos recursos socialmente eficientes* entre candidatos e candidatas (formas de capital [...], como também o *tempo livre*, essencial para o ingresso na atividade política), que são fundamentais para o êxito eleitoral. (VOGEL, 2019, p. 28).

De acordo com Oliveira (2016), além de reconhecer que há fatores que condicionam a ausência de mulheres no cargo de parlamentar, é preciso considerar as diferentes “dimensões da sub-representação” (econômico-estrutural, político-institucional e cultural) de forma multidimensional ou multicausal na explicação desse fenômeno; ou seja, abordar apenas um desses fatores não é suficiente para explicar a sub-representação das mulheres na política.

## **A Assembleia Legislativa de Roraima e a relevância do Legislativo estadual**

Ao se tornar estado após a Constituição de 1988, Roraima, na condição de ente federado, passaria a gerir o próprio território. Nessa perspectiva a Assembleia Legislativa deveria estabelecer a normatização do patrimônio fundiário do estado (CALDAS, 2015).

Assim sendo, depois de promulgada a Constituição do estado, o primeiro grande desafio enfrentado pela Assembleia Legislativa foi legislar sobre a questão fundiária, um tema de grande importância para o estado de Rorai-

ma, mas envolto em conflitos sociais, disputas políticas e interesses econômicos.<sup>9</sup>

Diferentemente das outras unidades federativas da Amazônia, o estado de Roraima surgiu no fim da década de 1980 com forte clivagem étnico-social, dividindo a sociedade em dois campos opostos: de um lado, índios, Igreja Católica, organizações não governamentais ligadas à preservação socioambiental da Amazônia e partidos de esquerda; de outro, fazendeiros, empresários, governo estadual e a maioria da classe política, conservadora, distribuída pelo multipartidarismo da Assembleia e na representação dos partidos, da população e do estado no Congresso Nacional. O ponto de cisão era a demarcação e a homologação de terras indígenas; e no interior desse conflito, a questão fundiária, com os grupos econômicos lutando pelo espaço territorial, e a extração de metais e pedras preciosas feita pelos garimpeiros nas áreas indígenas demarcadas ou em vias de demarcação. (GAMA NETO; SANTOS, 2021, p. 29).

Tendo em vista o problema fundiário do estado, a primeira medida da Assembleia foi a criação do Instituto de Terras e Colonização de Roraima (Iteraima) conforme a Lei n.º 030 de 26 de dezembro de 1992. Embora o objetivo dessa medida tenha sido a busca por alguma solução para a questão fundiária, a primeira lei que trata sobre as terras de propriedade do Estado surge apenas em 1998, com a Lei n.º 197 de 8 de abril de 1998, ou seja, depois da criação do Iteraima.

---

<sup>9</sup> A configuração do domínio do espaço territorial de Roraima é fruto do processo político que centraliza e concentra, historicamente, o poder fundiário nas mãos e sob o comando direto do poder central estabelecido. Foi assim no período colonial com as terras do Grão-Pará, assim como no período do Império (1822-1889) com as terras do Amazonas, dentre as quais, incluíam-se as atuais áreas territoriais do estado de Roraima; depois, na própria República Federativa, salvo por alguns espasmos de descentralização do poder fundiário central para os estados (CALDAS, 2015, p. 144).

Segundo Ingrid Cardoso Caldas (2015, p. 147), “as razões que levaram primeiramente a criação do ITERAIMA, sem a definição de uma legislação fundiária são desconhecidas, considerando-se um ato falho da Casa Legislativa”. Entretanto, conforme a autora, pelo fato de a Constituição estadual não definir a quem cabe a competência sobre a questão fundiária do estado, se ao Executivo ou ao Legislativo, as ações ligadas a esse tema sempre começam no Executivo estadual.

A atuação do legislativo no Estado de Roraima, como em outros entes federados brasileiro, também é restringido pela pequena autonomia para tratar de assuntos de interesse regional, como é o caso da questão fundiária. Ao mesmo tempo, especificamente a situação vivenciada durante o processo de definição da atual legislação fundiária de Roraima, o poder legislativo sofreu duas formas de intervenção: a primeira pela ação da União por meio da legislação fundiária federal vigente, tendo em vista tratar-se de assunto de ‘interesse nacional’ e, a segunda, pela dependência do Projeto de Lei encaminhado pelo Executivo estadual. (CALDAS, 2015, p. 148).

Sobre as limitações do Legislativo estadual, Ferreira, Meneguín e Bugarin (2018, p. 706) ressaltam:

De fato, é praticamente unânime entre os doutrinadores a posição de que o modelo federativo brasileiro reserva pouco poder de atuação aos estados-membros (ALMEIDA, 2000), seja porque aos Municípios e à União foi estabelecido amplo rol de competências, seja pelo exíguo espaço deixado aos entes estaduais quando da sobreposição de competências concorrentes [...].

Contudo, nesse desenho político institucional, em relação ao Legislativo estadual, os governadores têm maior vantagem. De acordo com Tomio e Ricci (2012), essa força

dos governadores foi traduzida por Fernando Abrucio (1998) como um tipo de “ultrapresidencialismo”. O termo foi elaborado na análise da legislatura em 15 estados entre os anos de 1991 e 1994. Desse modo, segundo os autores, passada mais de uma década da realização desse estudo, cabe verificar se nos dias atuais, na tendência ultrapresidencialista, permanece ou vigora uma situação mais equilibrada entre os Poderes Executivo e Legislativo na dinâmica decisória do Legislativo estadual.

[...] no livro organizado por Fabiano Santos (2001b), os autores que colaboraram na coletânea investigaram seis estados durante a legislatura 1995-1998 chegando a conclusões *diversas* e *convergentes* sobre a predominância do poder Executivo no processo legislativo estadual identificando maior equilíbrio entre os poderes Legislativo e o Executivo nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, enfatizando o caráter autônomo das assembleias locais. (TOMIO; RICCI, 2012, p. 194).

Tomio e Ricci (2012) consideram que o desempenho dos legislativos estaduais é um importante indicador da agenda política que prevalece no âmbito regional. Nesse sentido, a questão enfrentada pela Assembleia Legislativa de RR sobre a situação fundiária do Estado é um exemplo de como o Poder Legislativo estadual tem de conciliar a função legislativa com os interesses e as limitações impostas no âmbito estadual e federal. Embora houvesse por parte dos deputados recém-eleitos a percepção acerca desse desafio, os parlamentares acreditavam na possibilidade de fazer prevalecer o interesse local.

O conflito da legislação federal, principalmente através da nova Constituição com as expectativas locais, foi evidentemente percebido pelos deputados eleitos para a Assembleia Legislativa. Havia, no entanto, uma posição,

oficialmente aceita, de que seria possível através da nova estrutura administrativa, garantir e se legitimar medidas de interesse local mesmo que contrariassem dispositivos da legislação federal. (SANTOS, 2004, p. 154).

Siraque (2004, p. 27) afirma: “O Poder Legislativo tem como escopo precípua representar a pluralidade ideológica do povo, propor políticas públicas, exercer prioritariamente a função legislativa e fazer o controle institucional externo da função administrativa do Estado.”

Cheibub, Figueiredo e Limongi (2009, p. 264) argumentam:

[...] as Casas legislativas são os *loci* naturais onde interesses regionais, em maior ou menor grau, podem se expressar. Ao decidirem como se comportar na Câmara, os legisladores devem considerar não apenas suas preferências pessoais, mas também as de seu eleitorado, as de seus partidos, assim como as dos líderes regionais e nacionais.

Não obstante, segundo Gama Neto e Roberto Santos (2021), o fato de grande parte das leis aprovadas pela Assembleia Legislativa de Roraima ser proveniente do Executivo estadual mostra a força do poder de legislar do Executivo. Logo, outro desafio do Legislativo de Roraima é pensar em estratégias para não ser eclipsado pelo Executivo, assim como os parlamentares serem reconhecidos pelo povo como seus representantes políticos e a Assembleia como sua legítima casa.

Embora a questão fundiária do estado represente um problema ainda a ser resolvido, a Assembleia Legislativa de Roraima, nos seus 30 anos de existência (1991- 2021), aprovou diversas leis sobre os mais variados assuntos (educação, cultura, saúde, segurança pública, previdência, organização da estrutura do Poder Executivo, inclusão

e diversidade). Conforme estabelecido na Constituição estadual, na sua Seção IV, Do Processo Legislativo, artigo 38. “O processo legislativo compreende a elaboração de: I - Emendas à Constituição; II - Leis Complementares; III - Leis Ordinárias; III-A - Leis Delegadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 13 de 2002). IV - Decretos Legislativos; e V - Resoluções; [...]” (RORAIMA, 2019, p. 34).

A título de ilustração, nos Quadros 3 e 4, citamos algumas leis complementares e ordinárias aprovadas pela Assembleia Legislativa de Roraima:<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Leis complementares são aquelas aprovadas por maioria absoluta (artigo 69 da CF/1998) e são exigidas em matéria específica da Constituição. Por sua vez, as Leis ordinárias são aquelas aprovadas por maioria simples (artigo 47 da CF/1998) e são exigidas de modo residual, nos casos em que não houver expressa exigência de lei complementar (MARQUES, 2013).

Quadro 3 – Leis complementares aprovadas pela Assembleia Legislativa de RR (1992-2016)

Lei Complementar n.º 001	11 de abril de 1992	Dispõe sobre a Organização da Estrutura Básica do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do estado de Roraima.
Lei Complementar n.º 004	22 de março de 1994	Estabelece as Diretrizes para o Plano de Carreira dos Cargos da Administração Direta das Autarquias e das Fundações Públicas de Roraima.
Lei Complementar n.º 027	9 de setembro de 1998	Institui a Polícia do estado de Roraima, Dispõe sobre sua organização básica e dá outras providências.
Lei Complementar n.º 030	30 de junho de 1999	Dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social de Roraima e sobre o Instituto de Previdência de Roraima – Iper, criado, em 31 de dezembro de 1991, pelo artigo 2.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do estado de Roraima e dá outras providências.
Lei Complementar n.º 041	16 de julho de 2001	Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação do estado de Roraima e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações disponíveis no site da ALE-RR.

Quadro 4 – Leis Ordinárias aprovadas pela Assembleia Legislativa de RR (2010-2016)

Lei Ordinária n.º 787	15 de setembro de 2010	Institui o Programa Roraimense de Inclusão Digital e dá outras providências.
Lei Ordinária n.º 933	11 de novembro de 2013	Cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais do Estado de Roraima – CEDDP/LGBT-RR e dá outras providências.
Lei Ordinária n.º 942	30 de dezembro de 2013	Institui o Programa de Incentivo e Apoio à Produção Agrícola Familiar e Indígena no Estado de Roraima, e dá outras providências.
Lei Ordinária n.º 1103	16 de setembro de 2016	“Dispõe sobre o Programa de Conscientização e Obriga a Inclusão e Reserva de Vagas na Rede Pública e Privada de Educação no Estado de Roraima, para Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências.”
Lei Ordinária n.º 1102	16 de setembro de 2016	“Institui a Semana de Valorização da Cultura Roraimense, Cria o Prêmio Cultura Roraimera .”

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações disponíveis no site da ALE-RR.

O impacto da produção da Assembleia Legislativa nas políticas do Executivo estadual deve ser analisado por estudos futuros, pois as leis elaboradas pelo Legislativo são relevantes para a formulação de políticas públicas no âmbito do Executivo.

Conforme Siraque (2004, p. 67):

As leis, quase sempre, trazem em seus conteúdos diretrizes e determinações de políticas públicas, como de saúde, educação, segurança, meio ambiente, transporte, habitação, comércio, indústria, atividade econômica que deseja incentivar ou restringir, organização administrativa, política tributária, participação e controle. Vê-se, assim, que a função legislativa do Estado determina o âmbito da atividade administrativa.

Entretanto, de acordo com Ferreira, Meneguim e Bugarin (2018), estudos empíricos recentes que tratam da atuação das Assembleias Legislativas têm apontado uma quantidade de leis que expressam a baixa qualidade e ineficiência da produção dessas casas legislativas, comparado com o volume de recursos investidos e a capacidade substancial das leis aprovadas em promover políticas de bem-estar social. Por conseguinte, essas leis, na maioria, posteriormente são consideradas pela estância judicial federal ou estadual como de caráter inconstitucional.

Esse problema acerca da produção do Legislativo estadual também se verifica na atuação da Assembleia Legislativa de Roraima. Conforme Gama Neto e Roberto Santos (2021, p. 126):

Embora se reconheça que a iniciativa privativa constitucional do Poder Executivo de produzir leis no campo econômico e administrativo possa gerar, no sistema político do estado, alguma restrição ao alargamento do

espaço de atuação dos legisladores, considera-se que a baixa produção do Legislativo de Roraima, que tem efeito condicionante na capacidade decisória do órgão, ocorre também pela falta de interesse da maioria dos deputados estaduais. Eles preferem aprovar na passividade os projetos de lei que são encaminhados pelo Executivo, sem muito debate político, a terem iniciativa própria de promover grandes discussões e esforço de elaborar e submeter, para a avaliação dos seus pares, projetos de lei gerais que possam não servir no fim para satisfazer, a contento, seus interesses imediatos e particularistas.

Nesse cenário, Gama Neto e Roberto Santos (2021), citando Abrucio (1998), destacam a questão do controle dos recursos públicos por parte do Executivo estadual, o que lhe daria grande poder de manobra em relação ao Poder Legislativo.

Como observa Abrucio (1998), o maior controlador dos recursos estaduais é o governador do estado, que tem em suas mãos o poder de destinar recursos clientelísticos para atender as áreas de interesse dos deputados aliados; o que torna factível para muitos deles irem atrás do chefe do Poder Executivo ou de algum funcionário do alto escalão do governo para buscar negociar benesses privadas que atendam sua clientela. (GAMA NETO; SANTOS, 2021, p. 126).

Contudo, Ferreira, Meneguim e Bugarin (2018) consideram que apenas ampliar as atribuições institucionais dos deputados estaduais não seria o suficiente para melhorar a produção legislativa.

[...] de nada adianta expandir as atribuições constitucionais dos deputados estaduais – seja pela interpretação extensiva das regras de repartição de competências pelo STF, seja pela possibilidade de proposição de projetos de leis conjuntos entre deputados estaduais e governadores

–, (i) se esses não possuem competência técnica para elaborar políticas públicas que melhorem o bem-estar da sociedade como um todo, bem como para realizar atividades fiscalizatórias e (ii) se o controle de constitucionalidade de leis estaduais não for efetivo. Nesses casos, assim como no cenário atual, os deputados terão incentivos para propor leis inconstitucionais, particularistas e irrelevantes. (FERREIRA; MENEGUIN; BUGARIN, 2018, p. 703).

Dessa forma, é preciso observar também outro campo de atuação da Assembleia Legislativa de Roraima, pois além dos trabalhos legislativos, nos últimos anos, a Assembleia tem realizado diversas ações voltadas à população do estado por meio de um conjunto de programas sociais e serviços de utilidade pública (Quadro 5).

A oferta desses programas e serviços, além de ser socialmente relevante, pode ser interpretada como ações estratégicas dos parlamentares para se manterem mais próximos da população do estado. Dessa forma, podem contribuir para que a população se sinta representada e, ao mesmo tempo, assistida pela Casa Legislativa.

De acordo com Ferreira, Meneguín e Bugarin (2018), essas iniciativas, embora possam trazer baixo retorno eleitoral ou social, podem ser interpretadas como opções por meio das quais os parlamentares podem tentar maximizar o número de votos em uma próxima eleição. Assim, tais iniciativas podem ser importantes diante de um cenário em que o atual modelo legislativo limita a competência constitucional dos parlamentares na elaboração de políticas públicas sólidas que promovam o bem-estar social da população em sua totalidade.

## Quadro 5 – Programas sociais e serviços de utilidade pública da Assembleia Legislativa de RR

1. Abrindo Caminhos Criado em 2016	Oferece aulas de jiu-jitsu, ginástica rítmica, balé, futebol, coral, música e cursos de idiomas
2. Escola do Legislativo (Escolegis) Criada em 2003	Oferece cursos de formação e aperfeiçoamento para os servidores do Legislativo e cursos de capacitação e qualificação profissional para a população
3. Procon Assembleia Criado em 2011	Presta assistência sobre os direitos do consumidor
4. Cine Ale Cidadania Criado em 2013	Promove sessões de cinema nas escolas por todo o estado com o objetivo de levar educação e conscientização sobre problemas sociais por meio do cinema
5. Chame (Centro de Apoio à Mulher) Criado em 2009	Serviço coordenado pelo Programa da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Roraima, que oferece de forma gratuita acompanhamento jurídico, psicológico e social da mulher e da família vítima de violência doméstica, garantindo, assim, seus direitos pela Lei n.º 11.340/2006, “Lei Maria da Penha
6. Centro de Apoio aos Municípios do Estado de Roraima (CÁM) Criado em 2016	Oferece apoio e assessoramento técnico e legislativo dos Poderes Executivo e Legislativo municipais
7. Assembleia ao seu alcance Criado em 2017	Realiza atividades itinerantes nos bairros da capital Boa Vista e nos demais municípios. Além de ouvir a população e dialogar com ela sobre suas demandas, presta atendimentos nas áreas da Saúde, Jurídica e Social
8. Fiscaliza Roraima Criado em 2017	Auxilia a população do estado a fiscalizar a qualidade dos serviços oferecidos à comunidade de forma geral por meio do registro de denúncia.

Fonte: Elaborado pela autora Antônia Celene Miguel com base nas informações disponíveis no site da ALE-RR.

Contudo, Ferreira, Meneguim e Bugarin (2018, p. 708) destacam que a função fiscalizadora dos Poderes Legislativos, além de ser importante para promover maior correção na realização de políticas públicas, pode ser uma alternativa às limitações constitucionais; pois, segundo eles, “surgem, no decorrer do processo de avaliação de resultados, *insights* e soluções legislativas criativas para proposição de políticas públicas futuras, efetivamente inspiradas nas experiências dos entes subnacionais, tanto as bem-sucedidas quanto as malsucedidas”.

Desse modo, o Programa Fiscaliza Roraima reforça o papel fiscalizador da Assembleia Legislativa, já definido na Constituição do estado, podendo, assim, contribuir com uma avaliação positiva da atuação legislativa por parte da população, tendo em vista que o respectivo programa visa à participação dos cidadãos para o seu pleno funcionamento, recebendo denúncias dos moradores tanto da capital quando do interior do estado.

Com o **Fiscaliza Roraima**, equipes da Superintendência de Fiscalização da Assembleia Legislativa de Roraima, junto com deputados e líderes comunitários, visitarão escolas, postos de saúde, centros de atendimento ao cidadão, espaços de lazer, áreas de esporte, dentre outros, ouvindo a população sobre a qualidade dos serviços ofertados. Se constatada a necessidade de melhorias, a Assembleia Legislativa acionará oficialmente os órgãos responsáveis por esses serviços e prestará contas das medidas adotadas pelas autoridades acionadas. (FISCALIZA RORAIMA, 2021, grifo no original).

Segundo dados divulgados no site da Assembleia Legislativa de RR, desde a sua criação, em 2017, o Programa Fiscaliza Roraima recebeu aproximadamente 900 denúncias, principalmente relacionadas com a saúde, educação, segurança e o saneamento básico.

Ferreira, Meneguim e Bugarin (2018, p. 708) enfatizam:

[...] essa atividade fiscalizatória ativa melhora a situação dos jurisdicionados e, portanto, tem condições efetivas de se reverter em votos na próxima eleição. Assim, uma maneira de escapar dessas limitações legislativas e criar espaço para o Legislativo estadual trabalhar no sentido de melhorar o bem-estar social é não estar tão focado na função legiferante e investir na função fiscalizatória. Isso já vem acontecendo em algumas Assembleias Legislativas.

Na opinião de Jaber (2015, p. 41): “[...] a dimensão fiscalizatória constitui uma das mais relevantes facetas inerentes às funções constitucionais atribuídas ao Poder Legislativo, de maneira a consolidar-se, na prática, por meio de mecanismos constitucionais e regimentais especificamente previstos.”

Sobre a função fiscalizadora das assembleias, cabe destacar o papel das comissões, pois, além das obrigações do trabalho legislativo, as comissões têm a competência regimental de realizar fiscalização e monitoramento das ações de órgãos e autoridades públicas, assim como podem mediar a interação do Legislativo e a sociedade civil, por meio da realização de audiências públicas e o recebimento de petições (ROCHA; COSTA, 2012).

Entretanto, a escassez de estudos sobre o Poder Legislativo estadual também reflete nos estudos a respeito do trabalho das comissões do Legislativo estadual igualmente escassos.

Como afirmam Rocha e Costa (2012, p. 288):

Os estudos sobre o processo legislativo no nível estadual são ainda pouco numerosos e pode-se dizer que apenas

recentemente o processo legislativo estadual e a relação entre Executivo e Legislativo nos estados despontaram como objetos de investigação atraentes para os cientistas políticos brasileiros.

A Assembleia Legislativa de RR também conta a TV Assembleia e a Rádio Assembleia, além de manter perfis nas redes sociais e realizar transmissões *online* das sessões plenárias. Essas iniciativas são importantes, pois o acesso à informação sobre o trabalho legislativo e a possibilidade de participação, mesmo à distância por parte do cidadão nas atividades do plenário, são formas de viabilizar a participação popular nos assuntos legislativos.

Questões relacionadas à participação popular no processo legislativo, em especial, à sua iniciativa; ao gerenciamento e à disponibilização da informação; à viabilização de meios de participação remota dos cidadãos; aos números de audiências públicas realizadas pelas comissões permanentes e aos eventos com participação de grupos organizados da sociedade mostram a quão empenhada está a casa legislativa em ser transparente e em representar efetivamente o cidadão. (JABER, 2015, p. 78).

Logo, cabe verificar em pesquisas futuras o nível de audiência e interação alcançado pelos canais disponibilizados pela Assembleia, e se esses meios garantem aos cidadãos ampla informação sobre o trabalho parlamentar, como tramitação de proposições, projetos, promulgação de leis, agenda parlamentar, discursos de plenário, votação, etc.

### **Considerações finais**

Verificamos que a Assembleia Legislativa de RR, resguardada as suas particularidades, reflete a realidade

vivida por outros legislativos estaduais, bem como os problemas recorrentes mostrados pela literatura apresentada neste estudo. Entretanto, os apontamentos realizados neste estudo exploratório sobre essa casa legislativa mostram que, mesmo enfrentando os limites impostos pelo próprio desenho institucional do federalismo brasileiro, esse Legislativo estadual tenta impor a própria agenda política.

Nesse sentido, sugerimos que suas ações ocorrem em duas frentes; uma que diz respeito ao exercício da função tipicamente legislativa na qual estabelece uma relação mais indireta com a população, pois os resultados dessas ações geralmente são concretizados na política do Executivo estadual. A segunda frente indica uma possível aproximação mais direta do Legislativo estadual com a população, que se expressa por meio dos diversos programas sociais e serviços de utilidade pública oferecidos aos cidadãos pela Assembleia.

Entretanto, de acordo com a literatura apresentada neste trabalho, ainda são escassos os estudos sobre o Poder Legislativo no âmbito estadual. Também verificamos essa mesma necessidade de estudos sobre a Assembleia Legislativa de RR visto que ainda são poucos os estudos sobre essa casa no contexto da política local.

Por conseguinte, apontamos possíveis questões sobre a Assembleia Legislativa de RR que podem vir a ser pesquisadas e exploradas. Nesse sentido, citamos algumas possibilidades de tema: avaliação do seu desempenho institucional, o impacto da produção legislativa na formulação de políticas públicas, representatividade feminina no Legislativo estadual, participação e engajamento dos parlamentares por meio das comissões e audiências públicas e percepção da recepção da população em relação aos trabalhos do Legislativo, aos serviços de utilidade pública e

programas sociais ofertados pela Assembleia Legislativa de RR. É indispensável investigar a própria dinâmica política da relação entre essa Casa Legislativa e o Executivo estadual.

## Referências

ABRUCIO, Fernando L. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 567-584, maio-ago. 2010.

BACKES, Ana Luiza *et al.* Breve análise dos dados sobre candidaturas de mulheres nas eleições de 2018. Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados. *Estudo Técnico*, abr. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/breve-analise-dos-dados-sobre-candidatas-eleitas-receitas-nas-eleicoes-de-2018>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre. *La distinción*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979,

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014*. 8 mar. 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>. Acesso em: 7 maio 2021.

CALDAS, Ingrid Cardoso. *Federalismo, direitos de propriedade e regularização fundiária: a atuação da Assembleia Legislativa do estado de Roraima (1991-2014)*. 2015. 160 f. Orientador: Cleber Batalha Franklin. Tese (Doutorado em Ciência Política) –Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CARVALHO, Francisca C. Sousa. *O caso de corrupção dos gafanhotos, 1998-2002: o Executivo e o Legislativo em Roraima*. 2019. 118 f. Orientador: Alfredo Ferreira de Souza. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteira) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2019.

CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 263-299, 2009.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 9, n. 17, jun. 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2009000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100006). Acesso em: 20 dez. 2020.

FERREIRA, Débora C.; MENEGUIN, Fernando B.; BUGARIN, Mauricio S. Atuação do Poder Legislativo estadual: análise dos incentivos dos deputados estaduais na atividade legislativa. *Revista Estudos Institucionais*, v. 4, n. 2, p. 700-724, 2018.

FISCALIZA RORAIMA. *Chegou a sua vez de fiscalizar*. 2021. Disponível em: <https://fiscalizarr.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GAMA NETO, Ricardo Borges; SANTOS, Roberto Ramos. *Amazônia, instituições e processos políticos de governo: Roraima como estudo de caso*. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2021.

GARCÍA MONTERO, Mercedes; SÁNCHEZ LÓPEZ, Francisco. *Las comisiones legislativas en América Latina: una clasificación institucional y empírica*. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 2002. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/legislatina/papers/ICPS212.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GUITARRARA, Paloma. *Geografia do Brasil: Roraima*. Brasil Escola, 2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/roraima.htm>. 14 jul. 2021.

IBGE. *Roraima: história e fotos*. Boa Vista, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/historico>. Acesso em: 10 abr. 2021.

INÁCIO, Magna Maria; MENEGUIN, Fernando Boarato. *Desempenho do Poder Legislativo: como avaliar?* Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/Conleg/Senado, setembro/2014. Texto para Discussão n.º 155. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos->

-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td155. Acesso em: 10 abr. 2021.

JABER, Samy C. A. *Desempenho das funções constitucionais do Poder Legislativo: análise das dimensões promovedora, cooperadora, fiscalizadora, transparente e administrativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais no período de 2011 a 2013*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2015.

MARQUES, Gabriel. *Qual a diferença entre lei ordinária e lei complementar?* 2013. Disponível em: <https://gabrielmarques.jusbrasil.com.br/artigos/111572050/qual-a-diferencaentre-lei-ordinaria-e-lei-complementar>. Acesso em: 2 maio 2021.

OLIVEIRA, Renata A. Os condicionantes da sub-representação feminina na América Latina. In: ENCONTRO ABCP, 10., 2016, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, MG: Associação Brasileira de Ciência Política, 2016.

REZENDE, Daniela L. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3: p. 530, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/75Qtbgy8g3qGZP4FrngsjHn/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2021.

ROCHA, Marta M.; COSTA, Alessandra. Percepções dos deputados estaduais sobre o sistema de comissões das Assembleias Estaduais brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, v. 18, n. 2, , p. 278-308, nov. 2012.

RORAIMA. Constituição (1991). *Constituição do Estado de Roraima*. Promulgada em 31 de dezembro de 1991 e atuali-

zada até a Emenda Constitucional n.º 69 de 12 de dezembro 2019. Boa Vista: Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, 2019.

RORAIMA. História. *Portal São Francisco*, [2021]. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/roraima>. Acesso em: 26 mar. 2021.

ROTEIROS BR. *Estado de Roraima – Região Norte*. 2021. Disponível em: <https://roteirosbr.com.br/estado-de-roraima-regiao-norte/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Políticas públicas, economia e poder: o estado de Roraima entre 1970 e 2000*. 2004. 271 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

SIRAQUE, Vanderlei. *O controle social da função administrativa do estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988*. 2004. 224 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, PUC, 2004.

TOMIO, Fabrício, R. L.; RICCI, Paolo. O governo estadual na experiência política brasileira: os desempenhos legislativos das assembleias estaduais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 41, p. 193-217, fev. 2012.

VOGEL, Luiz Henrique. *A histórica sub-representação das mulheres da Câmara dos Deputados: desigualdades e hierarquias sociais nas eleições de 2014*. Brasília: Estudo Técnico da Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados, 2019.

# Mulheres, poder e democracia: participação política na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Maria das Graças Santos Dias  
Édla Sonaira Salazar de Oliveira  
George Brendom Pereira dos Santos

## Introdução

Neste capítulo analisa-se a participação feminina na política a partir da discussão da conjuntura nacional e local, nesse contexto, a Assembleia Legislativa do estado de Roraima. Inicialmente, vislumbra-se um debate do conceito de gênero, poder e democracia. A seguir, um pano de fundo: análise histórica da participação feminina na política. Por fim, a representação da mulher na Assembleia Legislativa de Roraima, pois, durante muitos anos, a mulher não era objeto de estudos históricos, ou seja, não era tema de investigações, imperava a “invisibilidade feminina”, predominava o silêncio, o que evidencia a sub-representação da mulher na política e nos espaços formais de poder público, sempre à margem. O feminismo vem apresentando este desafio para as mulheres, sair da invisibilidade. A lei de cotas de gênero foi implementada com o grande desafio de diminuir essa diferença, uma ferramenta para que esse direito das mulheres seja efetivado. No campo da metodologia, foi uma pesquisa qualitativa/quantitativa, bibliográfica, com abordagem dedutiva, partindo do geral para o específico.

## 1 Breve discussão teórico-metodológica

Convém discutir, neste estudo, os conceitos de gênero, poder e democracia, importantes para a compreensão da temática em questão. Inicialmente, a equidade de

sexo e gênero é um dos aspectos fundamentais que permitem relativizar as desigualdades entre homens e mulheres; reconhecer essas diferenças possibilita legitimar a mulher como correlativa. Segundo Saffioti e Almeida (1995, p. 107), “o conceito de gênero é uma categoria ontológica, construída socialmente, que não se reduz a categorias cartesianas biológicas e sexuais”.

Nesse contexto, segundo Joan Scott, o texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, traduzido para o português em 1990, é considerado uma referência clássica em razão de sua abordagem histórico-cultural, incluindo as experiências pessoais e subjetivas na análise. A definição de gênero “repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. O gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).

Entrementes, ainda com a contribuição em Joan Scott (1990), no imenso universo sobre a questão mulher, observam-se três posições teóricas que as feministas empregam na análise de gênero: a teoria do patriarcado, a teoria marxista e a teoria psicanalítica. Nesse contexto, a teoria do patriarcado questiona a desigualdade entre homens e mulheres e localiza a opressão na manipulação masculina da sexualidade feminina. A teoria marxista acredita que a opressão é fruto das estruturas sociais e econômicas da sociedade, e para a teoria psicanalítica, a subjetividade feminina se constrói em uma cultura sexista.

Já a conceituação de Gênero, segundo Camurça e Gouveia (2004), significa uma relação, isto é, nas sociedades, o feminino e o masculino são considerados opostos e também complementares. Como na maioria das vezes o masculino tem mais valor, as relações de gênero produzem uma distribuição desigual de prestígio e autoridade entre as pessoas, de acordo com seu sexo, implicando a

situação em que as relações de gênero são consideradas como relações de poder.

Com efeito, no que diz respeito às teorias sociais, o conceito de poder pode ser referido como meio para se analisar determinada realidade social. Entretanto, não podemos ficar restritos a uma única referência teórica. Para referir-se ao conceito de poder, faz-se uso aqui de vários conceitos. Dessa forma, apresentam-se alguns que parecem ser importantes para a discussão de poder. Inicialmente, esse conceito é apresentado no dicionário de política de Bobbio, onde se define da seguinte forma:

Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como na expressão Poder calorífico, Poder de absorção). (BOBBIO, 1995, p. 933).

Dessa forma, dentro do que se estabelece, o conceito de poder nesse dicionário pode ser entendido como “poder social”. Com efeito, está estritamente relacionado com a vida dos seres humanos em sociedade, ou seja, ele vem referir-se às relações sociais que são estabelecidas entre os indivíduos. Nesse contexto, segundo Max Weber (1994, p. 33), o poder seria: “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade.”

Nesse debate, Weber evidencia as qualidades existentes de uma determinada pessoa ou de grupo de indivíduos, assim como toda combinação que é possível de uma determinada circunstância pode, dessa forma, por alguém ou grupo ser demonstrada em uma situação em que possa exigir obediência a suas vontades. Logo, podemos dizer que essa definição weberiana é bastante forte no campo da Ciência Política; todavia, não é apenas

o poder de uma pessoa; está bem além disso, o “poder político” ou de “Estado” está baseado na “força”, no “monopólio”, na “exclusividade” e “legitimidade”, sendo o último a principal referência para ele.

Nessa discussão, conforme Lebrun (1999), tanto poder como dominação, caminham juntos, um indivíduo só terá poder quando outro não o tem. Todavia, esse entendimento está relacionado com a sociologia norte-americana, que é conhecida por “Teoria do Soma Zero”, e vai estabelecer que alguém só pode ter poder mediante o não poder dos outros. Para o referido autor, essa tese está presente em Marx, Nietzsche, Weber, Raymond Aron, Wright Mills e outros.

Ressalta-se, ainda, com aporte em Lebrun, como meio de seu trabalho, a ideia de que nenhuma “organização política moderna” tem mecanismo para funcionar sem haver “dominação”. Com isso, o conceito moderno de política tem uma relação com “força” ou “coação” de “Estado” que se estabelece aos indivíduos como mecanismo de cumprimento das leis sociais. Dessa forma, podemos analisar que essa definição “moderna” é bem diferente da estabelecida pelo sentido “clássico”, na qual confere à política a ideia de “reflexão” e de “bem-estar” dos indivíduos no que se refere às atividades humanas desenvolvidas na “polis” ou no “Estado”.

Não obstante, ainda nesse aparato teórico, no que se refere à democracia, pode ser apresentada por meio da chamada trindade intelectual, que é composta pelo sociólogo Max Weber, o economista Joseph Schumpeter e o jurista Hans Kelsen, na qual, em seus escritos, descrevem a mais consagrada, elegante e notória noção de democracia, sendo ela apresentada por muitos como um sistema institucional que tem por finalidade a escolha dos governantes de uma nação, sendo essa escolha a possibilidade de se tornar responsável em relação aos governados. Dessa

maneira, Weber vai apresentar a democracia como uma luta entre *leaders*, na qual disputam entre si a simpatia eleitoral do povo: os mais fracos são eliminados (WEBER, 1971/1976); pois essa estrutura de pensamento está ligada intrinsecamente à teoria de Schumpeter,<sup>11</sup> na qual, para ele, “o método democrático é o instrumento institucional para se chegar a decisões políticas, mediante o qual particulares obtêm o poder de decidir através de uma competição que tem por objeto o voto popular” (SCHUMPETER, 1954, p. 279). Com base nessa teoria, podemos montar uma estrutura semelhantemente às que são apresentadas pelos empresários, em que lutam com o objetivo de vencer a concorrência estabelecida no mercado. Outra estrutura está no caso dos políticos que, também, procuram lutar por vitória contra a concorrência existente com os outros políticos: “o princípio da democracia significa tão somente que as rédeas do governo devem ser entregues ao concorrente que obtém apoios superiores aos demais, seja de indivíduos ou grupos.” (SCHUMPETER, 1954, p. 283).

Mediante o exposto, podemos definir a democracia como uma disputa estabelecida entre grupos de elite, os partidos, dirigidos por seus líderes. Aventa-se de uma “concorrência pelo comando” em que os *leaders* batalham para conquistar o poder mediante as palavras, destituindo a forma da violência, estabelecendo a proposta para os eleitores. Esses podem estabelecer-se apenas por meio de eleições, e o líder e o grupo de poder devem ser propostos a prevalecer. Para isso, devem-se determinar programas partidários que estabeleçam a ação dos governantes por meio de um mecanismo que responda aos interesses dos eleitores, bem como dos governados, na qual se apresentam à medida que sirvam para obter o consenso e a vitória política.

---

<sup>11</sup> Sobre a estreita relação entre o pensamento de Weber e de Schumpeter, consultar David Held (2006).

## **2 Pano de fundo: participação feminina na política brasileira**

Nessa pesquisa de 2010, embora as mulheres sejam a maioria na população brasileira (IBGE, 2011), a representação feminina na política é ainda minoria em cargos eletivos. Quando comparado com outros países sobre a participação de mulheres na política partidária, o Brasil ocupa as últimas posições. O poder sobre as decisões públicas, que deveria ser amplo e irrestrito, representativo e proporcional a toda a população, ainda é marcado por gênero, raça e classe, o que abala a representatividade das instituições políticas e resulta em pouca sensibilidade no mundo político diante desses assuntos.

Dessa forma, a baixa representação feminina na política está relacionada, intrinsecamente, com fatores sociais, culturais e econômicos. Pelo fato de o campo político ter sido historicamente reduto masculino, os dirigentes partidários resistem em abrir espaço para a mulher líder. Com efeito, inibe a participação das mulheres que sentem esse ambiente de certa forma hostil à sua maior participação. Nessa discussão convém mencionar que essa questão também perpassa pela divisão sexual do trabalho, que toma mais tempo e energia das mulheres, o que colabora para reproduzir o caráter masculino da política.

### **2.1 “Política não é lugar de mulher”: a genealogia da naturalização dos papéis femininos**

Historicamente, o movimento reivindicatório pelo voto feminino desenvolveu-se ainda no século 19 no contexto da chamada primeira onda do feminismo com outras reivindicações por direitos políticos, sociais e jurídicos. Nesse cenário de grandes transformações surgiram na

Inglaterra as ativistas mulheres, que ficaram conhecidas como sufragistas.

Em uma Europa marcada pelas profundas mudanças políticas, culturais e sociais, o movimento feminista buscava modificar a sociedade moderna em formação, que era marcada pela urbanização e industrialização, mas possuía uma democratização ainda muito restrita e relações de trabalho marcadas pela exploração e ausência de proteção e direitos. As ativistas feministas da primeira onda buscavam igualdade jurídica entre mulheres e homens no campo da educação e das posses, o direito ao divórcio e o direito ao voto (KARAWEJCZYK, 2010). O movimento alcançou o mundo, e entre os anos de 1893 a 2011,<sup>12</sup> mulheres foram conquistando seus direitos políticos em diferentes regiões do planeta, cada luta realizada de maneira singular, mas com um mesmo objetivo, o reconhecimento da cidadania das mulheres.

No Brasil, até o início do século 20, o direito ao voto era exclusivo dos homens, especialmente de homens brancos e ricos. Somente com a reforma do Código Eleitoral, pelo Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, o voto feminino foi instituído no Brasil. A redação do artigo 2.º determinou: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.” (BRASIL, 1932, art. 2.º). O que tornou o Brasil um dos pioneiros na concessão do voto para as mulheres na América Latina; entretanto, Bellozo (2006, p. 18) ressalta:

A igualdade alcançada com o sufrágio universal, no caso do Brasil, em 1932, que a torna elegível e eleitora não significou profundas alterações das condições da mulher, pois a realidade que podia ser entendida como

---

<sup>12</sup> Em 1893, a Nova Zelândia tornou-se o primeiro país a garantir o sufrágio feminino, e em 2011, foi concedido às mulheres sauditas o direito de voto e de elegibilidade.

motivadora da desigualdade entre homens e mulheres não foi alterada com sua inserção no processo político, como não se alterou posteriormente, de modo que se pode pensar que, ainda hoje, mais da metade da população não se encontra representada politicamente, o que se infere daí sérias correlações de defesa de direitos que não são acolhidos, embora a dicotomia existente não seja amplamente reconhecida.

Segundo Camila Campos (2015), essas dificuldades de acesso das mulheres aos direitos básicos são reflexo da submissão a que foram tratadas ao longo da história. Segundo a historiadora Michelle Perrot, o século 19 “levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa” (PERROT, 1998, p. 186). Conforme Michelle Perrot, o papel do homem, e mais, o do marido, fixou-se como o de provedor, enquanto o da mulher, a responsável pelos serviços domésticos, pelo bom funcionamento do lar e pela educação das crianças. A novidade da situação no século 19 “reside na acentuação da divisão do trabalho e na separação dos locais de produção e de consumo. O homem na fábrica, a mulher em casa, ocupando-se de sua família” (PERROT, 2005, p. 201).

Ao descrever as mulheres brasileiras do século 19, Hahner (2003) afirma:

Como as mulheres de outros países durante o século XIX, inclusive dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, as brasileiras podiam ressentir-se da assim chamada imagem vitoriana que se fazia delas, apresentando-as como bonecas, figuras unidimensionais, e lamentar-se por não serem levadas a sério. Uma brasileira só podia ser considerada recatada e respeitável se andasse ‘olhando sempre para o chão e respondendo por monossílabos’. (HAHNER, 2003, p. 85-86).

As mulheres, de certo modo, já exerciam a função de criar os filhos, com a divisão de tarefas e a segregação sexual definidas no século 19. Elas começaram a passar mais tempo em casa, dedicando-se bastante ao trabalho doméstico já exercido, uma vez que, tradicionalmente, deviam ser submissas à vontade, seja do pai, do marido, seja de qualquer outro homem que exercia papel de seu tutor.

Segundo Danuza Marques (2018a), os papéis historicamente destinados aos homens e mulheres foram naturalizados, e esse seria um dos fatores responsáveis pelo retardamento do envolvimento feminino na política brasileira, pois esse é um campo que ainda é permeado pela ideia tradicional de que é papel do homem tratar de assuntos de domínio público, pois eles foram os possuidores e executores de cargos políticos desde a Grécia Antiga, onde surgem as concepções da democracia. Desse modo:

A ideia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos. Além disso, as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, assim interiorizando as normas tradicionais. (PERROT, 1988, p. 184).

Com relação a essa imagem da mulher voltada ao lar e aos cuidados dos filhos, Andrea Gonçalves (2006) afirma:

O ídolo nessa nova [...] ordem será a dona de casa, cujo papel era entendido, em 1850, como essencial à conservação das famílias e à perpetuação das sociedades, tarefa tão respeitável quanto a que os homens desempenhavam como provedores do lar. A partir de então, o lar e a família passam a ser representados em termos naturais, e a maternidade, suprema realização feminina, passa a figurar como uma necessidade. (GONÇALVES, 2006, p. 42).

Por ter vivido muito tempo como uma espécie de anexo do marido, sem poder exercer atividade profissional ou ter acesso à educação, a mulher guarda ainda vestígios, e até mesmo certo preconceito, muitas vezes, contra as próprias colegas que ousam buscar ocupar os espaços que durante muito tempo eram permitidos somente aos homens. (BELLOZO, 2006).

Entretanto, é importante ressaltar que, embora as normas de comportamento mencionadas fossem regra, as mulheres de carne e osso nem sempre se comportavam como o esperado. Temos vários exemplos de mulheres brasileiras que romperam com as normas preestabelecidas. Dentre elas, é pertinente ressaltar Nísia Floresta Augusta, mulher que ousou romper com os preconceitos de sua época, exigindo uma educação plena para as mulheres.

Desde 1830, Nísia já era conhecida no Brasil e causava polêmica por onde passava por ter sido uma das primeiras mulheres brasileiras a romper com

[...] os limites do espaço privado e a publicar textos na grande imprensa, pois, desde 1830, seu nome era uma presença constante em periódicos nacionais, comentando questões polêmicas, como o direito das mulheres – e, também, dos índios e escravos – a uma vida digna e respeitável. (DUARTE, 1999, p. 60).

Com isso, podemos observar que, mesmo durante os anos iniciais da formação da nação brasileira, o tema da emancipação feminina já estava presente embora, em um primeiro momento, a questão da participação da mulher no mundo político ainda não fosse mencionada. Nesse primeiro momento de reivindicações femininas no Brasil não se refletia seriamente sobre sua exclusão do mundo político, que segregava não somente as mulheres, mas também boa parte da população.

## 2.2 A luta das mulheres na participação política no Brasil

A luta de grupos feministas pelos direitos da mulher e do voto marcou o início do século 20. A professora Deolinda Daltro fundou o Partido Republicano Feminino no Rio de Janeiro em 1910, e Bertha Lutz criou a Liga pela Emancipação da Mulher em 1919. Essas mulheres da elite brasileira encorajaram muitas outras a entrar na política. No Brasil, o direito ao voto foi conquistado em 1932 quando foi promulgado o novo Código Eleitoral Brasileiro (KARAWEJCZYK, 2010).

De acordo com José Murilo de Carvalho (2008, p. 42), “não houve no Brasil, até 1930, movimentos populares exigindo maior participação eleitoral. A única exceção foi o movimento pelo voto feminino, valente, mas limitado”. Apesar desse reconhecimento, a história da reivindicação dos direitos femininos é pouco conhecida e pesquisada no Brasil.

Nesse contexto, Karawejczyk (2013) aponta esse silêncio da historiografia oficial sobre o movimento sufragista brasileiro como o responsável por desconhecermos seus personagens, o que causa um entendimento de que o voto feminino foi uma concessão do governo de Vargas, e não o resultado de uma luta empreendida por homens e mulheres no Brasil.

No entanto, antes da aprovação do sufrágio feminino no país, ainda em 1928, Celina Guimarães Viana solicitou seu registro para participar da eleição municipal de Mossoró (RN), uma jovem professora de 29 anos. Com a aplicação da Lei n.º 660, de 25 de outubro de 1927, sancionada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros, o Rio Grande do Norte foi o primeiro estado que estabeleceu que não houvesse distinção de sexo para

o exercício do sufrágio. Com isso, Celina tornou-se a primeira mulher a votar no Brasil nas eleições de 5 de abril de 1928 (KARAWEJCZYK, 2013). Certamente Celina foi um exemplo e um marco para as feministas e sufragistas brasileiras. Porém, a Comissão de Poderes do Senado não aceitou o voto, o que certamente fortaleceu para que as mulheres lutassem muito mais pelo sufrágio no país (HANSEL, 2017).

Historicamente, a Lei n.º 660 do estado do Rio Grande do Norte abriu espaços antes mesmo da legislação nacional e conquistou o feito de eleger a primeira prefeita mulher da América Latina em 1929; Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lajes. Luísa Alzira Teixeira Soriano era integrante de uma família rica e tradicional de Jardim dos Angicos, que na época era um distrito de Lajes; casou-se cedo com o promotor de justiça pernambucano Thomaz Soriano, com quem teve três filhas. Ficou viúva aos 22 anos e com as filhas voltou a viver com os pais dela em Jardim dos Angicos, onde a jovem começou a lidar com a administração da fazenda da família e a se interessar por política por intermédio do pai, que era um influente líder político na região (HANSEL, 2017).

Com efeito, Alzira, aos 32 anos, em seu discurso de posse na Prefeitura de Lajes, no dia 1.º de janeiro de 1929, afirmou:

Determinaram acontecimentos sociais do nosso querido Rio Grande do Norte, na sua constante evolução da democracia, que a mulher, esta doce colaboradora do lar, se voltasse também para colaborar com outra feição na sua obra político-administrativa [...] As conquistas atuais, a evolução que ora se opera, abrem uma clareira no *convencionalismo*, fazendo ressurgir a nova faceta dos *sagrados direitos da mulher*. (SORIANO, 2000, grifo nosso).

Infere-se que, possivelmente, Alzira tenha sido influenciada na política pelo ambiente que a cercava e por sua condição financeira. Além disso, no seu discurso, afirma que tinha consciência da importância daquele cargo para a conquista dos direitos das mulheres. A candidatura foi apoiada pelo governador Juvenal Lamartine, sucessor de Bezerra de Medeiros, e pela líder feminista Bertha Lutz, uma das pioneiras do feminismo no Brasil, que visitou o Rio Grande do Norte em 1928 (HANSEL, 2017).

Em 1932, as mulheres conquistaram o direito ao voto, mas não era obrigatório para elas, e havia algumas restrições. Poderiam votar as viúvas e solteiras que tivessem certa quantia de dinheiro; já as mulheres divorciadas, não podiam e as casadas só poderiam votar com autorização do marido. O sufrágio feminino só se tornou obrigatório para mulheres em 1946 com exceção das mulheres que não exerciam profissão remunerada. Com o novo Código Eleitoral de 1965, estabeleceu-se, pela primeira vez, que o voto era obrigatório para mulheres sem restrições (KARAWEJAZYK, 2013).

Nesse quadro, ainda na década de 1930, algumas mulheres já começaram a exercer seus direitos políticos plenamente, inclusive, sendo pioneiras no exercício de alguns cargos que sempre foram exercidos por homens (KARAWEJAZYK, 2013). Em 1934, as mulheres intensificaram sua participação na política nacional, ano em que Carlota Pereira de Queiroz assume como primeira deputada federal pelo Partido Constitucionalista de São Paulo. Carlota atuou até 1937 quando o presidente Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional. Antonieta de Barros tornou-se a primeira mulher eleita deputada estadual pelo Partido Liberal Catarinense (1935 a 1937). Foi também a primeira negra a exercer um cargo político no Brasil. Após

o período do Estado Novo, foi reeleita em 1947, dessa vez pelo Partido Social Democrático. Em 1935, Quintina Diniz Ribeiro assumiu uma cadeira no Legislativo de Sergipe, e Maria do Céu Fernandes foi diplomada a primeira deputada estadual eleita pelo voto popular no Rio Grande do Norte (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Em 1980, Eunice Michellis (Partido Democrático Social, PDS) assumiu a vaga de senadora representante do estado do Amazonas, por falecimento do titular, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo. As 26 deputadas constituintes de 1988, apoiadas por diversas frentes feministas, conquistaram importantes avanços para as brasileiras na Constituição Federal de 1988. Entre eles, destaque para a garantia de igualdade a todos os brasileiros perante a lei sem nenhum tipo de distinção.

No governo militar de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), o Brasil teve sua primeira ministra, Esther de Figueiredo Ferraz, que ficou à frente do Ministério da Educação e Cultura entre 1982 e 1985. (ROSEMBERG; MADSEN, 2011). Em 1990, Júnia Marise (Partido Democrático Trabalhista, PDT) foi a primeira senadora eleita representando o estado de Minas Gerais. Roseana Sarney foi pioneira ao se eleger governadora do Maranhão, sendo reeleita em 1998 (GROSSI; MIGUEL, 2001), e setenta e oito anos após a conquista do direito ao voto feminino, em 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff foi eleita presidenta do Brasil.

Nos últimos anos, as mulheres passaram a ser maioria de eleitores do país. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, já em 2008, havia maioria feminina no universo de 130 milhões de eleitores. Desses, eram mulheres 51,7%. Essa maioria vem consolidando-se ao longo dos anos. No pleito de 2010, as mulheres somaram 51,82% dos 135 milhões de

eleitores. Nas eleições de 2012, as mulheres representaram 51,9% dos 140 milhões de eleitores. Nas últimas eleições nacionais de 2018, dentre pouco mais de 147 milhões de eleitores, eram mulheres 52,5%. Para Bellozo (2006), as conquistas apresentadas até o momento no campo político feminino são resultado das reivindicações e demandas das mulheres com as campanhas dos movimentos feministas.

### **2.3 A legislação eleitoral brasileira e a cota para mulheres**

Atualmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a representação das mulheres nos espaços de poder como um “déficit” democrático se comparada sua proporção numérica no contingente populacional, pois as mulheres são mais de 50% do eleitorado da população mundial. Segundo Melo (2018), a política institucional das mulheres foi sempre muito restrita, e mesmo com os movimentos feministas que eclodiram na segunda metade dos anos 1970, a realidade dos anos 1990 mostrava que o espaço político ocupado pelas mulheres estava aquém do espaço já conquistado nos demais campos da sociedade brasileira. Essa realidade acirrou os debates sobre as políticas de inserção de mulheres nesses espaços da política ainda nos anos 1990.

Durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher promovida pela ONU, em setembro de 1995, em Pequim, China, foi aprovada a Declaração de Beijing, em que os governos participantes se comprometeram a cumprir, até o fim do século 20, estratégias para Plataforma de Ação de direitos das mulheres como direitos humanos e comprometidos com ações específicas para garantir o respeito a esses direitos. A fim de cumprir o compromisso de promoção da igualdade de gênero afirmado na Conferência, as cotas de gênero na política foram pensadas

como medidas afirmativas de reserva de espaços ou recursos para a promoção da eleição de mulheres (VOGEL, 2019).

A adoção de cotas na América Latina espalhou-se. Como a sua aplicação depende de diversos fatores, elas podem ser de diferentes tipos e variam bastante em cada país. No Brasil, a implantação dessas medidas para ampliação da participação política da mulher surge por intermédio da chamada Lei de Cotas, Lei n.º 9.100/95 (BRASIL, 1995) de autoria da então deputada federal por São Paulo Marta Suplicy (Partido dos Trabalhadores, PT). A lei determinava que:

20% das candidaturas seriam preenchidas por mulheres nas eleições do ano seguinte, 1996, para os cargos do Legislativo municipal, sendo ampliada posteriormente para 25% em 1997, vigorando nas eleições de 1998 para os demais cargos eletivos de voto proporcional, e finalmente, com a Lei 9504/97, que determinou um número mínimo de 30 e no máximo 70% para qualquer dos sexos a partir de então. (BELLOZO, 2006, p. 25).

Ao contrário do que se esperava, o número de candidaturas não cresceu, como também não cresceu o número de eleitas. Bellozo (2006) ressalta que esse resultado pode ter relação com a forma como as eleições brasileiras se realizam, pois:

as cotas são reservadas somente para a candidatura, e não no preenchimento no número de candidatos eleitos, o que, no caso do sistema eleitoral brasileiro, em que o voto é personalista e não na legenda, as mulheres para serem eleitas não precisam somente das cotas, mas sobretudo do apoio do partido, o que muitas vezes não ocorre. Este sistema em uso no Brasil, difere de outros países, como a Argentina, Equador e a Alemanha, por

exemplo, onde se vota no partido, as listas são fechadas e há a obrigatoriedade de alternância dos nomes nas listas apresentadas pelo partido, ou seja, para cada 2 candidatos homens, 1 candidata mulher, onde, em se votando naquele partido, sempre será garantido um mínimo de representação. (BELLOZO, 2006, p. 26).

Em comparação com as eleições de 1994 (sem cotas), recuamos de 6,2% de eleitas para a Câmara de Deputados, para 5,7% nas eleições de 1998 com cotas (CARVALHO; ANGELO, 2018). Segundo Danuza Marques (2018b), para entender esse resultado negativo após a adoção das cotas para mulheres na política no Brasil, é preciso pensar nessa questão por vários ângulos antes de decretar que elas funcionam ou não. Para a autora, é importante ressaltar que o fato das

agremiações partidárias sempre terem sido historicamente redutos masculinos, locais de discussões acirradas e acaloradas, próprios do ideário da cultura masculina, o que de certo modo inibe uma maior participação das mulheres e que veem este ambiente como sendo de certa forma hostil à maior participação feminina. (MARQUES, D., 2018b, p. 3).

Nesse contexto, ainda existe a questão da dupla, às vezes, tripla jornada de trabalho a que a mulher está submetida ao cuidado doméstico, o que lhe toma todo o tempo que seria necessário à participação das discussões políticas em âmbito partidário. Dessa forma, a “ausente dos debates e discussões, acaba tendo involuntariamente que se abster da participação política, decidindo-se por participar da política, muitas vezes, depois de uma certa idade, quando os filhos já foram criados, como demonstram algumas pesquisas a respeito” (BELLOZO, 2006, p. 25).

Entretanto, as resoluções da Declaração de Beijing foram de grande importância para quebrar as resistências parlamentares brasileiras. Em setembro de 1997, a legislação foi alterada para vigorar já nas eleições do ano seguinte, e foi aprovada a Lei n.º 9.504/1997 (BRASIL, 1997), que elevou a taxa de vagas para 30% para mulheres candidatas e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo (MELO, 2018).

Segundo Miranda (2019), em 2009, realizou-se uma chamada minirreforma com a Lei n.º 12.034, de 29 de setembro (BRASIL, 2009), na qual a legislação eleitoral foi novamente mudada com o estabelecimento de novos direcionamentos. No texto da lei, houve a substituição da expressão “reserva” pela palavra “preencherá”, o que tornou obrigatório o preenchimento das cotas de gênero na definição das candidaturas de cada partido político.

Conforme Almeida (2018, p. 102), essa mudança ocorreu “porque os partidos políticos não estavam lançando candidatas no percentual de 30%, mas apenas registrando 70% das vagas de candidaturas a que tinham direito com os candidatos do sexo masculino”. Prática que estava causando o esvaziamento da iniciativa para aumentar mulheres na política. Com a nova mudança, criou-se também uma reserva de, no mínimo, 10% do tempo da propaganda partidária para incentivar a participação feminina na política; e a destinação de 5% do Fundo Partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres (MELO, 2018).

As congressistas da Bancada Feminina do Congresso Nacional em 2015 propuseram a paridade de gênero na representação parlamentar nacional, o que levou a uma negociação tensa com a bancada masculina e os diretórios de partidos, e em 8 de setembro do mesmo ano, o Senado

aprovou a Emenda Constitucional que implementou progressivamente cotas de legislatura de gênero no Brasil, na proporção de 10%, 12% e 16% para as legislaturas seguintes (MIRANDA, 2019).

Para alguns congressistas, o percentual alcançado foi uma derrota, mas para Hildete Pereira de Melo, coautora do livro *Mulheres no poder: histórias, ideias e indicadores*, as parlamentares pela primeira vez criaram uma situação embaraçosa para os congressistas do sexo masculino, porque o que as mulheres propunham significa que metade dos congressistas perderiam seu posto parlamentar já nas eleições de 2018, e não podemos esquecer que a cada mulher que assume um cargo de poder, um homem perde (MELO, 2018).

Em 2018, a ministra Rosa Weber do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) respondeu a uma solicitação jurídica oriunda das ativistas feministas, e sancionou uma alteração com relação ao financiamento público das campanhas femininas. Segundo a determinação, o Fundo Especial Eleitoral deve aplicar a mesma norma do Fundo Partidário para o Fundo Especial de Campanha Eleitoral e destinar o mínimo de 30% para a candidatura de mulheres, estabelecendo também um tempo para propaganda gratuita às candidaturas femininas, em todos os níveis da campanha eleitoral a serem definidos de acordo com as direções partidárias de cada partido político (MIRANDA, 2019).

O cientista político José Sérgio Martins Juvêncio (2013) afirma que a reforma eleitoral de 2009 e a obrigatoriedade no preenchimento das cotas a cada eleição causaram o crescimento de denúncias sobre o preenchimento fraudulento, ou começaram a aparecer preenchimentos fictícios de mulheres, daí o fenômeno das “candidaturas-laranja” femininas; o que denota uma

tentativa de burlar as regras e poucas iniciativas para se preencher essas vagas. Assim, a sub-representatividade da mulher nos espaços formais de poder é um reflexo mais profundo do estabelecimento de normas sociais a partir das estruturas patriarcais.

Com essas mudanças, observa-se que, já nas eleições de 2018, houve um aumento de candidatas mulheres, mas ainda não foi capaz de aumentar expressivamente o número de mulheres eleitas, que registra algo na casa de 10% das cadeiras em disputa desde a década de 1990 (MIRANDA, 2019) Segundo os dados do TSE, nas eleições de 2018, o número de mulheres eleitas para o Senado se manteve em relação a 2010, sendo eleitas 7 senadoras, correspondente a 12,96% dos 54 eleitos na referida eleição. Apesar disso, nenhuma mulher foi eleita para o Senado em 20 estados e em três deles, Acre, Bahia e Tocantins, não houve candidatas (VELASCO; OLIVEIRA, 2018).

Entretanto, na Câmara e nas Assembleias estaduais, os dados indicam que a presença feminina aumentou. Na Câmara, houve um aumento de 51% no número de mulheres eleitas em comparação com 2014. Em 2018, foram eleitas 77 deputadas, o que corresponde a 15% de mulheres na sua composição. Embora tenha apresentado esse aumento, os estados do Amazonas, Maranhão e Sergipe não elegeram nenhuma mulher para o cargo.

Já no âmbito estadual, a atual legislatura é a maior participação feminina alcançada nos parlamentos brasileiros. Foram eleitas 161 deputadas, um aumento de 35% em relação a 2014, com destaques para a região Norte com 20% das cadeiras ocupadas por mulheres. Conforme dados levantados pelo jornal O Estado de São Paulo, em 2020, o estado do Amapá apresenta 33,33% de ocupação feminina, ou seja, na Assembleia Legislativa do estado 8 de 24 cadeiras são ocupadas por mulheres. Em

seguida, Roraima tem 7 de 24, um total de 29% dos cargos preenchidos por mulheres. Os dois estados ajudam a fazer da região Norte a mais feminina, com 37 das 185 vagas de deputados estaduais ocupadas por mulheres. Um total de uma mulher a cada 5 homens. Havendo também disparidade nesse resultado em casos como o de Mato Grosso do Sul, onde não há nenhuma mulher eleita nos 24 cargos (VELASCO; OLIVEIRA, 2018).

Embora essas ações afirmativas não tenham obtido o sucesso que as feministas sonharam e tanto lutaram, sem elas, o resultado das eleições seria muito mais excludente. Esse aporte jurídico incentivou as mulheres à vida partidária e tornou-se significativo, abrindo espaço para se pensar na manutenção da política de cotas, mas com regras distintas, alcançando não só as campanhas eleitorais, mas assegurando uma porcentagem no resultado final de cargos destinados às mulheres.

### **3 Mulheres na Assembleia Legislativa de Roraima**

Historicamente, o estado de Roraima nasceu em 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. Com efeito, o referido estado foi instalado em 1991, realizando-se a primeira eleição para seus dirigentes em 3 de outubro de 1990. O Poder Legislativo do estado foi constituído pela Assembleia Legislativa Estadual de acordo com a referida Constituição. Elegeram-se 24 deputados estaduais e o primeiro governador Ottomar de Sousa Pinto. Entrementes, em 1.º de janeiro de 1991, a deputada estadual Noêmia Bastos Amazonas, a mais idosa dos legisladores, preside a Sessão de posse do governador e do vice-governador do estado (Quadro 1).

## Quadro 1 - Legislatura 1991-1994 de deputadas estaduais eleitas, Roraima

Nome	Partido
Eulina Gonçalves Vieira (Irmã Eulina)	PSC
Noêmia Bastos Amazonas (Irmã Noêmia)	PFL
Odete Irene Domingues (Dra Odete)	PTB
Rosa de Almeida Rodrigues (Rosa Rodrigues)	PSDB)
Vera Regina Guedes da Silveira (Vera Regina)	PL

Fonte: ALE/RR. Disponível em: <https://al.rr.leg.br/deputadoslegislaturas-antiores/>

Nessa primeira eleição do estado de Roraima, Legislatura de 1991-1994, foram eleitas 5 deputadas, o que corresponde a 20,8% do total de 24 deputados eleitos (ver Quadro 1). Dessa maneira, percebe-se que a participação das mulheres é considerada baixa. Corrobora-se que os espaços de decisões políticas têm sido majoritariamente ocupados por homens. Essa baixa representatividade feminina na referida Assembleia, evidencia uma desigualdade de gênero e contribui para que determinadas demandas não fossem discutidas, perdendo a sociedade como um todo.

Na Legislatura de 1995-1998, houve uma queda notória na participação das mulheres, foram eleitas apenas 3 deputadas (Quadro 2). Cabe ressaltar que as mulheres tiveram seus direitos políticos cerceados por muito tempo, passando por um processo de exclusão da sua cidadania. Diante das dificuldades enfrentadas historicamente pelas mulheres, que refletiram na sua baixa representatividade política, foram implementadas leis para garantir a participação delas nos pleitos eleitorais. Percebe-se que Roraima manteve por anos um quantitativo baixo de deputadas estaduais, apresentando na segunda legislatura da Assembleia cerca de 17,6% de cadeiras ocupadas por

mulheres no universo de 17 deputados. Em comparação com o pleito anterior, houve uma perda de 2 cadeiras, o que evidencia as disparidades da pequena participação das mulheres em relação aos homens.

#### Quadro 2 – Legislatura 1995-1998 de deputadas estaduais, Roraima

Nome	Partido
Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros) <sup>13</sup>	PSC
Rosa de Almeida Rodrigues (Rosa Rodrigues)	PSDB
Zenilda Maria Portella (Zenilda Portella)	PTB

Fonte: ALE/RR. Disponível em: <https://al.rr.leg.br/deputadoslegislaturas-antiores/>

Na legislatura de 1999-2002 (Quadro 3), a Lei n.º 9.100/1995 já estava em vigor. A primeira ação afirmativa previa que 20% das vagas de cada partido ou coligação nas eleições proporcionais da Câmara dos Vereadores deveriam ser preenchidas por mulheres. Entretanto, em 1997, o percentual mínimo subiu para 30% e as cotas de gênero passaram a valer para as Assembleias Estaduais e para a Câmara dos Deputados. Nesse período, foram eleitas 3 deputadas. Convém mencionar, nesse contexto, que a deputada Maria Luiza Vieira Campos (primeiro suplente), em 6 de abril de 1999 assumiu na vaga do titular Henrique Manoel Fernandes Machado. Dessa maneira,

---

<sup>13</sup> No dia 4 de fevereiro de 1997, assumiu como 1.º suplente, o senhor Antônio Evangelista Sobrinho (Antônio Pampinha) em razão do afastamento da titular, senhora Francisca Aurelina de Medeiros Lima, para assumir o cargo de secretária de Agricultura do estado de Roraima. No dia 3 de abril de 1998, a titular da vaga de deputada estadual, senhora Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros), reassumiu o mandato.

podemos dizer que, no voto popular, somente 4 deputadas foram eleitas; efetivamente, considerando a entrada da deputada Maria Luiza, tivemos uma participação de 5 mulheres atuando na Assembleia Legislativa nesse período. Portanto, considerando o aumento de 17 para 24 cadeiras na casa, a referida eleição apresenta um crescimento da participação feminina de 2 cadeiras a mais comparada com a eleição anterior.

### Quadro 3 – Legislatura 1999-2002 de deputados estaduais, Roraima

Nome	Partido
Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros)	PPB
Rosa de Almeida Rodrigues (Rosa Rodrigues)	PMDB
Suzete de Macedo Oliveira (Suzete Mota)	PDT
Vera Regina Guedes da Silveira (Vera Regina)	PFL
Maria Luiza Vieira Campos (Malu Campos) suplente	PPB

Fonte: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1998/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-de-1998>

Sem embargo, na legislatura de 2003-2006, foram eleitas 3 mulheres: Lúcia Peixoto, Marília Pinto e Maria Luiza Vieira Campos no total de 24 cadeiras (Quadro 4). Nessa quarta legislatura, observa-se algo que se tornou comum em dado momento da conjuntura política de Roraima; duas das eleitas (Lúcia Peixoto, Marília Pinto) são mulheres provenientes de família com tradição política no estado.

#### Quadro 4 – Legislatura 2003-2006 de deputadas estaduais, Roraima

Nome	Partido
Maria Lúcia Rodrigues Marques (Lúcia Peixoto)	PMDB
Marília Natália Pinto Reginatto (Marília Pinto)	PTB
Maria Luiza Vieira Campos	PAN

Fonte: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>

Nesse contexto, não houve mudanças no quantitativo da participação das mulheres na legislatura de 2007-2010; com a reeleição das deputadas Lúcia Peixoto e Marília Pinto, com o retorno da deputada Aurelina Medeiros, agora pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sendo um total de 3 candidatas, que já eram experientes no cargo, e obtiveram sucesso em sua candidatura (Quadro 5). Manteve-se o quantitativo da eleição anterior de 12,5% da representação feminina na casa. Nessa problemática, nota-se a falta de engajamento maior dos partidos políticos e também políticas públicas efetivas de apoio às mulheres, medidas equitativas. As leis das cotas abrem espaço para mulheres, mas, somente elas, são insuficientes.

## Quadro 5 – Legislatura 2007-2010 de deputadas estaduais, Roraima

Nome	Partido
Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros)	PSDB
Maria Lúcia Rodrigues Marques (Lúcia Peixoto)	PL
Marília Natália Pinto (Marília Pinto)	PSDB

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/resultado-da-eleicao-2006>.

A Assembleia Estadual de Roraima apresenta no seu histórico um baixo percentual na representação feminina, não havendo nenhum reflexo das leis de cotas femininas nacionais. Fato preocupante, pois se fazem necessárias líderes femininas, atuantes para contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as mulheres roraimenses. Segundo Bellozo (2006, p. 25) são aquelas que vivenciam as violências e dificuldades impostas pelo gênero que tende a lutar por políticas combatentes e igualitárias pois “sofrem na pele com o machismo diário”.

Na legislatura de 2011-2014, Ângela Águida Portella foi eleita pela primeira vez e Aurelina Medeiros foi reeleita. Houve a perda de uma cadeira ocupada por mulheres, o que resultou na representação da casa um percentual de 8,3% (Quadro 6). Com efeito, esse período apresenta o mais baixo nível de representatividade do período em análise, os últimos 30 anos da Assembleia Legislativa de Roraima. Mesmo com o aporte jurídico desenvolvido com uma minirreforma na legislação eleitoral de 2009, as duas eleições posteriores à promulgação da lei apresentam a mais baixa ocupação de cadeiras por mulheres na

Assembleia de Roraima, fator que pode ser explicado pela necessidade também de se desenvolver debates acerca da forte influência do patriarcado no campo político regional.

#### Quadro 6 – Legislatura 2011-2014 de deputadas estaduais, Roraima

Nome	Partido
Ângela Águida Portella Alves (Ângela Águida Portella )	PSC
Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros)	PSDB

Fonte: ALE/RR. Disponível em: <https://al.rr.leg.br/deputadoslegislaturas-antiores/>

Dessa forma, também é necessário discutir a questão da paridade de gênero como uma estratégia para eliminar os obstáculos que impedem as mulheres de exercer sua igualdade na política. Segundo Velasco e Oliveira (2018), o cenário de castração política das mulheres é oriundo de processos sociais discriminatórios, que transbordam para a arena política, ou seja, a baixa representatividade das mulheres na política relaciona-se com o histórico do patriarcado brasileiro, do machismo.

Nos anos de 2015 a 2018, o número de mulheres eleitas na Assembleia Legislativa correspondeu a 12,5%, representado por 3 mulheres (Quadro 7). Houve um aumento em relação ao pleito anterior, com uma deputada. Conjectura-se a necessidade de ampliar as discussões que são promovidas pela sociedade civil, a luta das mulheres vem progredindo lentamente. Entretanto, afirmamos ainda a baixa representatividade feminina na política, as mulheres têm dificuldade em ocupar cargos de poder no Brasil, e Roraima não foge à regra.

Percebe-se que, entre as eleições de 2002 a 2014, o número de cadeiras ocupadas por mulheres na Assembleia Legislativa de Roraima variou entre 2 a 3 deputadas, apresentando baixos números na representatividade feminina. Nesse contexto, a baixa representação ocorre justamente no período em que foram desenvolvidas e aprimoradas as políticas de cotas para mulheres no Brasil.

#### Quadro 7 – Legislatura 2015-2018 de deputadas estaduais, Roraima

Nome	Partido
Ângela Águida Portella Alves (Ângela Águida Portella)	PSC
Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros)	PSDB
Lenir Rodrigues Santos (Lenir Rodrigues)	PPS

Fonte: ALE/RR. Disponível em: <https://al.rr.leg.br/eputadoslegislaturas-antiores/>

Partindo desse resultado, a política de cotas não elevou os números da representação política na referida Assembleia como o planejado, fato que se apresenta em todo o Brasil e escancara que o problema da inserção de mulheres na política partidária vai além da questão legal. Para ser efetivamente cumprida, é necessária mudança na mentalidade da sociedade brasileira para que possamos enxergar que o parlamento é local de todos, e nisso se incluem mulheres de todas as raças e classes sociais que buscam pelo exercício da sua cidadania, para desenvolver políticas públicas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na atual legislatura em análise, 2019-2022, as mulheres tiveram maior número de cadeiras ocupadas, a porcentagem equivale a um número maior do que na

primeira legislatura da ALE-RR em 1991. Portanto, é a maior representatividade de toda a história da Assembleia Legislativa de Roraima, alcançando cerca de 25% das cadeiras. Foram eleitas no último pleito 6 deputadas. Atualmente, considera-se o número de 7 mulheres em face da deputada Ângela Águida Portela (PP) ter assumido como suplente, com a saída do deputado Brito Bezerra (PP) para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Roraima (Quadro 8).

Quadro 8 – Legislatura 2019-2022 de deputadas estaduais, Roraima

Nome	Partido
Ângela Águida Portella (suplente)	PP
Aurelina Medeiros	PODEMOS
Betânia Almeida	PV
Catarina Guerra	SD
Lenir Rodrigues	CIDADANIA
Tayla Peres	PRTB
Yonny Pedroso	SD

Fonte: ALE/RR. <https://al.rr.leg.br/deputadoslegislaturas-anteriores/>

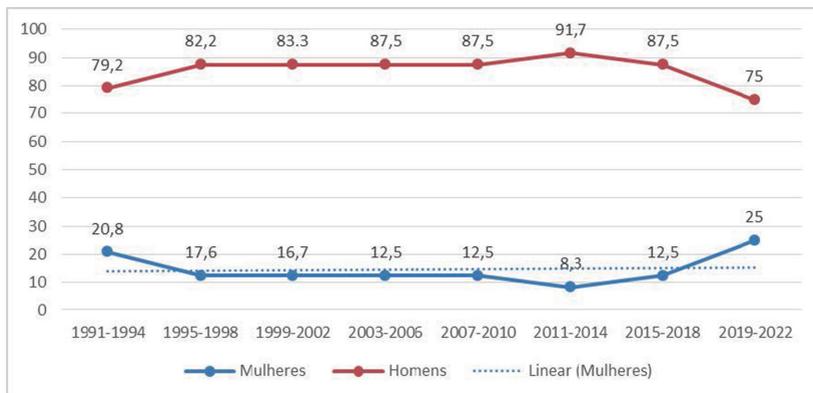
No histórico da casa, a última eleição aponta, de fato, um crescimento no número de parlamentares eleitas quando comparada com as últimas eleições. Entretanto, não há dúvida de que a representação das mulheres ainda é pequena na política em Roraima. Sabemos que existem razões históricas, culturais, econômicas e sociais que se impuseram em relação à ascensão das mulheres na política. São necessárias ações que reflitam a coletividade, mulheres ativistas, de se ter consciência da importância da participação no mundo político, assegurando a promoção dos

direitos da sociedade. Dessa forma, também recrudescemos a democracia no país, afirmando que a luta por mais representatividade feminina na política se faça perene.

Com efeito, no que concerne ao último processo eleitoral, evidencia-se, no Gráfico 1, a porcentagem de representação da relação homens e mulheres nos últimos 30 anos na Assembleia Legislativa Estadual de Roraima.

Uma vez eleitas, as deputadas estaduais da Assembleia Legislativa de Roraima apresentam um perfil na sua atuação. Com efeito, as mulheres que se elegeram ao longo desses anos ingressaram, na grande maioria, nos partidos políticos de centro, centro-direita ou de direita. Mesmo aquelas que foram eleitas em partidos considerados de esquerda, posicionaram-se mais conservadoras nas pautas debatidas. Além disso, tomaram parte das pastas dos projetos de menor relevância ou peso político, ocuparam as secretarias cuja visibilidade é muitas vezes ofuscada. Mesmo quando realizavam projetos de grande relevância, sempre tinham alguma relação com pautas voltadas para a família; seja nas questões de educação, de saúde, seja na segurança, o debate envolve não somente as mulheres, mas políticas de alcance familiar, reforçando as questões de envolvimento doméstico feminino.

Gráfico 1 – Relação entre homens e mulheres nas Legislaturas para Assembleia Legislativa de Roraima 1991/2022



Fonte: Os autores.

Entretanto, isso indica que a busca da representatividade feminina pelo fato de constituir maioria no quadro demográfico ou eleitoral, como é citado acima, não é suficiente, uma vez que há grande diversidade de interesses, opiniões, ideologias, enfim, há uma heterogeneidade imensa entre as mulheres. No entanto, se a mulher procurar ser mais bem representada, significa, implicitamente, eleger mais mulheres, porque “se existem desigualdades, discriminação, preconceito, remuneração desigual para funções idênticas, nada melhor que mulheres atuando na política para advogarem em defesa desta causa” (BELLOZO, 2006, p. 5), pois conhecem os problemas e as dificuldades das quais são vítimas melhor que ninguém.

### Considerações finais

Diante do exposto, as mulheres possuem suas especificidades, passado, presente e futuro da sua condição feminina. Historicamente, elas tiveram, e ainda

têm nos dias atuais, dificuldades de acesso aos direitos sociais. Aqui faço referência ao direito político, um reflexo da submissão em que viveram por anos. Nesse contexto, evidencia-se a luta das mulheres pela igualdade de gênero na política. Apesar do avanço do segmento feminino no século 20, como a ampliação da participação nas esferas públicas, são muitos os entraves a serem vencidos na igualdade das representações políticas entre homens e mulheres. As candidaturas femininas, na prática, costumam ser pouco competitivas e sem apoio do partido. A média de ocupação feminina em cargos públicos em outros países da América Latina é de no mínimo 30%. No Brasil, não se tem nem a metade dessa porcentagem.

As cotas de gênero de 30% por partido político são uma ação importante do poder público, e estão sendo eficazes. Entretanto, a sociedade e os órgãos de controle precisam ficar atentos para as candidatas “laranjas” que burlam as eleições. É preciso mudar essa realidade corrupta. Não podemos deixar de pensar no papel social desempenhado pelas mulheres da sociedade roraimense. Reconhecemos que está, sim, havendo mudança, ainda que seja tímida, com o aumento do número de deputadas. Nesse último pleito temos 7 mulheres deputadas estaduais, o maior número desde 1990. Segundo dados do TRE-RR, o eleitorado feminino foi maior que o masculino nas eleições de 2020. Dados do governo federal informam que, no país, o número de mulheres eleitoras ultrapassa o de homens. Nesse sentido, temos a responsabilidade de fortalecer a democracia com a participação na política principalmente em diversos cargos eletivos.

Por fim, o “empoderamento” feminino ocorre quando as mulheres reivindicam seus direitos, garantindo-os. Estão na luta pela igualdade de gênero em diversos cenários. Aqui, chamo a atenção para o político, pois o ato de empoderar significa dar poder a outra pessoa. É nesse

sentido que precisamos apoiar as mulheres na política, os homens também precisam dar esse apoio, que pode ser por meio de diversas ações.

A Assembleia Legislativa de Roraima, em 2021, completa 30 anos de serviços prestados à sociedade roraimense com seus erros e acertos. Parabéns, mulheres, que fizeram e fazem a história da Assembleia de Roraima!

## Referências

ALMEIDA, Jéssica Teles de. *A proteção jurídica da participação política da mulher: fundamentos teóricos, aspectos jurídicos e propostas normativas para o fortalecimento do modelo brasileiro*. Dissertação (Mestrado em) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BELLOZO, Edson. *A mulher na política brasileira: um estudo da sub-representação feminina*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995. 2 v.

BRASIL. Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreto o Código Eleitoral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 3385, 26 fev. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. Lei n.º 9.100, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2 out. 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19100.htm). Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1.º out. 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm). Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. Lei n.º 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. *Diário Oficial da União*, 30 set. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm). Acesso em: 7 fev. 2021.

CAMPOS, Camila Goulart de. *Quebrando barreiras: uma análise descritiva das carreiras políticas das deputadas eleitas para assembleias legislativas/distrital do Brasil nas eleições de 2010*. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. *O que é gênero*. 4. ed. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Orlando Lyra de; ANGELO, Vitor de. Representação descritiva em assembleias legislativas: gênero e raça como categorias de análise política. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 54, n. 2, p. 240-255, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/938/93862859012/html/index.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.

DUARTE, Constância Lima. Narrativas de viagem de Nísia Floresta. *Via Atlântica*, n. 2, p. 58-75, jul. 1999.

GONÇALVES, Andrea Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Tradução de Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

HANSEL, Tiago Fernando. Da luta pelo sufrágio à Presidência do Brasil: descrição do empoderamento feminino na política brasileira. *Revista Alamedas*, Toledo, v. 5, n. 1, 2017.

HELD, David. *Models of democracy*. 3. ed. Cambridge: Polity Press. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em: 16 dez. 2020.

JUVÊNCIO, José Sérgio Martins. *A relação entre candidaturas "laranjas" e a lei de cotas por gênero*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: aproximando agendas e agentes. Araraquara: Unesp, abr. 2013.

KARAWEJCZYK, Mônica. Breves considerações sobre a conquista do voto feminino no Brasil. *Veredas da História*, v. 3, n. 1, 1.º sem. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/MARIAP~1/AppData/Local/Temp/27-68-1-SM.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. 2013. 398 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LEBRUN, Gerard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MARQUES, Danuza. Por uma leitura feminista dos estudos legislativos no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA – DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO, 11., 2018a, Curitiba, PR. *Impasses contemporâneos...* Curitiba, PR, 2018.

MARQUES, Danuza. O que são as cotas para mulheres na política e qual é sua importância? *Gênero e Número*, 13 set. 2018b. Disponível em: <https://www.generonumero.media/o-que-sao-as-cotas-para-mulheres-na-politica-e-qual-e-sua-importancia/>. Acesso em: 9 jan. 2021.

MELO, Hildete Pereira de. A política de cotas para as mulheres no Brasil: importância e desafios para avançar! *Gênero número*, 13 set. 2018. Disponível em: <https://>

[www.generonumero.media/a-politica-de-cotas-para-as-mulheres-no-brasil-importancia-e-desafios-para-avancar/](http://www.generonumero.media/a-politica-de-cotas-para-as-mulheres-no-brasil-importancia-e-desafios-para-avancar/). Acesso em: 9 jan. 2021.

MIRANDA, Mariana Araújo. Participação das mulheres na política: à busca pela concretização da igualdade de gêneros como instrumento da efetivação da democracia. *Revista Âmbito Jurídico*, 5 nov. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-eleitoral/participacao-das-mulheres-na-politica-a-busca-pela-concretizacao-da-igualdade-de-generos-como-instrumento-da-efetivacao-da-democracia/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B; ALMEIDA, Suely Souza. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalism, socialism and democracy*. London: George Allen & Unwin, 1954.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

SORIANO, Alzira. Discurso de posse da prefeita de Lages. *O Galo: Jornal Cultural*, ano 12, n. 3, mar. 2000. Disponível em: <https://lajes.rn.gov.br/especial-alzira-discurso-de-posse/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

VELASCO, Clara; OLIVEIRA, Leandro. Número de mulheres eleitas se mantém no Senado, mas aumenta na Câmara e nas Assembleias Legislativas. *G1*, 8 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2021.

VOGEL, Luiz Henrique. *A histórica sub-representação das mulheres da Câmara dos Deputados: desigualdades e hierarquias sociais nas eleições de 2014*. Brasília: Estudo Técnico da Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados, 2019.

WEBER, Max. Politik als beruf. 1971. In: WINCKELMANN, Joh (Coord.). *Gesammelte politische schriften*. Tubingen: Mohr, 1976.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

# Ambição política na Assembleia Legislativa de Roraima (1991-2021)

Ricardo Borges Gama Neto

## Introdução

O sistema político brasileiro tem três características principais: presidencialismo, sistema eleitoral de lista aberta para a eleição da maioria das casas legislativas – o Senado segue a lógica do sistema majoritário – e federalismo. Parlamentos em regimes democráticos têm duas funções centrais, fiscalizar o Poder Executivo e fazer as leis. Contudo, essas características funcionais variam enormemente entre os sistemas políticos. Em sistemas federais, a capacidade dos parlamentos estaduais de elaborar leis é mais limitada comparando com o nacional. É uma característica natural dos sistemas federais. Muitas vezes tal limitação se torna um incentivo a que políticos busquem ascender a cargo legislativo de maior importância como a Câmara dos Deputados. Chama-se a isso Ambição Política. De forma geral, o político é visto como uma pessoa progressivamente ambiciosa, que tende a desejar disputar cargos mais altos. Essa visão de forma geral se baseia nos fundamentos teóricos do institucionalíssimo de escolha racional.<sup>14</sup>

No Brasil, a reprodução do sistema presidencial em nível das unidades federativas e a grande variedade dos subsistemas partidários estaduais produziu uma

---

<sup>14</sup> “The model employed in this analysis assumes that individuals attempt to behave in a rational manner, and that includes politicians who are in the process of seeking political advancement.” (BLACK, 1972, p. 145).

multiplicidade de configurações e experiências quanto à relação Executivo e Legislativo. O principal efeito desses aspectos institucionais se materializa em uma grande diversidade de experiências no que tange a seu funcionamento. Contudo, há um elemento que parece ser comum a várias abordagens, a fragilidade das Assembleias Legislativas diante do poder dos Executivos estaduais. Abrucio (1994, p. 174) afirma que, com a redemocratização, surgiu “um presidencialismo sem *check and balances* na esfera estadual, dando aos governadores um enorme poder. A principal prova do poder dos chefes estaduais é o controle das Assembleias que eles possuem”.

O tema central deste capítulo é a ambição política entre os deputados estaduais de Roraima no período 1991-2021. O texto é essencialmente descritivo-qualitativo, por consequência, sem hipóteses causais, e se baseia em dados retirados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) e os fornecidos pelo Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia da Universidade Federal de Roraima (Nupepa/UFRR).

Em termos metodológicos, o trabalho pode ser classificado, conforme a tipologia de Gerring (2012, p. 725), como do tipo *account*, ou seja, “referem-se a qualquer análise de um evento ou conjunto de eventos sem tentativa explícita de generalizar além das especificações de um caso particular”. Utiliza como técnica descritiva *critérios internos de comparação analítica*, que pode ser compreendido como o confronto das informações fornecidas pelos diferentes documentos consultados (quanto à sua natureza e os objetivos), com os conceitos definidos pela literatura do tema de pesquisa produzidos em outros contextos.

Este trabalho tem quatro partes, incluindo esta introdução; na segunda, apresentaremos o conceito de Ambição Política e os fundamentos metodológicos da

pesquisa; no terceiro (e mais extenso), vamos apresentar uma descrição-analítica da ambição política na ALE-RR com base nos dados coletados. Por fim, algumas considerações finais.

## **Ambição política**

Ambição política é um tema clássico dos estudos sobre o comportamento dos parlamentares de uma perspectiva institucional, e, como expusemos brevemente acima, pode ser entendido como a busca ou o ímpeto por cargos com mais importância. Joseph Schlesinger (1966, p. 1, 4), que executa o primeiro trabalho sistemático sobre o tema tendo como unidade de análise os padrões de carreira dos políticos norte-americanos, define-o como o centro da política (*ambition lies at the heart of politics*) e o resultado de uma escolha individual (*No man is likely to obtain a major political office unless he wants it*). Como destacado por Anthony Downs (1957), que transformou quase em um axioma da Ciência Política, o primeiro objetivo de um incumbente, em qualquer sistema político democrático, é reeleger-se. Contudo, parte deles busca ascender a cargos com maior “poder político”, o que teoricamente lhe permite maior extração de recursos públicos para atender suas bases eleitorais (*pork barrel*).

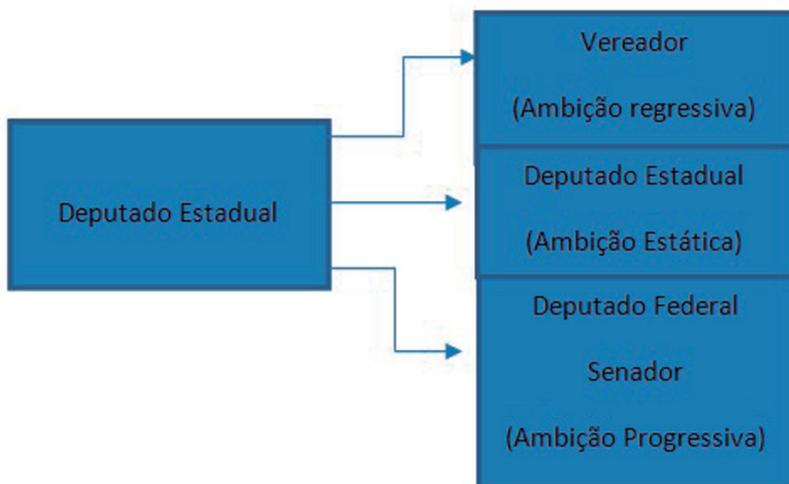
Schlesinger (1966) afirma que a carreira de um político incumbente pode seguir basicamente quadro direções, e as três primeiras indicam ambição política:

- a) candidatar-se à reeleição (ambição estática);
- b) candidatar-se a cargo inferior ao atual (ambição regressiva);
- c) candidatar-se a cargo superior ao atual (ambição progressiva);

d) decidir não mais se candidatar por outros motivos.

Um tipo de ambição política não é analisado por Schlesinger, que desenvolveu sua teoria analisando o Congresso dos EUA. É quando o incumbente aceita convite do governador ou de outra autoridade para um cargo da administração pública no Executivo. De qualquer forma, o político é principalmente um *office seeker*, e sua ascensão é mediada pela estrutura de oportunidades propiciadas pelas instituições e organizações. Tratamos esse tipo de ambição como do tipo progressiva em face de aumentar a possibilidade do incumbente de elaborar e executar políticas públicas, fato que normalmente é vedado quando da sua ação individual no Parlamento (Figura 1).

Figura 1 – Ambição política: possibilidades



Fonte: O autor.

A teoria da ambição política foi desenvolvida tendo como objetivo analisar a carreira política dos políticos norte-americanos. No Brasil, há uma forte discordância quanto ao mesmo aparato teórico poder ser utilizado para estudar o caso da ambição dos políticos brasileiros. A questão central é o papel que os políticos dão ao Legislativo. Boa parte da literatura que questiona o fundamento da ambição política no Brasil tem como substrato a ideia de que o poder político mais influente é o Executivo. Abrucio (1994), Samuels (2003) e Santos (1999) destacam a força do Executivo diante do Legislativo, o que faria com que os políticos se desinteressassem por longas carreiras no Parlamento, preferindo dirigir suas forças em busca de cargos no Executivo, o que pode ser visto como uma forma de ambição progressiva. Não há uma estrutura de incentivos<sup>15</sup> capaz de estimular os políticos a consolidar uma longa carreira legislativa.

A questão central é: quais os fatores que explicam o comportamento dos parlamentares no Legislativo? É possível explicar os diferentes padrões de escolha política dos deputados? Santos (2008) afirma que a literatura nacional que busca explicar o comportamento dos políticos no Legislativo federal se divide em três correntes: a) os que enfatizam a *arena executivo-legislativo* (utilizam o que o autor denomina de macrovariáveis exógenas, por exemplo: federalismo, forma de governo, sistema eleitoral,

---

<sup>15</sup> “Três fatores moldam a estrutura de oportunidades políticas: os benefícios relativos de cada cargo, os custos relativos de buscar e/ou manter cada cargo e a probabilidade de ganhar cada cargo dada a decisão de procurá-lo. Cada fator é sensível a uma série de outras variáveis. Por exemplo, as probabilidades relativas de chegar a cada cargo dependem do número de candidatos, do número de cargos em jogo, bem como dos atributos individuais de cada candidato.” (SAMUELS, 2003, p. 14).

ideologia, etc.); b) os que buscam explicar a *arena eleitoral* (que se fundamenta em macrovariáveis endógenas, a exemplo de: poderes do presidente, centralização decisória, patronagem, partidos políticos, etc.); c) a da *dupla arena*, que busca utilizar variáveis dos outros dois modelos concorrentes, mas também se subdividem em duas trajetórias.

A observação dessas combinações mostra que os seus autores seguiram pelo menos dois caminhos distintos: o primeiro grupo procurou incorporar variáveis endógenas e exógenas para produzir explicações mais convincentes e mais amplas sobre o fenômeno. O segundo seguiu procurando incorporar variáveis exógenas aos seus modelos (anteriormente caracterizados tipicamente por variáveis endógenas), com o objetivo de proteger com uma espécie de cinturão epistemológico o seu programa de pesquisa e as suas principais descobertas. (SANTOS, 2008, p. 74).

Como o objetivo deste trabalho é mais descritivo, não teremos hipóteses ou variáveis centrais na análise. A questão da literatura citada é mais informativa ao leitor sobre a questão da ambição política dos parlamentares se posicionarem no debate da literatura brasileira do tema. Infelizmente, há poucos trabalhos que se dedicam ao tema na esfera dos parlamentos estaduais, como Corrêa (2016). A maioria dos trabalhos privilegia a Câmara dos Deputados, por exemplo, os de Leoni, Pereira e Rennó (2003), Florentino (2008), Lima *et al.* (2018) dentre outros.

## **Assembleia Legislativa do Estado de Roraima**

Roraima é um dos mais novos entes da Federação brasileira. Antigo território federal, criado à época do

Estado Novo (1937-1945), foi elevado à condição de estado pela Constituição Federal de 1988 com o Amapá. A capital Boa Vista não é apenas o centro político do estado, concentra em 2020 mais de 60% do eleitorado total, 342.297 (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Eleitorado do estado de Roraima (2020)

Município	Número de eleitores	%
Alto Alegre	10.522	3,074
Amajari	6.019	1,758
Boa Vista	217.308	63,485
Bonfim	9.656	2,821
Cantál	2.879	3,763
Caracarái	13.440	3,926
Caroebe	5.831	1,703
Iracema	5.305	1,55
Mucajái	11.880	3,471
Normandia	6.901	2,016
Pacaraima	8.129	2,375
Rorainópolis	18.754	5,479
São João da Baliza	4.579	1,338
São Luiz do Anauá	5.387	1,574
Uiramutã	5.707	1,667
Total	(342.297)	(100,0)

Fonte: TSE (estatísticas do eleitorado).

A primeira eleição para os cargos políticos estaduais realizou-se em 3 de outubro de 1990. A instalação da Assembleia Legislativa foi em 1.º de janeiro de 1991 com 24 deputados estaduais eleitos. Foi uma eleição bastante disputada, tendo como três principais adversários ao cargo de governador, os ex-interventores federais Otomar Pinto/

PTB (43,21%), Romero Jucá/PDS (35,65%) e Getúlio Cruz/PSDB (13,38%). Houve segundo turno, que culminou com a vitória de Otomar Pinto com 52,9%.<sup>16</sup>

A primeira legislatura da Assembleia Legislativa de Roraima teve o PTB como principal vitorioso com seis cadeiras, seguido pelo PFL com cinco, PSDB, PRN e PDS com três, PL com duas e PSC e PTR com 1. No seu início, a ALE-RR demonstrou baixo nível de fracionalização parlamentar, 0,71. O deputado estadual mais votado foi Airton Cascavel, paranaense, ex-prefeito da cidade de Mucajaí (na eleição de 1988), que obteve quase o dobro de votos do segundo colocado. O eleitorado do estado na época era de 86.226. Contudo, do total de eleitores aptos a votar, os deputados estaduais receberam somente votos de pouco menos de 60% dos eleitores. De acordo com Costa (2006), a alienação eleitoral<sup>17</sup> em Roraima chegou a 40,3%. Os deputados estaduais eleitos receberam votos de 33,21% do eleitorado que compareceu às urnas (Tabela 2).

---

<sup>16</sup> A esposa do governador eleito, Marluce Pinto, foi a segunda colocada na vaga ao Senado. Os outros eleitos foram Hélio Campos (1.º lugar) e Cesar Dias (3.º lugar).

<sup>17</sup> Alienação eleitoral pode ser definida como a soma dos eleitores que não compareceram somados aos votos brancos e nulos.

Tabela 2 – Deputados estaduais eleitos 1991-1994

Deputados estaduais	Votos	Partidos
Airton Antonio Soligo (Airton Cascavel)	1.826	PTB
Antonio Evangelista Sobrinho (Antonio Pampinha)	895	PTB
Almir Moraes Sá (Almir Sá)	473	PRN
Célio Rodrigues Wanderley (Célio Wanderley)	552	PRN
Édio Vieira Lopes (Édio Lopes)	842	PFL
Eulina Gonçalves Vieira (Irmã Eulina)	531	PSC
Evônio Pinheiro de Menezes (Babé Menezes)	871	PSDB
Flávio dos Santos Chaves (Flávio Chaves)	567	PFL
Francisco de Sales Guerra Neto (Chico Guerra)	430	PRN
Herbson Jairo Ribeiro Bantim (Berinho Bantim)	640	PFL
Iradilson Sampaio de Souza (Iradilson Sampaio)	638	PDS
Jeil Valério (Jeil Valério)	554	PTB
João Alves de Oliveira (Jaó)	600	PDS
José Maria Gomes Carneiro (José Maria Carneiro)	729	PTB
Luiz Afonso Faccio (Faccio)	584	PTR
Noêmia Bastos Amazonas (Irmã Noêmia)	780	PFL
Odete Irene Domingues (Dra. Odete)	827	PTB
Otoniel Ferreira de Souza (Otoniel Ferreira)	526	PTB
Paulo Sérgio Ferreira Mota (Sérgio Ferreira)	950	PSDB
Ramiro José Teixeira (Ramiro Teixeira)	494	PL
Renan Beckel Pacheco (Renan Beckel)	708	PDS
Rodolfo de Oliveira Braga (Rodolfo Braga)	643	PFL
Rosa de Almeida Rodrigues (Rosa Rodrigues)	579	PSDB
Vera Regina Guedes da Silveira (Vera Regina)	942	PL

Fonte: ALE-RR.

Há dois fenômenos comuns aos subsistemas políticos brasileiros: fragilidade institucional do sistema de partidos e alta competição política nas eleições para cargos legislativos. A primeira pode ser demonstrada pelo processo de multiplicação dos partidos políticos que vem ocorrendo desde 1990; o segundo é o resultado de um sistema de competição eleitoral proporcional de lista aberta, o que teoricamente estabelecerá uma estrutura de incentivos capaz de estimular os deputados estaduais a apostar em longas carreiras políticas.

No governo de Ottomar Pinto, iniciado em 1991, nenhum deputado assumiu cargos na administração pública direta. Esse é um fato interessante. Normalmente, um governador utiliza os cargos da administração à sua disposição para fortalecer sua posição no Parlamento local. Contudo, no caso de Roraima, o uso do emprego público e a grande popularidade do governador entre a população mais pobre podem ter minimizado a necessidade de negociação de cargos da administração direta com o objetivo de aumentar a força da bancada governista. Ottomar Pinto, de certa forma, repetiu a estratégia de isolamento que os antigos interventores adotavam para os líderes políticos locais, apostando em uma relação direta com o eleitorado em vez de trocar cargos por apoio político.

O primeiro Governo do Estado de Roraima (1991-1994) utilizou-se do assistencialismo como principal método político administrativo. Estas ações em conjunto com outras características, até mesmo particulares a personalidade de Ottomar de Sousa Pinto, convergem para um pensamento de ter havido um caso de populismo em Roraima. [...] Do período do território ao primeiro governo do Estado um outro grupo foi sendo formado, o dos migrantes, principalmente nordestinos, que vinham sendo apoiados por Ottomar desde a sua

primeira administração já mencionada. Essa população possuía baixa renda e era auxiliada pelo Governo do Estado que utilizava-se do assistencialismo como método político administrativo. E juntamente com outros grupos carentes já residentes em Roraima, tais como indígenas, pequenos agricultores, pescadores, autônomos e etc. tanto da cidade, em principal destaque a periferia que estava crescendo com a migração, quanto dos interiores, formavam o seu pleito eleitoral. E não só isso, tornaram-se, em sua maioria, seguidores, admiradores e até mesmo defensores de seu governo. (NOGUEIRA, 2016, p. 89-90).

Infelizmente, não conseguimos dados sobre as eleições municipais de 1992 no estado de Roraima; estão apenas disponibilizados os dados dos candidatos à disputa à Prefeitura de Boa Vista.

Nas eleições gerais de 1994, há um ambiente especial em face da ação do Plano Real, mas para os objetivos deste trabalho, o mais importante foi a eleição de Airton Cascavel (o deputado estadual mais votado na legislatura anterior) ao cargo de vice-governador do Estado na chapa liderada por Neudo Campos. Mais dois deputados estaduais, Flávio Chaves e Sérgio Ferreira, concorrem ao cargo de vice-governador respectivamente nas chapas encabeçadas por Cesar Dias e Getúlio Cruz. Outro fato importante foi a redução de vagas para a Assembleia Legislativa de 24 para 17 vagas, uma redução de 30% no número de cadeiras. O que naturalmente tornou o jogo eleitoral muito mais competitivo. Havia 28 candidatos por vaga.

Infelizmente os dados do TSE disponíveis não nos fornecem o nome dos candidatos a disputar a respectiva vaga de deputado estadual e federal. Apenas podemos identificar que nenhum dos parlamentares estaduais eleitos em 1990 disputou o cargo para senador. Na Tabela 3, relacionamos os deputados estaduais eleitos.

Tabela 3 – Deputados estaduais eleitos 1995-1998

Deputados estaduais	Votos	Partidos
Almir Morais Sá (Almir Sá)	1522	PTB
Célio Rodrigues Wanderley (Célio Wanderley)	1421	PSDB
Édio Vieira Lopes (Édio Lopes)	1921	PPR
Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros)	1465	PSC
Francisco de Souza Cruz (Chico Doido)	1458	PP
Francisco Flamarion Portela (Flamarion Portela)	1516	PPR
Francisco de Sales Guerra Neto (Chico Guerra)	1620	PTB
Helder Teixeira Grossi (Helder Grossi)	1637	PTB
Henrique Manoel Fernandes Machado (Henrique Machado)	1368	PSC
Herbson Jairo Ribeiro Bantim (Berinho Bantim)	1495	PPR
Iradilson Sampaio de Souza (Iradilson Sampaio)	1321	PPR
Jalser Renier Padilha (Jalser Renier)	1188	PSD
Lúcio Elber Licarião Távora (Lúcio Távora)	1244	PFL
Paulo Roberto de Almeida Cardoso (Paulo Hiama)	1057	PMDB
Rosa de Almeida Rodrigues (Rosa Rodrigues)	1386	PSDB
Urzeni da Rocha Freitas Filho (Urzeni Rocha)	1579	PTB
Zenilda Maria Portella (Zenilda Portella)	2152	PTB

Fonte: ALE-RR

O primeiro fato a ser destacado é que apenas 7 deputados dos 24 da legislatura anterior conseguiram novo mandato. A taxa de renovação foi de 58,8% (17 deputados estaduais). A alienação eleitoral ficou em torno de 37,9% (COSTA 2006). Na segunda legislatura da ALE-RR, encontramos dois deputados que se tornaram secretários de Estado, demonstrando que o governador utilizou a estratégia de trazer a Assembleia mais próxima à sua administração e à ambição progressiva. O deputado

Flamarion Portela, em janeiro de 1996, assume o cargo de secretário de Obras e Infraestrutura do Estado e a deputada Aurelina de Medeiros, em fevereiro de 1997, quando se torna titular da pasta da Agricultura. Os dois retornam à Assembleia Legislativa apenas em maio de 1998. É uma mudança importante em relação à administração anterior; e isso, em parte, com as mudanças nas regras eleitorais para o Executivo, pode explicar o racha no grupo político de Otomar Pinto e Neudo Campos. Otoniel Ferreira de Souza não se reelege deputado estadual. Concorre na eleição para vereador de Boa Vista em 2000, reelegendo-se pelo PSDB, ambição regressiva (Tabela 4).

Dos deputados estaduais da legislatura que se iniciou em 1999, apenas 11 obtiveram sucesso eleitoral, mesmo havendo um aumento da bancada para 24. Uma taxa de recondução baixa. Contudo, a alienação eleitoral caiu bastante em relação aos anos anteriores, ficando em 25,3% (COSTA 2006). Repetindo o que ocorreu na eleição anterior, em que Airton Cascavel foi escolhido para vice de Neudo Campos, o governador reeleito escolheu para disputa do cargo ao seu lado, outro deputado estadual, Flamarion Portela. Cascavel elegeu-se deputado federal e, em 2000, tentou eleger-se prefeito de Boa Vista.

Tabela 4 – Deputados estaduais eleitos 1999-2002

Deputados estaduais	Votos	Partidos
Ângelo Paiva Moura (Ângelo Paiva)	1306	PDT
Antônio Mecias Pereira de Jesus (Mecias de Jesus)	2317	PSL
Augusto Alberto Iglesias Ferreira (Augusto Iglesias)	1655	PDT
Barac da Silva Bento (Barac Bento)	1890	PPB
Célio Rodrigues Wanderley (Célio Wanderley)	2622	PSL
Édio Vieira Lopes (Édio Lopes)	2642	PPB
Erci de Moraes (Erci de Moraes)	1371	PTB
Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros)	3503	PPB
Francisco Assis da Silveira (Chicão da Silveira)	1406	PMDB
Francisco de Sales Guerra Neto (Chico Guerra)	2708	PPB
Gelb Pereira (Gelb Pereira)	1487	PDT
Helder Teixeira Grossi (Helder Grossi)	1338	PMDB
Henrique Manoel Fernandes Machado (Henrique Machado)	2160	PPB
Herbson Jairo Ribeiro Bantim (Berinho Bantim)	2334	PSL
Homero de Souza Cruz Neto (Homero Neto)	1015	PFL
Iradilson Sampaio de Souza (Iradilson Sampaio)	1674	PFL
Jalser Renier Padilha (Jalser Renier)	2533	PSL
Paulo Sérgio Ferreira Mota (Sérgio Ferreira)	1048	PSDB
Raul Prudente de Moraes Neto (Raul Prudente)	1629	PDT
Rosa de Almeida Rodrigues (Rosa Rodrigues)	1522	PMDB
Sebastião da Silva (Cabo Sebastião)	1075	PFL
Suzete de Macedo Oliveira (Suzete Mota)	1442	PDT
Urzeni da Rocha Freitas Filho (Urzeni Rocha)	1474	PTB
Vera Regina Guedes da Silveira (Vera Regina)	992	PFL

Fonte: ALE-RR.

Homero Neto, na eleição de 1996, foi o único vereador eleito em Boa Vista que ascendeu à ALE-RR. Barac Bento foi ex-prefeito de Boa Vista de 1989 a 1993.

São dois casos de ascensão política vertical. O deputado Henrique Machado<sup>18</sup> renunciou ao cargo de deputado para assumir uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR). Sua suplente, a deputada Maria Luiza Campos, era cunhada do governador Neudo Campos. Outro caso de renúncia de mandato sucedeu com Iradilson Sampaio, que assumiu a vice-prefeitura da cidade de Boa Vista em 2001. Em 2002, a deputada Vera Regina licenciou-se e assumiu a chefia da Casa Civil, cargo estratégico nas articulações políticas entre o Legislativo estadual e o Executivo.

Observando a legislatura de 1999-2002, três fatos se destacam: 1) a manutenção da alta renovação na Assembleia Legislativa; 2) a Ambição Política de vereadores e ex-prefeitos que assumem posição parlamentar mais importante e a saída de deputados para assumirem cargo na administração executiva; 3) a eleição de Airton Cascavel para deputado federal. Todos os casos são de Ambição Progressiva (Tabela 5).

Com o retorno de Airton Cascavel (Ambição Regressiva), a Assembleia Legislativa teve apenas oito casos de deputados que conseguiram sucesso eleitoral. Novamente um índice bem inferior a 50%. A alienação eleitoral foi de apenas 20,2% (COSTA, 2006). O que parece demonstrar que o eleitor passou a dar mais importância à escolha dos membros do Parlamento. Um vereador de Boa Vista (2000), Marcos da Byte, foi o único a conseguir eleger-se deputado estadual. Pelo que observamos, até àquele momento, havia pouca probabilidade de um vereador da capital do estado ascender ao cargo de deputado estadual. Novamente um parlamentar, Édio Vieira Lopes, assumiu a Casa Civil do governo do Estado.

---

<sup>18</sup> Foi prefeito do município de Alto Alegre duas vezes durante os anos 1980.

Tabela 5 – Deputados estaduais eleitos 2003-2006

Deputados estaduais	Votos	Partidos
Airton Antonio Soligo (Airton Cascavel)	2921	PPS
Antonio Francisco B. Marques (Titonho Beserra)	1230	PT
Antônio Mecias Pereira de Jesus (Mecias de Jesus)	4516	PSL
Célio Rodrigues Wanderley (Célio Wanderley)	2449	PSL
Édio Vieira Lopes (Édio Lopes)	2632	PST
Elizeu Alves (Elizeu Alves)	1476	PST
Flávio dos Santos Chaves (Flávio Chaves)	1455	PTN
Francisco de Sales Guerra Neto (Chico Guerra)	3010	PFL
Francisco Nazareno de Souza (Presbítero Nazareno)	1878	PPB
Francisco Vieira Sampaio (Chico das Verduras)	972	PRP
Herbson Jairo Ribeiro Bantim (Berinho Bantim)	3144	PSL
Jalser Renier Padilha (Jalser Renier)	3139	PFL
Marcos Francisco Sampaio da Silva (Marcos da Byte)	2113	PSDB
Maria Lúcia Rodrigues Marques (Lúcia Peixoto)	1728	PMDB
Maria Luiza Vieira Campos (Malu)	1144	PAN
Marília Natália Pinto Reginatto (Marília Pinto)	1731	PTB
Paulo Sérgio Ferreira Mota (Sérgio Ferreira)	1708	PDT
Raul da Silva Lima Sobrinho (Raul Lima)	2006	PSDB
Raul Prudente de Moraes Neto (Raul Prudente)	2071	PSDB
Rodolfo de Oliveira Braga (Rodolfo Braga)	1178	PSD
Rosinaldo Adolfo B. da Silva (Naldo da Loteria)	1710	PTN
Sebastião Portella (Sebastião Portella)	1505	PTB
Vicente Adolfo Brasil (Gute Brasil)	1879	PSB
Vingtum Gouveia Praxedes (Vingtum Praxedes)	1205	PSD

Fonte: ALE-RR.

Outro parlamentar que demonstrou ambição progressiva na administração pública foi o deputado Herbson Jairo Ribeiro Bantim.<sup>19</sup> A deputada Marília Pinto havia sido secretária de Saúde no governo Neudo Campos e diretora de Unidades de Saúde na Prefeitura de Boa Vista. Sua trajetória política era fortemente ligada à do pai, Ottomar Pinto. A legislatura 2003-2006 foi bastante tumultuada juridicamente. Dois deputados foram cassados (Flávio dos Santos, que conseguiu reaver o mandato, e Jalser Renier) além do próprio governador do estado, Flamarion Portela. Observa-se que um candidato de um partido de esquerda consegue eleger-se deputado estadual, Titonho Beserra (PT). Ele havia sido vereador por Boa Vista nas eleições de 1996. Disputou para deputado estadual em 1998, e não foi eleito. Também não conseguiu se reeleger vereador em 2000 ficando na suplência (Tabela 6).

---

<sup>19</sup> Seu suplente foi o deputado Urzeni Rocha que havia sido eleito nas duas legislaturas anteriores.

Tabela 6 – Deputados estaduais eleitos 2007-2010

Deputados estaduais	Votos	Partidos
Antonio Idalino de Melo (Antônio da sinuca)	1.347	PRTB
Antônio Mecias Pereira de Jesus (Mecias de Jesus)	6.452	PL
Célio Rodrigues Wanderley (Célio Wanderley)	3.043	PFL
Damosiel Lacerda de Alencar (Sargento Damosiel)	2.648	PRP
Erci de Moraes (Dr. Erci)	2.040	PPS
Flávio dos Santos Chaves (Flávio Chaves)	1.414	PV
Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros)	4.324	PSDB
Francisco Assis da Silveira (Chicão da Silveira)	1.522	PDT
Francisco de Sales Guerra Neto (Chico Guerra)	3.062	PSDB
Francisco Flamarion Portela (Flamarion Portela)	1.703	PTC
Ionilson Sampaio de Souza (Ionilson Sampaio)	2.912	PMDB
Ivo de Souza Pereira (Ivo som)	2.018	PTN
Jalser Renier Padilha (Jalser Renier)	3.147	PFL
José Reinaldo Pereira da Silva (Zé Reinaldo)	3.137	PSDB
Marcelo Mota de Macedo (Marcelo Cabral)	2.112	PPS
Maria Lúcia Rodrigues Marques (Lúcia Peixoto)	3.012	PL
Marília Natália Pinto Reginatto (Marília Pinto)	4.075	PSDB
Raul da Silva Lima Sobrinho (Raul Lima)	3.890	PMDB
Remídio Monai Montessi (Remídio da Amatur)	3.241	PRONA
Rodolfo de Oliveira Braga (Braga)	1.725	PTN
Ronaldo Moreira Trajano (Ronaldo)	1.381	PRTB
Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva (Naldo da Loteria)	3.539	PFL
Sebastião Cesar de Sena Barbosa (Cesar Baba)	1.443	PSC
Sebastião Portella (Tião Portela)	2.838	PL

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral de RR.

Das 24 vagas para deputado estadual em Roraima, foram ocupadas 11 por deputados que buscavam a recondução de seu mandato, ex-deputados e um ex-governador. A alienação eleitoral foi de 19,0% (ELEIÇÕES 2006..., 2006). Três deputados estaduais conseguiram eleger-se

federais: Édio Lopes - venceu a disputa para a Câmara dos Deputados, sendo o deputado menos votado dos eleitos, 8.153 votos; Urzeni Rocha - tornando-se suplente nas duas eleições próximas,<sup>20</sup> e Raul Lima, que nos dois mandatos subsequentes tentou retornar à ALE-RR, mas somente conseguiu a suplência. Não encontramos informações sobre Airton Cascavel haver concorrido a algum cargo na eleição de 2006. Contudo, em 2007, assumiu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário em Boa Vista<sup>21</sup> (Tabela 7).

---

<sup>20</sup> Com a eleição da deputada Teresa Surita para prefeita de Boa Vista na eleição municipal de 2012, deixou a suplência e foi empossado como titular na Câmara dos Deputados em janeiro de 2013.

<sup>21</sup> Airton Cascavel talvez tenha sido, depois de Romero Jucá, um dos políticos roraimenses de maior sucesso em termos de Ambição Política, chegando a ser assessor especial do ministro da Saúde Eduardo Pazuello em 2020-2021.

Tabela 7 – Deputados estaduais eleitos 2011-2014

Deputados estaduais	Votos	Partidos
Ângela Águida Portella Alves (Ângela Aguida Portela) <sup>22</sup>	3.059	PSC
Antonio Mecias Pereira de Jesus (Mecias de Jesus)	9.143	PR
Célio Rodrigues Wanderley (Célio Wanderley)	4.223	DEM
Dhiego Coelho Fogaça (Dhiego Coelho)	2.192	PSL
Erci de Moraes (Dr. Erci)	3.233	PPS
Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros)	5.289	PSDB
Francisco Assis da Silveira (Chicão da Silveira)	2.692	PDT
Francisco de Sales Guerra Neto (Chico Guerra)	4.592	PSDB
Francisco dos Santos Sampaio (Soldado Sampaio)	1.719	PC do B
Francisco Flamarion Portela (Flamarion Portela)	2.295	PTC
Francisco José Brito Bezerra (Brito Bezerra)	3.664	PP
Gabriel Figueira Pessoa Picanço (Gabriel Picanço)	3.018	PSB
George da Silva de Melo (George Melo)	2.085	PSDC
Gerson Chagas (Coronel Chagas)	2.318	PRTB
Ionilson Sampaio de Souza (Ionilson Sampaio)	3.395	PSB
Jalser Renier Padilha (Jalser Renier)	4.209	DEM
Jânio José da Silva (Xingu)	1.666	PSL
Jean Frank Padilha Lobato (Jean)	3.909	PMN
Joaquim de Freitas Ruiz (Joaquim Ruiz)	2.779	PV
Marcelo Ferreira Gomes (Marcelo Natanael)	3.109	PRB
Marcelo Mota de Macedo (Marcelo Cabral)	4.595	PPS
Remídio Monai Montessi (Remídio da Amatur)	4.355	PR
Rodrigo de Holanda Menezes Juca (Rodrigo Jucá)	6.444	PMDB
Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva (Naldo da Loteria)	3.847	DEM

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e ALE-RR.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> Não confundir com a senadora Ângela Portela.

<sup>23</sup> Preferimos usar os dados do TSE em face de algumas inconsistências ao compararmos com os dados da ALE-RR.

Doze deputados estaduais conseguiram sucesso eleitoral. A taxa de renovação foi de 50%. Francisco Vieira Sampaio (Chico das Verduras), eleito deputado estadual em 2002, assumiu o cargo de federal em 2011.<sup>24</sup> Berinho Bantim conseguiu eleger-se deputado federal – na eleição posterior, assumiu a suplência. Em dezembro de 2013, o deputado Célio Wanderley assumiu o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas de Roraima. De forma geral, os deputados adotaram a estratégia da ambição estática, contudo, há aqueles que adotam uma estratégia de ambição progressiva. Édio Lopes conseguiu reeleger-se deputado federal com o dobro de votos da eleição anterior. Observa-se que o deputado Célio Wanderley foi um dos poucos deputados a conseguir reeleger-se em todas as legislaturas de 1990 a 2010. Pela segunda vez, um deputado de um partido mais à esquerda foi eleito pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Francisco dos Santos Sampaio (Soldado Sampaio). A alienação eleitoral foi de 18,68% (Tabela 8).

---

<sup>24</sup> Estava preso às vésperas da eleição. Foi o deputado federal eleito com a menor votação do país (D'AGOSTINO, 2010).

Tabela 8 – Deputados estaduais eleitos 2015-2018

Deputados estaduais	Votos	Partidos
Ângela Águida Portella Alves (Ângela Águida Portella)	3.856	PSC
Antonio Eduardo Filho (Odilon)	3.778	PEN
Antonio Mecias Pereira de Jesus (Mecias de Jesus)	7.121	PRB
Dhiego Coelho Fogaça (Dhiego Coelho)	3.117	PSL
Evangelista Soares Siqueira (Evangelista Siqueira)	2.156	PT
Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros)	5.963	PSDB
Francisco Adjafre de Sousa Neto (Francisco Mozart)	3.741	PRP
Francisco de Sales Guerra Neto (Chico Guerra)	5.832	PROS
Francisco dos Santos Sampaio (Soldado Sampaio)	3.468	PC do B
Francisco José Brito Bezerra (Brito Bezerra)	5.838	PP
Gabriel Figueira Pessoa Picanço (Gabriel Picanço)	3.592	PRB
George da Silva de Melo (George Melo)	3.639	PSDC
Gerson Chagas (Coronel Chagas)	3.882	PRTB
Izaias Rebouças Maia (Izaias Maia)	3.427	PRB
Jalser Renier Padilha (Jalser Renier)	7.152	PSDC
Jânio José da Silva (Xingu)	4.553	PSL
Jorge Everton Barreto Guimarães (Jorge Everton)	4.005	PMDB
José Ribamar de Araújo Barbosa (Zé galetto)	2.760	PRP
Lenir Rodrigues Santos (Lenir Rodrigues)	3.337	PPS
Marcelo Mota de Macedo (Marcelo Cabral)	5.610	PMDB
Masamy Eda (Masamy Eda)	4.917	PMDB
Oleno Inácio de Matos (Oleno Matos)	4.924	PDT
Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva (Naldo da Loteria)	4.094	PSB
Valdenir Ferreira da Silva (Valdenir)	4.312	PV

Fonte: ALE-RR.

Ao disputar novamente o mandato, conseguiram sucesso 14 deputados estaduais. Pela primeira vez, quatro partidos de esquerda conseguem eleger representantes na Assembleia Legislativa de Roraima: Partido dos

Trabalhadores (PT),<sup>25</sup> Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Popular Socialista (PPS) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). Remídio Monai conseguiu eleger-se deputado federal e Édio Lopes chegou ao terceiro mandato consecutivo como deputado federal. De forma geral, a estratégia dos deputados estaduais é de ambição estática. Poucos parecem dispostos a arriscar uma competição ao Congresso Nacional onde o número de vagas é bem inferior. A alienação eleitoral foi de 27,58% (Tabela 9).

---

<sup>25</sup> Em 2017, o ex-deputado estadual Titonho Beserra do PT assumiu o cargo de diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima (Detran)/RR.

Tabela 9 – Deputados estaduais eleitos 2019-2022

Deputados estaduais	Votos	Partidos
Antonio Eduardo Filho (Odilon)	4.523	PATRI
Catarina de Lima Guerra da Silva (Catarina Guerra)	4.897	SD
Coronel Gerson Chagas (Coronel Chagas)	4.561	PRTB
Dhiego Coelho Fogaça (Dhiego Coelho)	3.603	PTC
Eder Barcelos Brandão (Eder Lourinho)	2.851	PTC
Evangelista Soares Siqueira (Evangelista Siqueira)	3.051	PT
Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Aurelina Medeiros)	4.864	PODE
Francisco Adjafre de Souza Neto (Chico Mozart)	3.777	PRP
Francisco dos Santos Sampaio (Soldado Sampaio) <sup>26</sup>	4.678	PCdoB
Francisco José Brito Bezerra (Brito Bezerra)	5.307	PP
Gabriel Figueira Pessoa Picanço (Gabriel Picanço)	3.655	PRB
Jalser Renier Padilha (Jalser Renier)	8.401	SD
Jane José da Silva (Xingu)	6.132	PSB
Jeferson Alves	2.616	PTB
Jorge Everton Barreto Guimaraes (Jorge Everton)	5.033	MDB
José Hamilton Gomes Neto Loureiro (Neto Loureiro)	1.678	PMB
José Nilton Pereira da Silva (Nilton do Sindipol)	2.718	PATRI
Lenir Rodrigues Santos (Lenir Rodrigues)	4.947	PPS
Marcelo Mota de Macêdo (Marcelo Cabral)	5.165	MDB
Maria Betânia Almeida Medeiros (Betânia Medeiros)	2.885	PV
Renan Bekel de Melo Pacheco (Renan Filho)	2.657	PRB
Renato de Souza Silva (Renato Silva)	2.848	PRB
Tayla Ribeiro Peres Silva (Tayla Peres)	2.608	PRTB
Yone Pedroso da Silva (Ione Pedroso)	5.872	SD

Fonte: RORAIMA (2018).

Mecias de Jesus foi durante várias legislaturas um dos deputados estaduais mais efetivos, tendo sido eleito por cinco legislaturas, e, em algumas, como o parlamentar

<sup>26</sup> O deputado Sampaio assumiu a secretaria de Chefe da Casa Civil do governo de RR em junho de 2020.

mais bem votado. Em 2018, concorreu ao Senado, obtendo a segunda vaga, superando o ex-senador Romero Jucá em exatos 426 votos. Um caso de ambição política progressiva singular não apenas pela ínfima diferença, mas também por ter derrotado um político com larga experiência na Senatoria da República. Romero Jucá foi líder no Senado (com três mandatos consecutivos de senador) nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Foi ministro no governo Michel Temer e líder do governo no Senado. Conseguiram sucesso em suas campanhas 14 deputados, mantendo-se próximo da média de recondução e renovação da Assembleia Legislativa. Novamente os partidos de esquerda (PT, PCdoB, PPS e PSB) conseguiram cadeiras na casa, mas no caso do último, o candidato eleito é diferente do candidato da legislatura anterior. O deputado Brito Bezerra tornou-se o terceiro parlamentar da ALE-RR a ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas. A estratégia da maioria dos deputados estaduais continuou sendo a de ambição estática. A taxa de alienação eleitoral foi de 19,53%.

A lista na Tabela 10 contempla os deputados estaduais que assumiram cargos no governo estadual. A tabela tem um descompasso entre o período que os deputados exerceram seu mandato no Legislativo e no Executivo. Se ela fosse mais completa, poderíamos talvez extrair mais informações, mas aparentemente, poucos deputados se ausentaram de seu mandato na ALE-RR para assumir cargos no secretariado do governo estadual.

Tabela 10 – Lista de deputados estaduais de Roraima que ocuparam Secretarias de Estado entre 1995 e 2010

Deputado Estadual	Eleito	Secretaria Estadual	Período (mês/ano)
Herbison Jairo Ribeiro Bantim	1990 (PFL), 1994 (PPR), 1998 (PSL), 2002 (PSL)	Secretaria extraordinária para assuntos internacionais	10/2009 a 2/2010
Édio Vieira Lopes	1990 (PFL), 1994 (PPR), 1998 (PPB), 2002 (PSI)	Chefe da Casa Civil.	1/2009 a 10/2009
José Maria Carneiro	1990 (PTB)	Chefe do Gabinete Civil	9/2004 a 11/2004
Francisco Flamarion Portela	1994 (PPR), 2006 (PTC) e 2010 (PTC)	Chefe do Gabinete Civil	9/1999 a 10/2001
Antônio Evangelista Sobrinho	1994 (PPR), 2006 (PTC) e 2010 (PTC)	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	1/1996 a 4/1998
Francisca Aurelina Medeiros de Lima	1994 (PSC), 1998 (PPB), 2006 (PSDB), 2010 (PSDB), 2014 (PSDB), 2018 (Pode)	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	12/2000 a 9/2001.
Erci de Moraes	1998 (PTB), 2006 e 2010 (PPS)	Secretaria de Agricultura e abastecimento	10/2000 a 9/2001
		Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1/1997 a 4/1998
		Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1/1995 a 1/1997

Tabela 10 – Lista de deputados estaduais de Roraima que ocuparam Secretarias de Estado entre 1995 e 2010

Deputado Estadual	Eleito	Secretaria Estadual	Período (mês/ano)	(conclusão)
Vera Regina Guedes da Silveira	1990 (PL), 1998 (PFL)	Secretaria de Articulação Municipal e Política Urbana	5/2003 a 12/2003	
Martlia Natália Pinto Reginatto	2002 (PTB), 2006 (PSDB)	Chefe do Gabinete Civil	6/2002 a 9/2002	
Lenir Rodrigues	2014 e 2018 (PTC)	Secretaria de Saúde	1/1995 a 1/1996	
Gerson Cagas	2010, 2014 e 2018 (PRTB)	Secretaria de Educação	7/2003 a 11/2004	
		Secretaria de Justiça e da Cidadania	9/2008 a 4/2009	
		Secretaria de Segurança Pública	5/2007 a 3/2008	

Fonte: NUPEPA/UFRR.

A Casa Civil e o gabinete, de maneira geral, são os órgãos de articulação política entre os Executivos estaduais e o Legislativo. Já secretarias como de Educação e Saúde, têm grande visibilidade pública, mas têm a maioria de seus recursos já carimbada por legislação federal. As Secretarias de Agricultura e Abastecimento e de Articulação Municipal e de Política Urbana (como a de Obras e Serviços Públicos) têm seus recursos com maior probabilidade de alocação distributiva. São organismos que podem ser usados para conseguir maior apoio político mediante políticas *pork barrel*. É interessante constatar que nenhum dos deputados que assumiram cargos ficou a legislatura toda fora da ALE-RR. Parece que os cargos nos secretariados não são atraentes politicamente para os deputados nem são um instrumento *essencial* para o governo constituir sua bancada na Assembleia Legislativa.

### **Considerações finais**

O trabalho buscou, de forma resumida e descritiva, apresentar o processo de Ambição Política na Assembleia Legislativa no estado de Roraima. A Ambição Política pode ser definida como o político define sua carreira. Partimos de alguns pressupostos básicos como o de que todo agente político é principalmente um *office seeker*, e busca ascensão (estática, regressiva e progressiva). Ao analisar descritivamente o caso ALE-RR, fica claro que poucos políticos tentam ascender politicamente a cargos no Executivo estadual e no Parlamento federal. A taxa de renovação na ALE-RR ficou abaixo dos 50% nas duas últimas legislaturas, o que representa para parte dos políticos, especialmente os novatos de uma legislatura, pôr em risco uma carreira política mais ambiciosa. Há

casos pontuais de Ambição Progressiva, mas a estática é a estratégia mais racional para os deputados estaduais da Assembleia Legislativa do estado de Roraima.

## Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os barões da federação. *Lua Nova.*, n. 33, p. 165-183, 1994.

BLACK, Gordon. A theory of political ambition: career choices and the role of structural incentives. *American Political Science Review*, v. 66, n. 1, p. 144-259, 1972.

COSTA, Homero de Oliveira. *Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002)*. 2006. 222 f. Tese - Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, área de Concentração Ciência Política, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3779/1/Homero%20de%20Oliveira%20Costa.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CORRÊA, Filipe Souza. *O que fazer para sobreviver politicamente?: padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil*. Orientador: Carlos Ranulfo F. de Melo. 2016. Tese - Doutorado em Ciência Política. Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ARNG5H>. Acesso em: 19 fev. 2020.

D'AGOSTINO, Rosanne. Eleito com menor votação do país, Chico das Verduras estava preso até véspera da eleição. *UOL Eleições 2010*, 4 out. 2010. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2010/roraima/ultimas-noticias/2010/10/04/eleito-com-menor-votacao-do-pais-chico-das-verduras-estava-preso-ate-vespera-da-eleicao.jhtm>. Acesso em: 31 mar. 2021.

DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row, 1957.

ELEIÇÕES 2006: apuração - Roraima - deputado estadual. *Folha Online*, 2006. Disponível em: <https://eleicoes.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/rr1de-1.html>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FLORENTINO, Renata. Saindo de cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, p. 45-63, 2008.

GERRING, John. Mere description. *British Journal of Political Science*, v. 42, n. 4, p. 721-746, oct. 2012.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, v. 9, p. 44-67, 2003.

LIMA, Albany Ferreira *et al.* A carreira dos desviantes: ambição política e nível de profissionalização da Câmara dos Deputados. *E-Legis*, v. 11, n. 26, p. 82-108, 2018.

NOGUEIRA, Elen P. Uma breve história da construção política representativa de Ottomar de Souza Pinto em

Roraima nos primeiros anos do governo do estado (1991-1994). *Textos e Debates*, n. 30, p. 81-93, jul./dez. 2016.

RORAIMA. Justiça Eleitoral. Eleições Gerais Estaduais 2018. *Resultado de votação*: eleitos. 1.º turno. 8 out. 2018. Disponível em: [https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rr-candidatos-eleitos-no-1o-turno-2018/rybena\\_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rr-candidatos-eleitos-no-1o-turno-2018/at\\_download/file](https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rr-candidatos-eleitos-no-1o-turno-2018/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rr-candidatos-eleitos-no-1o-turno-2018/at_download/file). Acesso em: 31 mar. 2021.

SAMUELS, David. *Ambition, federalism and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTOS, Fabiano. Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 42, n. 1, 1999.

SANTOS, Manoel Leonardo. Teoria e método nos estudos sobre o legislativo brasileiro, 1994-2005. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, n. 66, 2.º sem. 2008.

SCHLESINGER, Joseph. *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago: Rand McNally, 1966.

# Composição partidária e representação parlamentar nas eleições para a Assembleia Legislativa de Roraima, 1990-2018

Roberto Ramos Santos

## 1 Introdução

Esta seção tem por objetivo analisar a evolução do sistema partidário e o perfil de representação política na Assembleia Legislativa de Roraima durante os últimos trinta anos.<sup>27</sup> De início, examinamos o desempenho eleitoral e parlamentar dos partidos concorrentes à Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) e as características do subsistema político estadual, que serão mensuradas pelos índices de volatilidade e fragmentação. Nas considerações seguintes, averiguamos o perfil dos eleitos por ocupação profissional, faixa de patrimônio, idade, local de nascimento e divisão por gênero e raça. No fim, procedemos com uma síntese das principais conclusões do trabalho. A análise compreende um total de 99 deputados e deputadas eleitos ao longo das oito legislaturas do período. Dessa soma, convém destacar que 55,6%, até 2018, tiveram nas urnas seu nome sufragado apenas uma vez. Os demais se tornaram veteranos, ocupando o cargo de representação proporcional por dois ou mais mandatos legislativos.

Uma das justificativas para a realização deste estudo é a potencial contribuição para melhor compreender a dinâmica do quadro político da Assembleia Legislativa, identificando particularidades e tendências.

Esperamos que esta seção estimule a realização de novos estudos acadêmicos sobre o desenvolvimento

---

<sup>27</sup> Agradecemos a leitura e as sugestões de Ricardo Borges Gama Neto.

da política estadual em vista das relações concretas processuais que são interpostas nos meandros do Poder Legislativo. Temos a convicção de que falta maior número de análises de conjunturas subnacionais que apresentem diagnósticos a respeito da vida política roraimense, com informações minuciosamente organizadas, servindo para compreender, à luz da noção de conjunto, a realidade subjacente do estado.

## **2 Dinâmica partidária nas eleições legislativas estaduais**

A Tabela 1 mostra que 41 partidos apresentaram candidatos às eleições para a Assembleia Legislativa de Roraima entre 1990 e 2018. Pelos resultados eleitorais, com extinção e renomeação de siglas no período, 56,1% das legendas conseguiram obter 5% ou mais de votos, e 73,2% conseguiram eleger representantes legislativos. Os dados da tabela indicam, ainda, crescimento da fragmentação parlamentar, com o avanço no número de partidos que registraram no período o maior percentual de votos, aumentando a incerteza das siglas partidárias quanto aos resultados das eleições.

No desempenho das legendas, nenhum dos partidos conseguiu eleger deputados estaduais em todas as legislaturas explicitando a experiência regional desigual de institucionalização dos partidos brasileiros (LIMA JÚNIOR, 1983; 1997). O PMDB/MDB não conseguiu fazer parte da primeira legislatura; registrou média de votos no período de 6%, com desempenho pouco satisfatório em dois momentos: na eleição de 1994, quando obteve 2,5% de votos, e dezesseis anos depois, na eleição de 2010, quando recebeu dos eleitores 3,8%. Mesmo com o descenso de votos registrado nessas duas eleições, o PMDB/MDB

conseguiu assegurar uma das cadeiras do Legislativo estadual no cálculo de distribuição partidária do TSE.

Na variação do PDS/PPR/PPB/PP, observa-se na Tabela 1 que a legenda até o fim da década de 1990 foi uma das mais votadas. Em 1998, com a mesma densidade eleitoral do PDT, conseguiu obter taxa de votos de 18,3%. Depois disso, o partido enfraqueceu seu destino no jogo de competição partidária, não sendo mais capaz de organizar a competição política, a ponto de, em 2006, ter somente 0,7% de votos e nenhuma cadeira adquirida das 24 disputadas. Nas duas últimas eleições do período 1990-2018, a votação do PDS/PPR/PPB/PP ficou concentrada em torno de 4% de votos e de cadeiras.

Tabela 1 – Resultado eleitoral e distribuição da representação parlamentar por partido na Assembleia Legislativa - Roraima, 1990-2018 (%)

(continua)

Partidos	1990		1994		1998		2002		2006		2010		2014		2018	
	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C
PMDB/MDB	5,4	12,5	2,5	5,9	10,3	12,5	6,4	4,2	6,6	8,3	3,8	4,2	6,3	12,5	6,7	8,3
PDS/PPR/PPB/PP	9,7	12,5	19,4	23,5	18,3	20,8	4,2	4,2	0,7	4,8	7,4	4,2	4,8	4,2	3,9	4,2
PTB	23,5	25	30,3	29,3	9,2	8,3	5,4	8,3	6,3	6,3	1,5	12,5	0,2	4,3	4,3	4,1
PFL/DEM	7	20,8	11,1	5,9	8,3	16,7	9	8,3	9	12,5	6,9	12,5	0,7	0,4	0,4	0,4
PSDB	13,1	12,5	6,7	11,8	10,5	4,2	11	12,5	11,3	16,7	8,3	8,3	4,6	4,2	2	2
PL/PR	15,2	8,3	2,7	2,7	1,1	1,1	1,1	4,2	9,8	12,5	9	8,3	1,7	2,3	2,3	2,3
PT	2,7	2,7	1,9	1,9	2,1	2,1	2,1	4,2	2,8	2,8	2,3	2,3	2,6	4,2	1,3	4,2
PDT	2,8	4,2	4,7	8,3	18,3	20,8	5,6	4,2	5,2	4,2	3	4,2	4,1	4,2	0,1	0,1
PSC	2,8	4,2	8,3	11,8	0,2	0,2	0,4	4,2	3,9	4,2	5	4,2	2,6	4,2	1,9	1,9
PSB	0,5	0,3	2,2	5,9	0,6	0,2	2,4	4,2	2,7	3,8	3,8	8,3	4,8	4,2	4	4,2
PSD*	0,3	0,3	2,2	5,9	0,2	0,2	6,4	8,3					0,2		3	
PSD**																
PST	0,5	0,5	0	0,3	0,5	16,7	7,2	8,3	0,3	0,3	1,4	4,2	6,9	4,2	2,6	4,2
PCdoB	0,4	0,4	0	0,3	0,3	0,3	0,2	8,3			2	4,2	2,3			
PMN	1,3	1,3	1,5	1,5	0	0	0,9	12,5			9	8,3	4	8,3	4,1	4,1
PSL					15,4	16,7	8,2	12,5			6	8,3	4,2	4,2	2,2	4,2
PPS			0,4	0,4	0,6	0,6	3,9	4,2			4,7	8,3	4,2	4,2	2,2	4,2
PRP			2,6	2,6	0,3	0,3	2,7	4,2			2,5	4,2	8,3	8,3	1,8	4,2
PRTB					0,4	0,4	2,9	4,2			6,5	4,2	3,7	4,2	4,5	8,3

Tabela 1 – Resultado eleitoral e distribuição da representação parlamentar por partido na Assembleia Legislativa - Roraima, 1990-2018 (%)

(continua)

Partidos	1990		1994		1998		2002		2006		2010		2014		2018	
	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C
PHS							1				3,5					
PGT					0,1		2,3									
PTB/PP	4,7	4,2	4,6	5,9			4,2				2	4,1		8,2		
PSDC/DC					0,7		4,2	4,1	1,9				5,1		1,7	
PAN					0,6		4,2	4,1	0,5							
PTN/Posde							3,2	8,3	6,4	8,3	1,7		1,9		3,4	4,2
PRN/PTC	8,0	12,5	0				0,3		1,5	4,1	1,1	4,1	0,9		8,7	8,3
PCO							0									
PRB									1,7		8	4,1	11,3	12,5	9,1	12,5
PSOL									0,4		0,1		0,7		0,3	
PV									5,9	4,2	6,4	4,2	3,5	4,2	6,5	4,2
PROS			0,1										3,3	4,1	1	
PRN/Patriota													3,1	4,1	3,6	8,3
PTdo B/Avante									0,9				3,5		0,3	
PPL					2		1,2						1,2		2,7	
SD													1,5		9,5	12,5
PSTU													0			
REDE															1,6	
PMB															5,5	4,1

Tabela 1 – Resultado eleitoral e distribuição da representação parlamentar por partido na Assembleia Legislativa – Roraima, 1990-2018 (%)

Partidos	1990		1994		1998		2002		2006		2010		2014		2018	
	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C
PDC	2,4															
PCB																
Prona							3,6		4,1		4,2				0,3	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Nicolau (1998) e Brasil (2019).

\* Extinto em 2003. \*\* Criado em 2011.

(conclusão)

O PTB também foi uma das legendas com mais força eleitoral nos anos 1990. Nas eleições de 1990 e 1994, o partido recebeu dos eleitores do estado, respectivamente, 23,5% e 30,3% de votos, que, na mecânica de conversão das cadeiras, deram a ele o controle na eleição de 1990 de 25% da representação proporcional e de 29,3% em 1994. Nenhum partido, até 2018, conseguiu a proeza de ter adquirido, em uma única eleição para a Assembleia, a mesma ou maior proporção de votos e de cadeiras. Todavia, pelo crescimento da competição eleitoral na década de 2000 e pela desfiliação de líderes importantes do partido, como a do ex-governador Ottomar de Souza Pinto, que migrou para o PSDB em 2005,<sup>28</sup> o PTB roraimense acumulou perdas eleitorais e entrou em crise, não elegendo representantes para o Legislativo estadual entre as eleições de 2006 e 2014.

Em 2018, o partido conseguiu obter uma cadeira. Já o Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM), na clivagem eleitoral estadual, manteve sua importância de mais de 5% de votos até o escrutínio de 2010. Nos sufrágios de 2014 e 2018, seu desempenho despencou; registrou votação de microlegenda, com percentuais ínfimos de 0,7% e 0,4% de votos. Diante disso, o PFL/DEM, na esfera de representação proporcional, deixou de competir pela distribuição das cadeiras do Legislativo estadual; e pelo baixo desempenho conseguido na eleição, contribuiu para aumentar a dispersão do poder político no estado.

Na votação do PSDB, apesar da variação ocorrida no subsistema político, o partido esteve até a sétima legislatura entre as legendas que obtiveram êxito na eleição

---

<sup>28</sup> Ottomar Pinto foi um dos mais importantes políticos de Roraima no século 20 e no início do século 21. Na sua trajetória política, governou o território federal de Roraima entre 1979 e 1983. Foi o primeiro governador eleito do estado em 1990, prefeito de Boa Vista entre 1997-2000; novamente governador estadual entre 2004-2006 e reeleito para o terceiro mandato de governador em 2006. Ottomar Pinto, aos 76 anos, faleceu no exercício do mandato em 11 de dezembro de 2007, vítima de parada cardiorrespiratória.

de deputados da Assembleia Legislativa. Não obstante, em 2018, pelo seu fraco desempenho nas urnas, apenas 2% de votos, o PSDB ficou fora da composição partidária do Legislativo roraimense pela primeira vez.

Quanto à participação de outras legendas no jogo de disputa eleitoral, destaca-se o declínio longitudinal do PDT, que, em 1998, obteve boa votação, 18,3% de votos e 20,8% de cadeiras, mas acabou o período analisado com apenas 0,1% de votos. Outro partido que oscilou e teve queda abrupta em seu desempenho eleitoral foi o PL/PR. Em 1990, o PL/PR (hoje, novamente PL) conquistou 15,2% de votos e 8,3% de cadeiras. Em 1994, caiu para 2,7% e para 1,1% de votos nas eleições de 1998 e 2002 sem, contudo, eleger bancada. Em 2006, o partido voltou a ter força política com 9,8% de votos e 12,5% de cadeiras; e já como PR, no fim de 2006, depois de se unir ao Prona, manteve elevada sua magnitude em 2010, com 9% de votos e 8,3% de cadeiras. Em 2014 e em 2018, a sigla perdeu novamente densidade eleitoral, registrando votação inexpressiva de 1,7% e 2,3% de votos respectivamente.

O PSL foi outra legenda que sofreu queda eleitoral no período. Iniciou sua trajetória nas eleições da Assembleia Legislativa em 1998, adquirindo 15,4% de votos e 16,7% de cadeiras, mas na última eleição, realizada em 2018, apesar da “onda” em torno da candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República, pelo partido, teve apenas 4,1% de votos, que não foram suficientes para ele eleger, pelo cálculo do TSE, ao menos um representante para a Assembleia Legislativa do estado.

Dito de outra forma, os votos de Roraima dados a Jair Bolsonaro no primeiro turno das eleições de 2018, 62,9%,<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Em Roraima, no primeiro turno das eleições para presidente da República em 2018, Fernando Haddad do PT conseguiu 17,8%; Geraldo Alckmin do PSDB, 6,9%; e Ciro Gomes do PDT, 5,3%.

não tiveram maior influência na votação do PSL para o Legislativo estadual. Todavia, na disputa majoritária, o PSL roraimense elegeu o governador Antônio Denarium, um *outsider* do sistema político, vinculado ao segmento empresarial. Ele iniciou o mandato de governador não podendo contar com o PSL na base de aprovação dos projetos de lei e outros interesses de competência do Poder Executivo na arena do Legislativo. Em 28 de maio de 2020, Antônio Denarium desfilou-se do PSL e, até o fim desta análise, está sem partido.

Na Tabela 1, nota-se, ainda, o avanço de partidos menores, principalmente com a pulverização da relação entre vaga e partido inicialmente ocorrida em 2002, quando o número de partidos com representação na Assembleia Legislativa de Roraima mais do que dobrou de tamanho em relação ao pleito anterior. Os dados da tabela mostram que, na evolução do subsistema político estadual, parte dos pequenos partidos foi adquirindo robustez na contramão das legendas principais, com maior poder de organização nacionalmente. Foi o caso do PPS (hoje, Cidadania), PV e PRTB que adquiriram e souberam manter durante o período suas representações na Assembleia Legislativa. Igualmente, foi o caso do PRB (hoje, Republicanos) que, pelo percentual de votos obtidos a partir de 2010 – 8% nessa eleição –, passou a ter força política competitiva; o que contribuiu para ampliar, no jogo de disputa eleitoral, a tão já elevada descentralização partidária.

Ressaltamos, ainda, que, como a Assembleia Legislativa do estado de Roraima é um distrito de magnitude eleitoral de 24 vagas, pelo seu tamanho, acaba facilitando para um número maior de contendores adquirir representação proporcional.

Por último, observa-se na tabela a votação residual do PT que, diferentemente do comportamento eleitoral

em outras unidades federativas e no país, nunca foi capaz de organizar a competição partidária nas eleições proporcionais do estado. No período, com percentual médio de votos de apenas 2,2%, na Assembleia Legislativa, o PT só conseguiu fazer bancada de um deputado, eleito em 2002, 2014 e 2018.

Na divisão ideológica dos partidos na Assembleia Legislativa, as siglas de direita somaram mais cadeiras do que os partidos de centro e de esquerda.<sup>30</sup> O Gráfico 1 mostra que, em todas as legislaturas do período, houve a predominância delas na competição partidária com percentuais acima de 50%.<sup>31</sup>

O centro, em termos proporcionais, não cresceu e ainda perdeu espaço de representação política para a direita em 2018 e para a esquerda em 2010 e 2018. Quanto à participação da esquerda, que só começou a ocupar cadeiras da Assembleia na terceira legislatura, com a votação adquirida pelo PDT, restou disputar com o centro

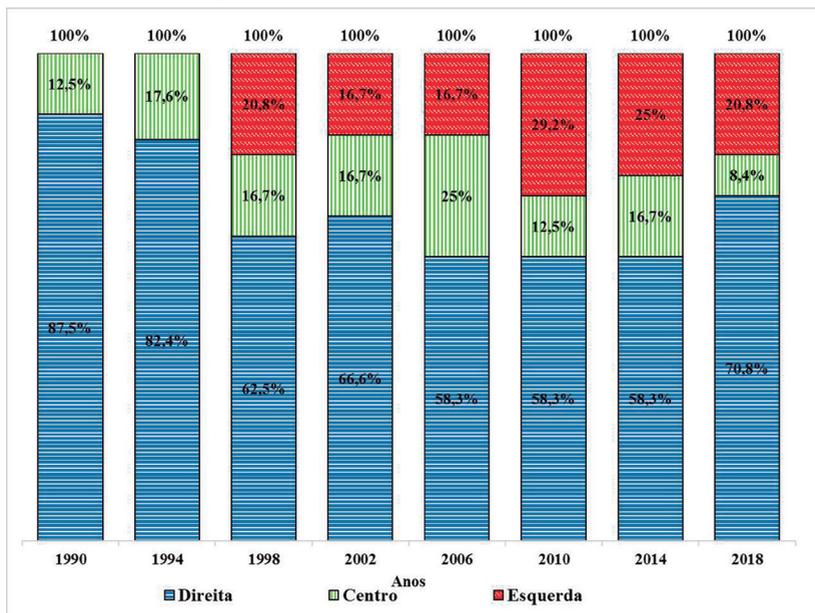
---

<sup>30</sup> A distribuição dos partidos roraimenses em um contínuo ideológico seguiu a classificação definida por Krause; Dantas; Miguel (2010). Ressaltamos que a classificação proposta por esses autores tem como base a posição ideológica dos partidos no âmbito federal, mas nem sempre é seguida à risca nos estados e municípios. Todavia, na ausência de parâmetros regionais que pudéssemos utilizar como modelo de análise, é razoável supor que o comportamento regional das legendas, pela sua estrutura de organização em diretórios estaduais e municipais, que obedecem, em geral, às decisões do diretório e da executiva nacional, guarde muitas semelhanças com o perfil dos partidos nacionalmente. Como partidos de direita, definiram-se: PDS/PPR/PPB/PP, PTB, PFL/DEM, PL/PR, PSC, PSD, PST, PMN, PSL, PRP, PRTB, PTR/PP, PSDC/DC, PRN/PTC, PAN, PTN/Pode, PRB, PRÓS, PEN/Patri, SD, PMB e Prona. Como partidos de centro: PSDB e PMDB; e como partidos de esquerda: PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS, PV.

<sup>31</sup> Agradecemos a Neider Devia Merchan a elaboração dos gráficos.

a segunda posição. Em 2010, a esquerda conseguiu seu melhor resultado. Foi quando o bloco de partidos, PDT, PSB, PCdoB, PPS, e sem a participação do PT – que na eleição anterior perdeu o mandato adquirido em 2002 –, conseguiu controlar cerca de 30% das cadeiras do Legislativo.

Gráfico 1 – Composição ideológica partidária da Assembleia Legislativa de Roraima, 1990-2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019).

Talvez o quadro legislativo da Assembleia de maior destaque do bloco de partidos, ideologicamente posicionados à direita, possa ser explicado, em parte, pelo uso do clientelismo como estratégia dominante de aquisição de apoio eleitoral na política local. Roraima é um

estado de economia fraca, que ainda depende de repasse de recursos da União para executar políticas públicas e para manter funcionando a máquina administrativa.<sup>32</sup> Muitos eleitores, com baixo grau de escolaridade e em condições sociais de pobreza e vulnerabilidade, com pouca expectativa de conseguir emprego formal, são inseridos, desde a origem do estado, em máquinas clientelísticas de partidos e candidatos, “fidelizando” o apoio político como se fosse um negócio que devesse ser trocado por dinheiro, promessa de emprego na estrutura pública, cestas básicas e outros bens, tal como pensa Panebianco (1982), de incentivos seletivos privados (cf. SANTOS, 1999).

Não foi à toa que o TRE-RR, em várias ocasiões, fez campanha de conscientização pelo voto ético no rádio, na televisão e entre o eleitorado jovem; uma forma de combater o abuso do poder econômico, valorizando as eleições como instrumento de cidadania (TRE-RR..., 2014). Decerto, o clientelismo na política local não é muito diferente do que ocorre em outros lugares do país. Há de se considerar também – como fator explicativo para a configuração desse quadro partidário, de divisão ideológica mais à direita na Assembleia Legislativa de Roraima – a ausência local de mais organizações de classe trabalhadora e de movimentos sociais contestatórios politicamente mais atuantes, vinculados aos partidos de esquerda na luta pela universalização de direitos e expansão da cidadania.

## **2.1 Fragmentação e volatilidade nas eleições legislativas**

Na análise de um sistema partidário, é sempre relevante observar qual o tamanho da dispersão de poder

---

<sup>32</sup> Em 2019, o PIB estadual foi de apenas 14 bilhões, correspondendo a 0,2% da economia nacional. Cerca de 80% dos recursos do PIB são de repasses anuais da União (cf. FÉLIX, 2020).

político entre os competidores. Utilizamos os índices de fracionalização<sup>33</sup> e o número efetivo de partidos<sup>34</sup> para medir o grau de fragmentação partidária nas eleições para a Assembleia Legislativa. Como medida comparativa, utilizamos os mesmos indicadores na descrição eleitoral para a Câmara dos Deputados.

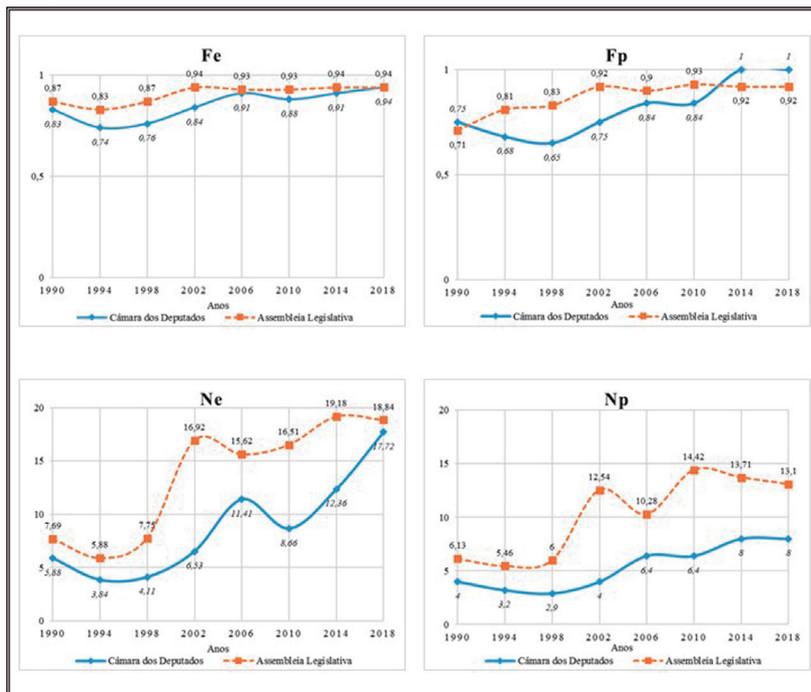
No Gráfico 2, verifica-se que, nos dois níveis de eleições proporcionais, as taxas de fragmentação partidária no subsistema político de Roraima foram bastante elevadas e cresceram ao longo do tempo. Na disputa para a Câmara, os índices médios de fracionalização eleitoral (*Fe*) e parlamentar (*Fp*) corresponderam no período a 0,85 e 0,81 respectivamente. Nota-se ainda que, no *Fp* da Câmara, o valor do índice atingiu o grau máximo de dispersão nas eleições de 2014 e 2018, quando, pelo cálculo do quociente partidário, os partidos vencedores receberam a mesma quantidade de cadeiras. Foram oito partidos dividindo oito vagas de Roraima na Câmara dos Deputados. Já na Assembleia Legislativa, o índice médio de *Fe* foi 0,90 e o de *Fp*, 0,86, configurando-se, no quadro geral, uma fragmentação média maior do que a registrada na Câmara.

---

<sup>33</sup> O índice de fracionalização foi proposto por Douglas Rae (1967) e varia de 0 a 1, em que 0 significa ausência de fragmentação e 1, máxima fragmentação. Calcula-se da seguinte forma:  $F=1-\sum v_i^2$ , em que *v* é a proporção de votos (ou cadeiras) de cada partido (cf. NICOLAU, 1997).

<sup>34</sup> A medição do índice de partidos efetivos, desenvolvido por Laakso e Taagepera (1979), é feita pelo cálculo:  $N=1/\sum v_i^2$  em que *v* é a proporção de votos (ou cadeiras) de cada partido (cf. NICOLAU, 1997).

Gráfico 2 – Indicadores do subsistema partidário de Roraima – Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, 1990-2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau (1998) e Brasil (2019).

Na variação do índice de partidos efetivos ( $N$ ), também calculado em termos de votos e cadeiras, percebe-se nos gráficos, claramente, a evolução do multipartidarismo no estado. Com pouco recuo no período, o sentido da direção do cálculo do índice apontou para a alta fragmentação partidária, tanto nas eleições para a Câmara quanto nas eleições para a Assembleia. Entre a primeira e a última eleição do período, o  $N_e$  da Câmara

subiu de cinco partidos em 1990 para 17 em 2018, e o  $N_p$  dobrou de tamanho, de quatro para oito partidos. No caso da Assembleia, o avanço do  $N_e$ , no período analisado, foi de 11 partidos, com o número efetivo saltando de 7, em 1990, para 18 no ano de 2018; e na composição partidária, o  $N_p$  revelou avanço de seis para 13 partidos entre 1990 e 2018.

Quanto ao cálculo de volatilidade eleitoral,<sup>35</sup> que mede as mudanças ocorridas na preferência partidária dos eleitores entre duas eleições consecutivas, percebe-se que ainda é grande o número de votantes roraimenses que escolhem votar em outra legenda na eleição seguinte (Gráfico 3), contribuindo para manter baixo o processo de cristalização dos partidos estaduais.

Pela oscilação frequente e pelo crescimento do grau de volatilidade nas duas Casas Legislativas, de voto e cadeira, é possível afirmar que, nas últimas três décadas de vivência do multipartidarismo em Roraima, a dinâmica partidária ainda não ofereceu um padrão de estabilidade das preferências eleitorais; tornando o resultado das eleições menos previsível e, do mesmo modo, o destino dos partidos.

No Gráfico 3a, observa-se que a volatilidade total média das eleições para a Assembleia Legislativa foi de 37,4 pontos, e na Câmara (conforme já observado por Bohn e Paiva, 2009),<sup>36</sup> o grau de instabilidade no subsistema partidário de Roraima foi mais elevado, com o registro

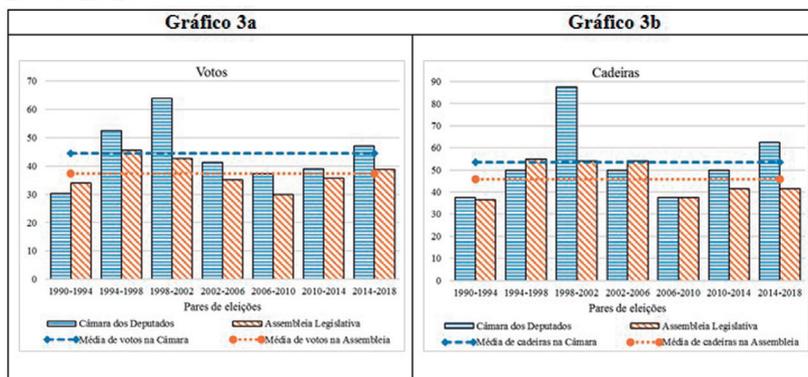
---

<sup>35</sup> A fórmula para calcular o índice de volatilidade de Pedersen (1983) é:  $VT = \sum t - t_1 / 2$ , em que  $t_1$  é a eleição precedente e  $VT$  é o somatório das perdas e ganhos dos partidos entre as duas eleições dividido por dois (BARTOLINI; MAIR, 1990; FIGUEIREDO, 1995).

<sup>36</sup> Entre 1982 e 2006, "Roraima [...] possui um eleitorado altamente instável nas eleições para Deputado Federal. [...] esse estado também apresentou grande e constante instabilidade nas eleições presidenciais" (BOHN; PAIVA, 2009, p. 199).

de VT média em votos de 44,4 pontos. No Gráfico 3b, os dados mostram VT média de cadeiras de 45,1 pontos para a Assembleia e de 53,5 pontos para a Câmara dos Deputados. Figueiredo (1995, p. 187) afirma que “os sistemas partidários são institucionalizados quando a volatilidade eleitoral [...] for relativamente constante e baixa por um longo período”. O que é difícil ocorrer em sistemas partidários de representação proporcional de lista aberta, cujos eleitores não costumam fazer dos partidos atalhos para suas escolhas políticas e, ainda, quando políticos, mais facilmente, trocam de legenda para concorrer ao mesmo cargo nas eleições seguintes (cf. KINZO, 2005; MAINWARING, 1991; NICOLAU, 1998).

Gráfico 3 – Índice de volatilidade eleitoral de Roraima para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, 1998-2018



Fonte: Brasil (2019).

No caso brasileiro, analisando os índices de volatilidade eleitoral do Distrito Federal e dos estados para a Câmara dos Deputados entre 1982 e 2006, Peres, Ricci e Rennó (2011) consideram que as taxas de volatilidade encontradas no período sofreram influência de variáveis

políticas, como alteração no número efetivo de partidos e a troca de legendas feitas pelos políticos.<sup>37</sup> Na descrição da dinâmica do sistema partidário de Roraima entre 1990 e 2002, Santos (2006) mostra que a proporção de candidatos que concorreram ao cargo de deputado estadual trocando de legenda, no período 1994-1998, foi de 81,1% e de 68,8% no período 1998-2002. Nos dois últimos pares de eleições, 2010-2014 e 2014-2018, a taxa encontrada por nossa pesquisa foi de 60,7% e 64,7% respectivamente.<sup>38</sup>

### **3 Perfil sócio-ocupacional da representação parlamentar**

Esta seção mostra o perfil sócio-ocupacional dos legisladores estaduais de Roraima durante o período 1990-2018. Em termos ocupacionais, antes de interpretarmos os dados que estão expostos no Gráfico 4 e na Tabela 2, ressaltamos que a agregação das informações teve como base os dados do TSE que são disponíveis pelo DivulgaCand e informações complementares, dadas pela elite política e encontradas no portal da Assembleia Legislativa.

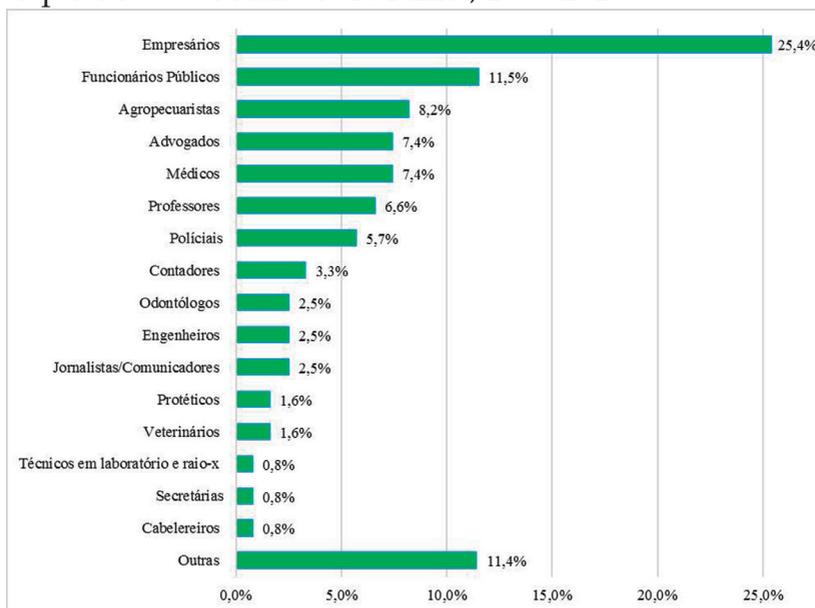
Para análise dos dados, computaram-se todas as ocupações/profissões ao longo das oito legislaturas do período sem que houvesse ordem de preferência entre elas. O total das ocupações/profissões foi superior ao número de deputados e deputadas eleitas, porque parte do grupo registrou no TSE mais de uma ocupação/profissão no conjunto de eleições realizadas no período. Embora a política seja para a maioria deles a principal atividade

<sup>37</sup> O estudo da volatilidade eleitoral no Brasil tem despertado o interesse de muitos pesquisadores brasileiros. Destacamos, entre outros, os trabalhos de Arquer (2018), Bohn; Paiva (2009), Braga (2006), Figueiredo (1995), Nicolau (1998) e Peres; Ricci; Rennó (2011).

<sup>38</sup> Agradecemos a Jeferson França e Simone Lucas a colaboração na coleta e no processamento dos dados.

econômica durante o exercício do mandato, os dados agregados no Gráfico 4 mostram que um quarto do total de legisladores da Assembleia é proveniente do empresariado urbano,<sup>39</sup> seguido do conjunto de funcionários públicos, estaduais e federais (11,5%), dos agropecuaristas<sup>40</sup> (8,2%) e da categoria de profissionais liberais, principalmente com atuação médica e com formação em Direito, ambos com 7,4%.

Gráfico 4 - Distribuição ocupacional agregada no total de deputados estaduais de Roraima, 1990-2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (2019) e da ALE-RR: <https://al.rr.leg.br/deputados-estaduais-2019/>.

<sup>39</sup> Nessa categoria incluso proprietários, administradores, diretores, gerentes e executivos de firmas urbanas.

<sup>40</sup> Agrupados na categoria proprietários de terra, fazendeiros, administradores de fazenda, produtores rurais, pecuaristas e empresários do agronegócio.

Outras carreiras, tipo liberal, como a de contador (3,3%), odontólogo (2,5%), engenheiro (2,5%) e veterinário (1,6%), tiveram proporções menores. Professores e policiais, apesar de também constituírem menor número, tiveram mais destaque na representação política estadual com 6,6% e 5,7% correspondente.

No levantamento dos dados da pesquisa, foram poucos os deputados e deputadas advindos de status social profissional de remuneração mais baixa, seja da classe média, seja entre os pobres. Ao longo do tempo, identificamos apenas a eleição de um técnico de laboratório e de raios X, e de um cabeleireiro em 1994, de uma secretária com ensino médio em 2002 e 2006, de uma ex-bancária, sem raiz aparente no movimento sindical em 2006 e 2010, e de dois protéticos, um deles eleito em 1990 e o outro em 2006. Não há registro de pessoas com vínculo na classe operária, sindicalizados do setor de serviços, como bancário e comerciário, ou mesmo entre trabalhadores rurais, que, em relação fiduciária com sua categoria, poderiam desenvolver estratégias, com ressonância pública, no sentido de agregar interesses e otimizar a representação política de classe no Parlamento.

Não se registra, em número mínimo significativo, a presença na ALE-RR de deputados e deputadas provenientes de profissões religiosas, principalmente de líder de igrejas evangélicas pentecostais que, utilizando como capital social as redes de interação construídas em torno da fé, para potencializá-las como redutos eleitorais e meios de financiamento, demonstram ter, pelo maior número de candidaturas apresentadas ao público, mais interesse na ocupação de cargos eletivos.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Neste artigo consideramos profissões religiosas as de padre, pastor, rabino, pai e mãe de santo, etc.

É importante ressaltar que o grau de concentração dos eleitos em algumas profissões, diante da gama de ocupações que existe no tecido social do estado, não pode ser visto como caso singular. Kinzo (1993, p. 70) observa que os estudos sobre representação política mostram que “parlamentares em geral não refletem com exatidão a distribuição de características predominantes nas respectivas sociedades”. Além disso, como destaca Rodrigues (2002, p. 116) – pelo prisma do recrutamento da classe política, com o perfil sócio-ocupacional da bancada dos partidos na Câmara dos Deputados –, “a preponderância [...] de alguns poucos segmentos ocupacionais e profissionais”, no interior do Parlamento brasileiro, não advém “do nosso passado elitista, nem das marcas autoritárias e das desigualdades sociais do Brasil contemporâneo”. Rodrigues (2002) preconiza que, em toda parte, nos países de regime democrático:

Algumas profissões/ocupações – *talking professions, chattering classes* – estimulam aptidões e preparam para a política [...]. Essas profissões e ocupações são as que aperfeiçoam as habilidades de expressão, de convencimento, de sedução, de argumentação e de aperfeiçoamento da arte oratória, instrumento essencial para conquistar adeptos e assegurar posições de liderança entre os próprios integrantes da classe política. (RODRIGUES, 2002, p. 116-117, grifo do autor).

Ele ainda destaca que, na luta pelo poder político, “não há futuro para o político profissional sem o domínio da oratória” (RODRIGUES, 2002, p. 117). Decerto, as características socioeconômicas e as condições históricas de desenvolvimento do lugar atuam para aumentar ou diminuir a importância de algumas profissões/ocupações no alcance da esfera política.

A Tabela 2 apresenta algumas das principais carreiras, citadas acima, distribuídas por partido. Os dados da Tabela 2a mostram que, no período analisado, o espaço de representação política dos empresários urbanos na Assembleia Legislativa de Roraima foi bem diversificado, mas com inclinação pelos pequenos partidos, principalmente, de orientação ideológica à direita, como já era esperado. Observa-se, por exemplo, a eleição de empresários urbanos pelo PSL, PRP, PRTB e PTN/Pode. No caso dos funcionários públicos autodeclarados e dos médicos, observa-se também maior concentração nos partidos de direita.

Tabela 2a - Representação política por categoria profissional na Assembleia Legislativa de Roraima - empresários urbanos, 1990-2018 (%)

Partidos	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
PDS/PPR/PPB/PP	20		33,3					
PSDB	40	50		22,2	11,1			
PMDB/MDB			33,3		11,1		14,3	
PFL/DEM					11,1	16,7		
PTB	40							11,1
PL/PR					11,1	33,3		
PSL			33,3	11,1		16,7	14,3	
PSC		50			11,1			
PPS				11,1				
PST				11,1				
PTN/Pode				22,2	11,1			
PRP				11,1			28,5	11,1
PSB				11,1		16,7	14,3	
PRTB					11,1			11,1
PV					11,1		14,3	11,1
Prona					11,1			
PMN						16,7		
PRB							14,3	22,2
Solidariedade								11,1
PRN/PTC								22,2
Total	(5)	(2)	(3)	(9)	(9)	(6)	(7)	(9)

Fonte: Elaboração com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019) e da ALE-RR (RORAIMA, 2019).

O PFL/DEM e o PDS/PPR/PPB/PP foram os partidos que mais elegeram servidores públicos autodeclarados (Tabela 2b); e o PTB e PFL/DEM tiveram maior abrangência na eleição de médicos (Tabela 2c). Um fato a ser observado é que, nas duas últimas eleições do período, não houve médicos eleitos, bem diferente dos resultados alcançados por essa categoria nos anos 1990, quando a bancada de médicos na Assembleia subiu de

três para cinco entre 1990 e 1998. No caso dos servidores públicos, entre os eleitos, se fossemos contabilizar aqueles vinculados à estrutura do estado, como policiais e professores do setor público, a proporção da representação política deles seria maior e mais diversificada entre partidos.

Tabela 2b – Representação política por ocupação/profissão na Assembleia Legislativa de Roraima – servidores públicos, 1990-2018 (%)

Partidos	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
PDS/PPR/PPB/PP	33,3	25	25	33,3				
PSDB					50	25	20	
PFL/DEM	33,3		25	33,3	50	25		
PL/PR	33,3							
PSL			25					
PSC		25				25	20	
PPS							20	20
PP		25						
PSD*		25						
PDT			25					
PAN				33,3				
PSDC/DC						25	40	
Solidariedade								20
PTN/Pode								20
PRB								20
PEN/Patri								20
Total	(3)	(4)	(4)	(3)	(2)	(4)	(5)	(5)

Fonte: Elaboração com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019) e da ALE-RR (RORAIMA, 2019).

\* Partido extinto em 2003.

Tabela 2c - Representação política por ocupação/ profissão na Assembleia Legislativa de Roraima - médicos, 1990-2018 (%)

Partidos	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
PSDB		25			50			
PMDB/MDB			20					
PFL/DEM		25	20		50	100		
PTB	33,3	50	20	50				
PL/PR	33,3							
PSL			20	50				
PRN/PTC	33,3							
PDT			20					
Total	(3)	(4)	(5)	(2)	(2)	(1)		

Fonte: Elaboração com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019) e da ALE-RR (RORAIMA, 2019).

Com relação aos advogados, o PPS é o partido que vem obtendo destaque pela eleição de pessoas com carreira na área do Direito desde 2010. Nota-se que, em relação às eleições anteriores, o número de advogados na ALE-RR, em 2018, foi o maior (Tabela 2d). Já entre aqueles que têm histórico de professores, o PT roraimense merece destaque, porque só conseguiu eleger bancada na Assembleia nessa categoria (Tabela 2e). Os deputados eleitos pelo partido, em 2002 e em 2014-2018, anteriormente, foram dirigentes sindicais que encontraram na atividade política e na organização sindical, principalmente do setor público, uma via de acesso para conquistar o cargo eletivo.<sup>42</sup>

<sup>42</sup> Ao tratar dos parlamentares do PT - que são professores -, eleitos para a Câmara dos Deputados em 1998 e ligados ao ativismo sindical da categoria, Rodrigues (2002, p. 36) destaca: "Para as principais lideranças, a organização sindical serve, inicialmente, de via de acesso à atividade política não parlamentar e, posteriormente, de trampolim para a obtenção de algum cargo eletivo, acesso à classe política e, conseqüentemente, abandono da atividade sindical."

Tabela 2d – Representação política por ocupação/ profissão na Assembleia Legislativa de Roraima – advogados, 1990-2018 (%)

Partidos	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
PMDB/MDB						50		
PTB		100	100					
PL/PR	50							
PPS						50	50	25
PRTB								25
PV								25
Solidariedade								25
PDT							50	
PRN/PTC	50							
Total	(2)	(1)	(1)			(2)	(2)	(4)

Fonte: Elaboração com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019) e da ALE-RR (RORAIMA, 2019).

Tabela 2e – Representação política por ocupação/ profissão na Assembleia Legislativa de Roraima – professores, 1990-2018 (%)

Partidos	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
PDS/PPR/PPB/PP	50							
PFL/DEM	50							
PSC						50	33,3	
PPS							33,3	50
PT				50			33,3	50
PAN				50				
PV						50		
Total	(2)			(2)		(2)	(3)	(2)

Fonte: Elaboração com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019) e da ALE-RR (RORAIMA, 2019).

Em termos financeiros, a Tabela 3 estratifica os deputados estaduais de Roraima por faixa de patrimônio. O que contribui não só para identificar a localização de

classe dos membros do Parlamento estadual, mas também para mostrar em que condições disputam as eleições. Na competição eleitoral, o uso em monta de recursos financeiros para conquistar votos faz a diferença. Embora não seja garantia de obtenção de sucesso, aumentam muito as chances de vitória de quem gasta dinheiro na campanha. Na análise das declarações de bens encaminhadas ao TRE-RR durante o registro das candidaturas entre 2006 e 2018, observou-se que grande parte dos eleitos, incluindo a maioria que obteve mais de um mandato legislativo no período, declarou ter patrimônio inferior a R\$ 2 milhões, distribuído até 2014, de forma quase equânime, entre as faixas de baixo, médio-baixo e médio-alto patrimônio.

Tabela 3 - Distribuição dos deputados estaduais de Roraima por faixa de patrimônio em R\$, 2006-2018 (%)

Faixa patrimonias	2006	2010	2014	2018
Nenhum bem cadastrado/nenhum bem a declarar	12,5	12,5	12,5	12,5
Baixo (menos de 200 mil)	25,0	33,3	25,0	8,3
Médio-baixo (de 200 mil a menos de 500 mil)	33,3	20,8	25,0	29,2
Médio-alto (de 500 mil a 2 milhões)	29,2	29,2	25,0	45,8
Alto (mais de 2 milhões)		4,2	12,5	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019).

Nota: A distribuição dos deputados estaduais de Roraima por faixa patrimonial seguiu a classificação definida por Rodrigues (2002).

Já na eleição de 2018, pela variação dos números da Tabela 3, observou-se maior distanciamento entre as faixas estabelecidas, predominando a porcentagem de deputados com mais pecúlio. Em 2018, 8,3% dos eleitos

declararam bens no valor total inferior a R\$ 200 mil (baixo patrimônio); 29,2% dos eleitos com 200 mil a menos de R\$ 500 mil (médio-baixo patrimônio), e 45,8%, com bens declarados no valor de R\$ 500 mil até 2 milhões (médio-alto patrimônio). O número de deputados que declararam bens acima de 2 milhões (alto patrimônio) só foi significativo em 2010 quando atingiu a proporção de 12,5%.<sup>43</sup>

Na distribuição acima, ainda se observa que 12,5% dos eleitos no período não tiveram bens cadastrados ou nenhum bem a declarar. Entre esses, está o deputado Dhiego Coelho (PTC), que, no intervalo 2006-2018, pelos dados do DivulgaCand, nunca teve bens cadastrados na justiça eleitoral. Já entre os que declararam possuir algum patrimônio, o menor pecúlio foi o da deputada Catarina Guerra (SD) que, em 2018, apresentou declaração de bens de apenas 22.994 reais. Ressalte-se que o valor declarado pela deputada não reflete sua origem social que, pelos vínculos familiares, pertence à classe mais abastada da sociedade roraimense. Catarina Guerra é filha do ex-deputado Chico Guerra, que teve seis mandatos consecutivos na ALE-RR. O deputado Evangelista Siqueira do PT igualmente apresentou, ao TRE, baixo pecúlio, 25.778 reais em 2014; mas em 2018, já na disputa pelo segundo mandato, ele teve valor declarado de R\$ 424 mil.

De todas as declarações de bens analisadas pela pesquisa,<sup>44</sup> o maior patrimônio foi o do deputado Rodrigo Jucá (PMDB/MDB) com R\$ 3.600.000,00 declarados em 2010. Depois dele, no rol dos maiores valores encontrados, vieram, em 2014, os deputados de origem empresarial,

---

<sup>43</sup> Como salienta Rodrigues (2002), a análise trata da declaração de bens, e não da renda ou salário dos deputados.

<sup>44</sup> A pesquisa analisou 84 declarações de bens dos deputados estaduais, e 12 declarações não foram analisadas pela ausência de informações no TSE (cf. BRASIL, 2019).

Naldo da Loteria (PSB) com R\$ 3.514.000,00 e Valdenir da Acta (PV) com R\$ 2.998.000,00. Na lista dos deputados estaduais com mais alto patrimônio, está o ex-presidente da Casa, deputado Chico Guerra (PROS), com R\$ 2.315.000,00 declarados em 2014. Ressaltamos que nenhum outro ex-presidente da ALE-RR declarou, no período, ter patrimônio igual ou superior ao apresentado por Chico Guerra. Em 2018, o maior patrimônio individual foi do deputado Eder Lourinho, agropecuarista, com R\$ 2.350.000,00.

Na clivagem por gênero, Tabela 4, a Assembleia Legislativa de Roraima, no mesmo perfil de outros Parlamentos, revela ser, conforme visto nos artigos 2 e 3 deste livro, um espaço predominantemente masculino, refletindo a histórica desigualdade social na relação de gênero. Na opinião de Avelar (1989, p. 40), essa desigualdade traz como consequência “obstáculos sociais e psicológicos que incidem sobre a motivação feminina para superar as barreiras seculares que bloqueiam seu acesso ao poder”. Como destacam Nader e Rangel (2012, p. 254), acaba cerceando “suas aptidões não só para atuarem na vida política e no mundo do trabalho, mas também nas várias esferas em que se faz necessária sua ampla participação”.

Na análise da Tabela 4, verifica-se que a presença feminina no Legislativo estadual foi mais significativa em 1990 quando constituiu bancada de 20,8%, e em 2018, quando chegou ao platô de 25%, ou seja, um quarto da representação proporcional. Apesar desse relativo aumento, pela sub-representação dos números apresentados na tabela, fica ainda o desafio para o movimento de mulheres e de feministas, assim como para quem defende a socialização da cidadania política, de ampliar, no sistema político estadual, decerto em todo o País, o espaço de representação das mulheres

na esfera de tomada de decisão do Poder Legislativo. Afinal, a participação das mulheres em cargos de poder eletivo é um indicador importante para avaliar o grau de institucionalização da democracia.

Tabela 4 - Composição de gênero da Assembleia Legislativa de Roraima, 1990-2018 (%)

Gênero	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Masculino	79,2	82,4	83,3	87,5	87,5	91,7	87,5	75
Feminino	20,8	17,6	16,7	12,5	12,5	8,3	12,5	25
Total	(24)	(17)	(24)	(24)	(24)	(24)	(24)	(24)

Fonte: Elaboração com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019).

Ao longo do tempo, apesar da representação feminina não deixar de existir na Assembleia, o número de deputadas foi pouco expressivo mesmo após as mudanças nas regras eleitorais brasileiras, que, pela lei de cota de gênero, tornaram obrigatório os partidos políticos terem candidaturas femininas nas eleições; e, ainda, pelo desenvolvimento do sistema político, com o crescimento progressivo do eleitorado feminino, que, a partir de 2014, ultrapassou 50% do colégio eleitoral estadual, registrando nessa eleição taxa de 50,6% contra 49,4% dos homens (Tabela 5).

Tabela 5 – Porcentagem do eleitorado de Roraima por gênero, 1990-2018

Gênero	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Masculino	54,2	54,1	50	52,1	50,3	50,2	49,4	48,8
Feminino	45,7	45,8	46	47,9	49,7	49,8	50,6	51,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
(N)	(86.226)	(119.888)	(170.620)	(208.524)	(232.814)	(271.890)	(299.558)	(333.464)

Fonte: Elaboração com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019).

Em termos de vinculação partidária, a Tabela 6 mostra que o PSDB foi a sigla que mais elegeu deputadas no período, seguido pelo PSC.

Tabela 6 – Distribuição da representação feminina na Assembleia Legislativa por partido, 1990-2018 (%)

Partidos	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
PDS/PPR//PPB/PP			25					
PSDB	20	33,3			66,7	50	33,3	
PMDB/MDB			25	33,3				
PFL/DEM	20		25					
PTB	20	33,3		33,3				
PL/PR	20				33,3			
PSC	20	33,3				50	33,3	
PAN				33,3				
PPS							33,3	16,7
PRTB								16,7
PTN/Pode								16,7
PDT			25					
Solidariedade								33,3
PV								16,7
Total	(5)	(3)	(4)	(3)	(3)	(2)	(3)	(6)

Fonte: Elaboração com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019).

Outro aspecto que se pode destacar é que, somente em dois momentos da cena política estadual, um partido

político conseguiu eleger, no mesmo sufrágio, duas mulheres para a Assembleia Legislativa: em 2006, quando o PSDB elegeu Marília Pinto e Aurelina Medeiros, e em 2018, quando o Solidariedade sufragou o nome de Ione Pedroso e de Catarina Guerra.

No campo da esquerda, o PPS, por duas eleições consecutivas, 2014 e 2018, foi representado pela deputada Lenir Rodrigues. O PT e o PCdoB, como partidos de massa e tendo vínculos com movimentos sociais, inseridos nacionalmente na luta política pela igualdade de gênero, inclusive com a presença de mulheres em sua representação no Parlamento federal, ainda não conseguiram eleger filiadas para o cargo em Roraima; o PDT, só nas eleições de 1998, obteve uma representação feminina no Legislativo, e nas eleições de 2018, o PV conseguiu eleger uma mulher.

Ressalte-se que quase todas as eleitas chegaram ao poder político sem nenhum vínculo estabelecido com movimentos sociais de mulheres e com grupos ideológicos feministas independentes e de caráter reivindicatório pela equidade de gênero. Tornaram-se deputadas pela conexão política familiar, pela origem empresarial, pelos laços religiosos ou por vínculo de trabalho construído na burocracia do estado, que podem, pela atividade desenvolvida, exigir que se mantenha algum tipo de pressão sobre os poderes públicos locais. Evidencia-se, ainda, que, nesses trinta anos da Assembleia Legislativa de Roraima, nenhuma deputada foi eleita presidente da Casa.

Quanto à cor/raça dos eleitos, os dados do TSE, só disponíveis para as eleições 2014 e 2018, mostram que brancos e pardos preencheram praticamente todas as vagas da Assembleia Legislativa. Na Tabela 7, verifica-se que a proporção de pessoas autodeclaradas pretas foi tão somente 4,2% em 2014 e nenhuma em 2018. Os pardos com 54,2% superaram a taxa dos brancos, tornando-se maioria na última eleição.

Tabela 7 - Composição da Assembleia Legislativa de Roraima por cor ou raça, 2014-2018 (%)

Cor/Raça	2014	2018
Branca	66,7	45,8
Parda	29,1	54,2
Preta	4,1	-
Total	100	100

Fonte: Elaboração com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019).

Não deixa de ser preocupante a falta de representatividade dos segmentos preto e indígena na composição da Assembleia Legislativa de Roraima, principalmente porque, entre a população do estado, segundo o censo IBGE 2010, o contingente de pretos autodeclarados é de 6% e o de indígenas 11%. Além disso, são predominantemente indígenas 26,7% dos municípios de Roraima; e mais, pela contagem no último censo, o estado foi considerado proporcionalmente o mais indígena do país (IBGE, 2011). Acrescenta-se a isso que, no cenário político eleitoral do estado, a clivagem cor da pele não tem sido devidamente utilizada como atalho na luta para conquistar votos, mesmo pelo conjunto de candidatos não brancos e de poucos recursos econômicos. A questão racial que, em outros lugares, torna determinadas candidaturas relevantes no discurso político, por enfatizarem o problema da marginalização e da desigualdade social da população não branca, nas eleições legislativas de Roraima demonstra não ter ainda peso político efetivo.

O espaço limitado de participação de uma parcela importante da população de Roraima nas instâncias formais de poder é mais um dos reflexos da exclusão social no Brasil. Difícil ser modificada se não houver implantação de políticas públicas gerando mais igualdade de oportunidades na disputa pelo voto. Também se não forem adotadas medidas que alterem o arcabouço jurídico e po-

lítico que molda a seleção de candidatos para as instâncias representativas de governo, a fim de elas deixarem de reproduzir o conservadorismo e a hierarquização assentadas na estrutura social brasileira.

Com relação à idade dos eleitos, embora um grupo de parlamentares, desde os anos 1990, tenha conseguido renovar sucessivamente o mandato, a entrada de novos membros, mais jovens, deixou o Parlamento, na maioria das eleições, com média de idade próxima à metade da faixa dos 40 anos, e posição da mediana, sem haver muita diferença da média, com valores entre 38,5 e 45,5.

Na Tabela 8, verifica-se que, em todos os escrutínios, a idade dos deputados foi bem heterogênea. O menor desvio padrão registrado no período foi 6,08 em 1994, indicando que a idade dos deputados foi relativamente mais próxima uma das outras quando comparadas com a dos parlamentares das outras legislaturas, principalmente a de 2010, cujo valor de dispersão foi o mais elevado do período, com escore de desvio padrão de 11,19.

Tabela 8 – Medidas de tendência central e variabilidade da idade dos deputados estaduais de Roraima por legislatura, 1990-2018\*

Legislativo	Média	Mediana	Desvio Padrão
1990	38,9	38,5	7,26
1994	38,5	41	6,08
1998	42,1	42	7,13
2002	44,2	44	7,41
2006	45,7	45,5	9,34
2010	44,9	45	11,19
2014	45,2	45,5	8,64
2018	42,1	42	10,62

Fonte: Baseada em dados do TSE (BRASIL, 2019) e da ALE-RR (RORAIMA, 2019).

\* Dados conferidos por Andrea Idelga Fernand Jubithana a quem agradecemos.

O político mais jovem a se tornar deputado estadual foi Jalser Renier que, em seu primeiro mandato em 1995, iniciou a legislatura com apenas 22 anos, quase a mesma idade do deputado Neto Loureiro, eleito com 23 pelo PMB em 2018. No outro extremo, o mais velho a ocupar o cargo eletivo foi o deputado Erci de Moraes que, na sexta legislatura da Assembleia, assumiu a vaga com 73 anos.

Roraima é uma unidade federativa com forte presença de migrantes. Desde que foi elevada à categoria de estado pela Constituição de 1988, tem recebido um fluxo migratório de várias partes do país, com a maioria procurando melhores oportunidades de trabalho e renda. O IBGE registrou saldo líquido migratório, em termos absolutos, de 28.653 pessoas entre 1986-1991, de 33.370 pessoas entre 1995 e 2000 e de 14.348 pessoas entre 2005 e 2010 (RIGOTTI; CAMPOS; HADDAD, 2016).

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012, 45% da população de Roraima eram brasileiros originalmente de outros estados (IBGE, 2013).<sup>45</sup> A elite política na Assembleia Legislativa refletiu essa migração. Do total de eleitos no período, apenas 31,3% nasceram em Roraima (Tabela 9). Registram-se representantes de outros dezenove estados, destacando o Maranhão, com o percentual de 11,1%, e o Ceará com 10,1%. Por legislatura, os roraimenses nunca constituíram maioria, embora a taxa correspondente no período tenha crescido, mesmo oscilando entre eleições, e possa, talvez, indicar, pelo resultado obtido em 2018 (45,8%), maior possibilidade de, na próxima eleição legislativa do estado, em 2022, ultrapassar 50% do total (Tabela 10).

---

<sup>45</sup> Uma síntese do perfil da população de Roraima pode ser vista em Lima *et al.* (2016).

Tabela 9 – Dados agregados dos deputados estaduais de Roraima por local de nascimento, 1990-2018

Unidade Federativa	%
Roraima	31,3
Maranhão	11,1
Ceará	10,1
Amazonas	6,1
Pará*	4,1
Pernambuco*	4,1
Paraná*	4,1
Rio Grande do Sul*	4,1
Rio Grande do Norte	3,0
Rio de Janeiro	3,0
Minas Gerais	3,0
Santa Catarina	3,0
São Paulo	2,0
Espírito Santo	2,0
Piauí	2,0
Paraíba	2,0
Mato Grosso	2,0
Mato Grosso do Sul	1,0
Sergipe	1,0
Goiás	1,0
Total (=100,0)	(99)

Fonte: Elaboração com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019) e da ALE-RR (RORAIMA, 2019).

\* Dados arredondados.

Tabela 10 – Percentual de deputados estaduais nascidos em Roraima e no conjunto de outras UF por legislatura, 1990-2018

Ano	Nascido em Roraima	Nascido em outras UF	Total
1990	29,2	70,8	100,0
1994	29,4	70,6	100,0
1998	41,7	58,3	100,0
2002	29,2	70,8	100,0
2006	33,3	66,7	100,0
2010	29,2	70,8	100,0
2014	33,3	66,7	100,0
2018	45,8	54,2	100,0

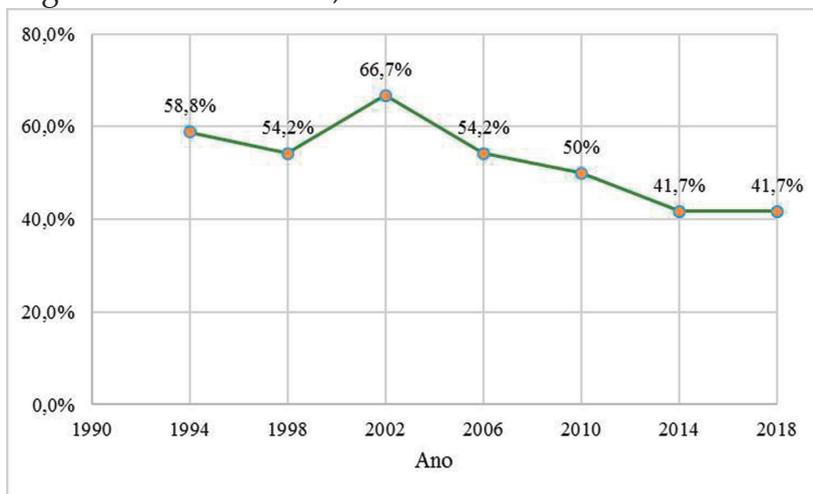
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019) e da ALE-RR (RORAIMA, 2019).

Por fim, verificamos a taxa de renovação e de reeleição na Assembleia Legislativa. Os dados ajudam a compreender melhor o estágio de institucionalização do subsistema político estadual.<sup>46</sup> O Gráfico 5 mostra que, no período 1990-2010, a taxa de renovação teve valor mínimo de 50% em 2010 e caiu para 41,7% nas duas últimas eleições. Apesar de registrar descenso desde 2006, percebe-se no gráfico que a troca de parlamentares ocorrida nas eleições da Assembleia é ainda relativamente expressiva, causada principalmente pela dinâmica da volatilidade e pelo aumento de competição entre partidos. Como princípio democrático, a alternância de poder em regimes representativos é basilar, pois contribui para evitar qualquer princípio de enrijecimento e de calcificação

<sup>46</sup> A taxa de renovação aufer a proporção de novos deputados em uma legislatura; e a de reeleição, o número dos que conseguiram permanecer no cargo entre aqueles que tentaram a reeleição.

dos sistemas políticos. Bobbio (2010, p. 25) salienta que quando isso deixa de ocorrer, isto é, “quando as classes políticas se cristalizam e não se renovam [...], o regime é ou tende a se tornar aristocrático”.

Gráfico 5 – Taxa de renovação parlamentar, Assembleia Legislativa de Roraima, 1994-2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019).

Um dado a mais é que, na legislatura da Assembleia em 2018, nenhum dos estreadores tinha a experiência de ter vencido eleições anteriores; obtiveram o cargo eletivo pela primeira vez. Outro lado da moeda é que a taxa de sucesso dos que buscaram a reeleição também foi alta, com média de 63,4% entre 1998 e 2018 (Gráfico 6). O percentual mais baixo de reeleição foi em 2002, com taxa de 41,1%. Nos demais intervalos, a proporção foi igual ou superior a 60%. O que faz crer que a estratégia de reeleição pode ser bem-sucedida; e com os dados revelando também uma ambição estática, no sentido dado por Schlesinger (1966),

da maioria dos deputados estaduais, que, como indivíduos conscientes dos próprios interesses, preferem buscar a reeleição a se aventurar na disputa de outros cargos mais influentes da arena eleitoral. Leoni; Pereira e Rennó (2003, p. 63) acreditam

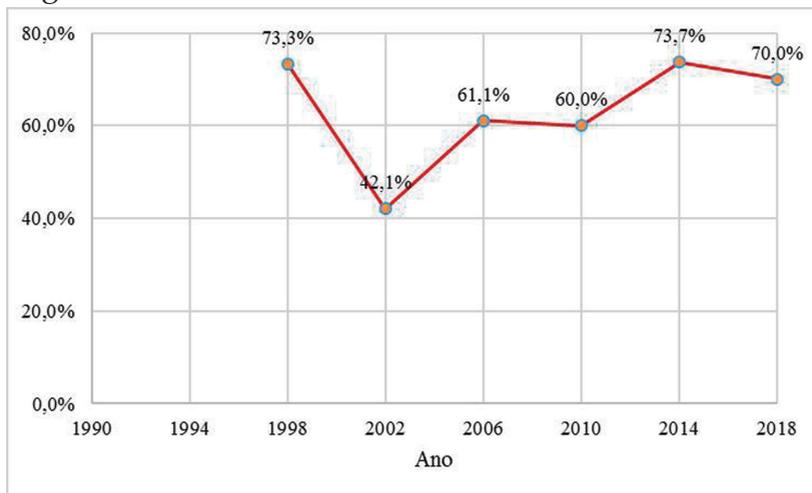
Os deputados tentam concorrer a cargos mais altos somente quando sentem que possuem força eleitoral suficiente acumulada durante seus mandatos para encarar o risco de participar de uma disputa em que o número de votos necessários para vencer é muito maior do que o suficiente para se reeleger.

A hipótese levantada, que talvez sirva para explicar o resultado do escrutínio 2002, antes da eleição, foi a divulgação feita pela imprensa da existência de funcionários fantasmas, ligados aos deputados, na folha de pagamento do governo do estado; resultando no processo de investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal naquilo que ficou popularmente conhecido como “Escândalo dos Gafanhotos”. Um esquema de corrupção que desviou dos cofres públicos estaduais mais de R\$ 200 milhões, envolvendo o Poder Executivo e o Legislativo, e, em 2003, levou à prisão preventiva vários membros da elite política local.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> O nome oficial da operação da Polícia Federal era “Praga do Egito”. Políticos e outras autoridades graduadas do estado indicavam pessoas para serem inseridas na folha de pagamento do governo e, por meio de procuração, repassada a pessoas de confiança dos autores das indicações, recebiam do governo o salário pago aos funcionários fantasmas. Tiveram o nome relacionado pela Polícia Federal 20 dos 24 deputados da ALE-RR. Sobre o “Escândalo dos Gafanhotos”, cf. Oliveira (2003).

Gráfico 6 – Taxa de reeleição parlamentar, Assembleia Legislativa de Roraima, 1998-2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (BRASIL, 2019).

## 4 Conclusões

Nesta seção avaliamos a evolução do sistema partidário de Roraima pelos resultados das eleições para a Assembleia Legislativa. No período 1990-2018, vimos que, com o aumento da fragmentação partidária, partidos importantes do cenário político nacional perderam no estado densidade ao longo do tempo. PDS/PPR/PPB/PP, PSDB, PFL/DEM, PL/PR e PTB, inicialmente fortes, eleitoralmente, encerraram o período com pouca ou nenhuma representação política. Ao contrário deles, partidos menores como PRB, PRTB e PPS avançaram no período e adquiriram cadeiras na Assembleia.

Na avaliação ideológica do subsistema, a pesquisa mostrou que, no conjunto das eleições realizadas, siglas à

direita obtiveram mais cadeiras do que partidos de centro e de esquerda. Esse último bloco só elegeu representantes a partir de 1998, com o desempenho eleitoral do PDT, um dos partidos mais votados nessa eleição.

Nos indicadores do subsistema, observamos o crescimento do número efetivo de partidos, que dobrou de tamanho; e da volatilidade eleitoral, configurando-se em um quadro de mais incertezas para as siglas partidárias quanto aos resultados das eleições. Pelo cálculo do índice de volatilidade, é grande ainda o número de eleitores roraimenses que preferem trocar de legenda entre uma eleição e outra.

Traçamos o perfil parlamentar da Assembleia Legislativa. Na divisão por gênero, o espaço de representação foi predominantemente masculino, e as mulheres, em todas as legislaturas, foram sub-representadas.

Em termos de ocupação profissional, entre os legisladores estaduais, é grande a presença de pessoas recrutadas no setor empresarial. No período, um em cada quatro eleitos para a Assembleia foi oriundo dessa categoria. Funcionários públicos, agropecuaristas e profissionais liberais, da carreira médica e formação em Direito também tiveram peso no conjunto da representação. Outro aspecto do perfil parlamentar na ALE-RR é que o número de deputados com mais pecúlio cresceu.

Roraima é um estado de forte presença de migrantes, e a Assembleia Legislativa refletiu esse perfil em sua composição. Do total de eleitos, nasceram em outros estados 68,7%. Brancos e pardos ocuparam quase todas as vagas destinadas aos partidos no somatório das duas últimas eleições. A baixa representatividade de pessoas autodeclaradas pretas e a não representação de indígenas no Parlamento estadual é um sinal negativo, quando se avalia, pela inclusão racial, a qualidade e o funcionamento

da democracia. Na contagem do censo IBGE 2010, pretos e indígenas representam 17% da população do estado, e Roraima, proporcionalmente, é o estado mais indígena do país.

Quanto à taxa de renovação parlamentar na Assembleia, a análise longitudinal mostrou que, com o aumento da competição e com a alta taxa de volatilidade, a troca de políticos nas eleições verificou-se sempre em uma escala superior a 40%. Por outro lado, a taxa de reeleição foi igualmente elevada. A média de permanência no cargo entre aqueles que disputaram novo mandato foi de 63,4%.

## Referências

ARQUER, Monize. A volatilidade eleitoral nos municípios brasileiros para o cargo de vereador 2000-2016. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 3, 2018.

AVELAR, Lúcia. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter. *Identity, competition, and electoral availability: the stabilization of European electorates, 1985-1995*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BOBBIO, Norberto. *Qual democracia?* São Paulo: Loyola, 2010.

BOHN, Simone R.; PAIVA, Denise. A volatilidade eleitoral nos estados: sistema partidário e democracia no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 33, p. 187-208, 2009.

BRAGA, Maria do Socorro Souza. *O processo partidário eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas, 2006.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições anteriores*. 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FÉLIX, Jackson. PIB de Roraima cresce 4,3% em 2019 impulsionado pelas exportações para a Venezuela. *G1 RR*, Boa Vista, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/03/10/exportacoes-de-soja-e-produtos-alimenticios-para-venezuela-impulsionam-pib-de-roraima.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FIGUEIREDO, Marcos. Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares 1950-1978. *Opinião Pública*, Campinas, v. 3, n. 3, 1995.

IBGE. *Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2012*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [https://www.prattein.com.br/home/images/stories/230813/Gestao\\_Publica/pnad\\_sintese\\_2012.pdf](https://www.prattein.com.br/home/images/stories/230813/Gestao_Publica/pnad_sintese_2012.pdf). Acesso em: 19 dez. 2020.

KINZO, Maria d'Alva Gil. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer, 1993.

KINZO, Maria d'Alva Gil. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65-81, fev. 2005.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luís Felipe (Org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Unesp, 2010.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. The "effective" number of political parties: a measure with application to West Europa. *Comparative Political Studies*, v. 12, n. 1, p. 3-27, 1979.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara dos Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 9, n. 1, 2003

LIMA, José Airton da Silva *et al.* *Roraima 2000-2013*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional 1945-1964*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (Org.). *O sistema partidário brasileiro: diversidades e tendências 1982-1994*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada. *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, p. 34-58, mar. 1991.

NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. Mulheres candidatas ao Poder Executivo estadual no processo eleitoral de 2010: perspectiva de gênero? In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Celi Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). *Mulheres nas eleições de 2010*. São Paulo: ABCP; Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

NICOLAU, Jairo Marconi. Notas sobre os quatro índices mais utilizados nos estudos eleitorais. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *O sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Dados eleitorais do Brasil 1982-1996*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

OLIVEIRA, Eduardo de. Promotoria denuncia 12 por envolvimento no “escândalo dos gafanhotos”. *Folha S. Paulo*, São Paulo, 15 dez. 2003.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partidos*. Madri: Alianza Editorial, 1982.

PEDERSEN, Mogens N. Changing patterns of electoral volatility in european party systems, 1948-1977: explorations in explanation. In: DAALDER, Hans; MAIR, Peter (ed.). *Western european party systems: continuity and change*. Beverly Hills: Sage, 1983.

PERES, Paulo; RICCI, Paolo; RENNÓ, Lúcio. A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste das explicações políticas, econômicas e sociais. *Latin American Research Review*, v. 46, n. 3, 2011.

RAE, Douglas. *The political consequences of electoral laws*. New Haven: Yale University Press, 1967.

RIGOTTI, José Irineu R.; CAMPOS, Járvis; HADDAD, Renato. Migrações internas no Brasil: (dis)continuidades regionais à luz do Censo Demográfico 2010. *Blucher Social Sciences Proceedings*, v. 2, n. 2, 2016.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp, 2002.

RORAIMA. Assembleia Legislativa. *Deputados estaduais: conheça os deputados estaduais da 8.<sup>a</sup> legislatura*. 2019. Disponível em: <https://al.rr.leg.br/deputados-estaduais-2019/>. Acesso em: 16 set. 2020.

SANTOS, Roberto Ramos. Novos atores e velhas políticas: o contexto eleitoral de Roraima. *Política Hoje*, Recife, n. 8-9, 1999.

SANTOS, Roberto Ramos. Partidos e eleições na Amazônia: o sistema partidário de Roraima em perspectiva comparada. *Revista Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, Belém, v. 2, p. 189-211, 2006.

SCHLESINGER, Joseph. *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago: Rand McNally, 1966.

TRE-RR lança campanha voto ético. 4 set. 2014. Disponível em: <https://www.tre-rr.jus.br/imprensa/noticias-tre-rr/2014/Julho/tre-rr-lanca-campanha-voto-etico>. Acesso em: 14 dez. 2020.

# Estratégias, produtos e suportes comunicacionais da casa do povo (1991-2021)

Edileuson S. Almeida

## Linhas iniciais: lugar de fala

Era uma sexta-feira, passava das nove da manhã. No terceiro dia de “estagiário” na redação do principal jornal da cidade, o futuro repórter ainda não tinha escrito um *lide*.<sup>48</sup> Pior, nem sabia por onde começar. Continuava perdido, e à espera de uma pauta.

Depois de três dias perambulando pela redação, o diretor e editor do jornal pede uma reportagem sobre a reforma do prédio<sup>49</sup> que, em breve, abrigaria os primeiros deputados estaduais de Roraima na eleição que se realizaria em outubro de 1990, com posse prevista para o dia 1.º de janeiro de 1991. Faltavam menos de cinco meses.

A reportagem, publicada na edição n.º 578, de 4 de agosto de 1990, tinha como título: “Prédio da Assembléia<sup>50</sup> está quase pronto.” Com direito a foto e chamada na primeira página. A chamada de capa informava:

<sup>48</sup> “Em jornalismo, o lide (do inglês lead; em latim incipit) é a primeira parte de uma notícia. Geralmente o primeiro parágrafo com duas linhas posto em destaque que fornece ao leitor informação básica sobre o conteúdo. [...]. O lide é um elemento fundamental para a funcionalidade do texto jornalístico, que expressa a função das linhas iniciais de uma matéria, no intuito de atrair e conduzir o leitor aos demais parágrafos.” (GONÇALVES JÚNIOR, 2018).

<sup>49</sup> Ainda em 1989, o então governador nomeado do Território Federal de Roraima, Romero Jucá Filho, autorizou a reforma do Palácio da Cultura (Casa do saber) para transformação em sede da futura Assembleia Legislativa de Roraima (Casa das Leis).

<sup>50</sup> Nas citações entre aspas e no título das reportagens, a grafia foi mantida conforme a regra ortográfica vigente à época da publicação.

O prédio onde vai funcionar a Assembléia Legislativa já está em fase de conclusão. Os 24 deputados terão a sua disposição um gabinete e uma sala de reunião. No momento, 120 homens trabalham diariamente para cumprir o cronograma do projeto. A conclusão da obra está prevista para o mês de novembro. (PRÉDIO..., 1990).

Na Figura 1, a chamada de capa para a reportagem:

Figura 1 – Capa da Folha de Boa Vista: “Prédio da Assembléia está quase concluído”



Fonte: Folha de Boa Vista, Ano VII, n. 578, 4 ago. 1990.

Foto: Dedson Machado.

Após tomar posse em 1.º de janeiro de 1991, os 24 parlamentares se reuniram em uma sala improvisada no prédio que abrigava a vice-governadoria à época. Também de forma improvisada, o primeiro assessor



Assembléia Legislativa, da posse dos Deputados Estaduais, da posse do Governador e Vice-Governador e da mesa Diretora da Assembléia, Aprovação da Ata da última sessão preparatória, Designação dos membros das comissões especiais, para elaboração dos projetos e resoluções referente ao Regimento Interno da Assembléia, estrutura organizacional e administrativa da Assembléia, orçamento da Casa, e subsídios, ajuda de custo dos Deputados Estaduais, Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado. Fonte: Folha de Boa Vista, Ano VII, n. 621, 19 jan. 1991.

A reportagem informa, ainda, que a sessão foi a primeira deliberativa do Poder Legislativo roraimense, com o tempo de 45 minutos e teve a presença de 23 dos 24 parlamentares. O texto não indica o local da sessão. Adiante, com detalhes, trataremos dessa fase inicial de instalação da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa de Roraima.

Em março, o Jornal voltou ao tema da sede da Assembleia. A manchete secundária daquele dia informa que “Deputados recebem o prédio da ALE na próxima segunda”. Folha de Boa Vista, Ano VII, n. 643, 16 mar. 1991. (Figura 3).

Figura 3 - “Deputados recebem o prédio da ALE na próxima segunda”



Fonte: Folha de Boa Vista, Ano VII, n. 643, 16 mar. 1991.

Foto: sem crédito de autoria.

Na chamada de capa, o texto, com foto da fachada da sede do Poder Legislativo, informa que, embora a data oficial de entrega, prevista para o dia 18 de março de 1991, alguns parlamentares<sup>51</sup> já ocupavam salas no prédio que em breve abrigaria a Assembleia Legislativa de Roraima:

<sup>51</sup> O texto não informa os parlamentares que já estavam trabalhando no prédio nem a partir de quando a sede do Poder Legislativo já estava sendo ocupada por parlamentares e servidores.

Embora a maioria dos deputados estaduais já esteja ocupando os seus gabinetes, somente na próxima segunda-feira é que será entregue oficialmente o prédio da Assembléia Legislativa de Roraima, sãa (sic!) 24 gabinetes, 24 mesas, duas salas de reuniões, uma sala das lideranças, presidência, vice-presidência e salas para os vices. (Folha de Boa Vista, Ano VII, n. 643, 16 mar. 1991, capa).

Na edição seguinte, de n.º 644, que veiculou na terça-feira (19 mar. 1991), não houve nenhuma menção ao assunto. Na edição n.º 645, também nada. As edições de n.º 646 a n.º 649 não estão disponíveis para consulta na versão digital. Quase um mês depois, na edição n.º 655 (16 abr. 1991), o jornal trouxe em chamada de primeira página: “Oficialmente implantada a Assembléia Legislativa Constituinte – Parlamentares iniciam trabalhos de elaboração da Carta Magna.” (Folha de Boa Vista, Ano VII, n. 655, 16 abr. 1991). Duas imagens ilustram a chamada de primeira página (Figura 4).

Na parte superior, a ilustração principal é uma vista aérea da sede da Assembleia; logo abaixo, como imagem secundária, outra foto mostra parte dos parlamentares em plenário.

Figura 4 - “Oficialmente implantada a Assembléia Legislativa Constituinte: Parlamentares iniciam trabalhos de elaboração da Carta Magna



Fonte: Folha de Boa Vista, Ano VII, n. 655, 16 abr. 1991.

Foto: sem crédito de autoria.

Com a mudança para a sede definitiva, concretizada em março de 1991, a assessoria de imprensa ganhou uma pequena sala. O assessor era o único servidor do setor,

mas contava com o suporte de dois fotógrafos *freelancer*,<sup>52</sup> Alex Landislaui e Alexandre Galindo.

O objetivo deste texto é registrar, com base nas entrevistas e consultas documentais, a trajetória do setor de Comunicação social da Assembleia Legislativa de Roraima desde sua instalação oficial no Poder Legislativo Estadual.

### **Trajatória, táticas e estratégias de comunicação organizacional**

No livro *Comunicação empresarial: comunicação institucional*, Gaudêncio Torquato (1985) afirma que a comunicação é um importante instrumento de poder a serviço das organizações.

Por sua natureza multidisciplinar, a área de comunicação se envolve com diversas formas de interação social, principalmente aquelas que se estribam nos conceitos de influência, poder, consentimento, cooperação, participação, mimese, liderança, empatia, relações solidárias, enfim, todo o arcabouço conceitual que sustenta os fundamentos da teoria da comunicação sob as óticas da sociologia, psicologia, antropologia, ética, direito, fisiologia, etc. (TORQUATO, 1985, p. 47).

Neste texto, baseamo-nos em relatos orais de testemunhas que participaram de momentos importantes na trajetória do setor de Comunicação da ALE-RR, que começa como Assessoria, depois passa a Secretaria e, atualmente, é Superintendência. Em cada um desses

<sup>52</sup> “*Freelancer*” é um termo que vem do inglês e seu significado é “profissional liberal”. Ou seja, um *freelancer* é aquela pessoa que realiza um determinado tipo de trabalho, sem ter um vínculo propriamente estabelecido com as empresas. (REDATOR MESTRE, 2021).

três momentos, houve a participação dos entrevistados, ora como assessor, ora como secretário, ora como superintendente. Em 30 anos, já foram nomeados oito gestores<sup>53</sup> de Comunicação Social na Assembleia Legislativa de Roraima conforme a Tabela 1.

Entre os oito ocupantes do cargo, apenas o jornalista Laucides de Oliveira não está vivo. O jornalista foi secretário de Comunicação durante a gestão de três presidentes, entre 1995 e 2002 com o jornalista José Raimundo Rodrigues (2003-2010); foram os profissionais que ocuparam o cargo por mais tempo. Com exceção da jornalista Sônia Nunes (que assumiu o cargo após a realização as entrevistas), fizemos tentativas de contato com os demais, todavia só foi possível realizar entrevista com três deles: o primeiro ocupante do cargo, o jornalista Fernando Heder (1991-1992), o quarto ocupante do cargo, o jornalista José Raimundo Rodrigues (2003-2010), e a sétima ocupante da função, a jornalista Éliissan Paula Rodrigues (2015-2021).

---

<sup>53</sup> De 1991 a 1994, quem ocupava o cargo recebia a denominação de Assessor. A partir de 1995, foi criado o cargo de Secretário de Comunicação e, em 2015, passou a ter a atual nomenclatura. O jornalista Fernando Heder foi o primeiro assessor de Imprensa (1991), o jornalista Laucides de Oliveira foi o primeiro secretário de Comunicação (1995) e a jornalista Éliissan Paula Rodrigues foi a primeira superintendente de Comunicação (2015).

Tabela 1 – Gestores de Comunicação Social da ALE-RR (1991-2021)

Assessor de Imprensa	Período	Presidente da ALERR
Jornalista Fernando Heder	1991-1992	Deputado Flávio Chaves
Jornalista Plínio Vicente	1993-1994	Deputado Airton Cascavel
Secretária/o de Comunicação	Período	Presidente da ALERR
Jornalista Laucides de Oliveira	1995-1998	Deputado Almir Sá
Jornalista Laucides de Oliveira	1999-2000	Deputado Édio Lopes
Jornalista Laucides Oliveira	2001-2002	Deputado Berinho Bantim
Jornalista José Raimundo Rodrigues	2003-2010	Deputado Mecias de Jesus
Jornalista Marcone Lázaro	2011-jun./2013	Deputado Chico Guerra
Jornalista Karina Bevilacqua	Jul./2013-2014	Deputado Chico Guerra
Superintendente	Período	Presidente da ALERR
Jornalista Éliissan Paula Rodrigues	2015-fev./2021	Deputado Jalsen Renier
Jornalista Sônia Nunes <sup>54</sup>	2021-atual	Deputado Soldado Sampaio

Fonte: O autor, com entrevistas e pesquisa no Diário Oficial do Poder Legislativo<sup>55</sup>

<sup>54</sup> A jornalista, à época, era diretora da TV ALERR, inclusive participou da entrevista feita com a então superintendente, jornalista Éliissan Paula Rodrigues. A nomeação como nova superintendente foi em fevereiro de 2021.

<sup>55</sup> O Diário Oficial da ALE-RR está disponível no site oficial (<https://diarios.al.rr.leg.br/>) a partir do número 12, de 17 de fevereiro de 1992, mas nem todas as edições, a partir do referido período, principalmente nos anos iniciais, estão disponíveis na versão digital. A criação do Diário da Assembleia está prevista no Regimento Interno da ALE-RR (n.º 11/1992), porém somente na edição n.º 71 (18 a 31 de janeiro de 1993) foi publicada a resolução n.º 3-A/93 que “cria o Diário da Assembléia, órgão de divulgação da Assembléia Legislativa de Roraima”. Segundo o art. 2.º da referida Resolução: “O Diário da Assembléia publicará todos os atos de interesse da Assembleia Legislativa, determinados pela Resolução n.º 11/92.” Até 31 de dezembro de 2007, o Diário não tinha regularidade de publicação. Somente a partir da edição n.º 308 (1.º jan. 2008), passou a ser publicado diariamente (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA, 1993).

As três pessoas entrevistadas<sup>56</sup> marcam momentos importantes na instalação, ampliação e consolidação da área de Comunicação do Poder Legislativo de Roraima: o primeiro foi o pioneiro, responsável pela instalação e funcionamento do setor desde os primeiros dias de funcionamento da ALE-RR, em janeiro de 1991, o jornalista Fernando Heder; o segundo entrevistado foi o jornalista José Raimundo Rodrigues que esteve à frente do cargo na virada da primeira década (2003) até quase o início da segunda década (2010), respondendo pela ampliação e modernização da comunicação; e a terceira entrevistada, a jornalista Éliissan Paula Rodrigues,<sup>57</sup> fecha o “trigenário” da ALE-RR (2015-2021) com a consolidação da comunicação com órgão importante do Poder Legislativo, além de criar outros canais de comunicação.

---

<sup>56</sup> Entrevista aberta. Agradecimentos ao acadêmico Felipe Cristian Martins e Silva de Almeida pela transcrição das três entrevistas. Todas as entrevistas realizaram-se presencialmente pelo autor, observando todas as medidas de segurança quanto ao devido distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel.

<sup>57</sup> A convite da então superintendente de Comunicação, jornalista Éliissan Paula Rodrigues, a diretora da TV ALE-RR, Sônia Nunes, também participou da entrevista.

## **Jornalista Fernando Heder: assessoria e primeiros produtos (releases e informativos)**

O jornalista Fernando Heder Nogueira<sup>58</sup> foi o primeiro assessor de Comunicação da Assembleia Legislativa de Roraima. Lembra que os trabalhos do Poder Legislativo começaram em três salas onde funcionava o Tribunal de Contas do Estado: a sala do Presidente, a sala dos assessores e a sala dos deputados estaduais.

A Assessoria de Comunicação não tinha sala: “Todos trabalhávamos (Assessoria Parlamentar, Assessoria Jurídica e Assessoria de Comunicação). O único patrimônio da Assessoria de Comunicação era uma máquina de datilografia, na qual eram produzidos os releases<sup>59</sup> para serem distribuídos à imprensa.”

---

<sup>58</sup> Bacharel em Comunicação Social (habilitação em Publicidade e Propaganda - Faculdade Atual da Amazônia), Jornalista DRT 194/RR, Radialista SRTE 135/RR, foi repórter do Jornal Tribuna de Roraima (1989) e da Rádio Roraima (1989), assessor de Comunicação da Assembleia Legislativa de Roraima (1991-1992), assessor Adjunto de Comunicação da Assembleia Legislativa de Roraima (1993-1994), assessor de Imprensa das Prefeituras de Caracará e Amajari, dos deputados Urzeni Rocha, Robério Araújo, Rosa Rodrigues, Zenilda Portella e Marília Pinto e do senador Mozarildo Cavalcanti e coordenador da TV Assembleia e Rádio Assembleia (2007-2010).

<sup>59</sup> “O press release, ou simplesmente release, é uma ferramenta de comunicação fundamental no trabalho de divulgação e difusão de informações. Na prática, podemos defini-lo como um material informativo, cujo objetivo é servir aos jornalistas de redação com conteúdos relevantes sobre uma determinada marca ou produto. O release, que também é conhecido como comunicado (traduzido ao pé da letra), é utilizado principalmente pelas assessorias de imprensa, que são responsáveis pelo trabalho de relacionamento com a mídia.” (MORAES, 2019).

Com a mudança para a sede definitiva, o setor de Comunicação começou a funcionar na entrada do prédio, do lado esquerdo, onde atualmente é a Guarda Militar. Na época, uma pequena sala equipada com máquina de datilografar e um aparelho de fax,<sup>60</sup> além da presença de uma secretária que ajudava na distribuição dos releases, via fax, e atendimento à imprensa. “Entre os anos de 1991 a 1992, foram redigidos e distribuídos 890 releases, sobre os trabalhos da ALE-RR e as atividades de 24 deputadas e deputados estaduais”, relembra Nogueira.

Boa parte do material produzido pela Assessoria de Comunicação e reproduzido pela imprensa tratava sobre os trabalhos de elaboração da Constituição de Roraima. Além das sessões na sede, a Assembleia realizou sessões itinerantes para colher sugestões da população. As sessões realizadas na região sul do estado foram transmitidas pela Rádio Roraima de Caracaráí.

Além dos releases para a imprensa, a comunicação foi crescendo, inclusive com a criação, em 1992, do primeiro programa para divulgar as ações da Assembleia, veiculado na TV Caburáí (afiliada Band). Na época, o programa era produzido pelo jornalista Epitácio César e apresentado pela estudante de jornalismo e servidora da ALE-RR Marilena Fagundes. O programa era feito com base em releases e pautas sugeridas pela Assessoria de Comunicação. O Programa “Assembléia em Foco” era veiculado semanalmente.

O jornalista relembra que a Comunicação teve papel fundamental na consolidação do Poder Legislativo,

<sup>60</sup>Os termos *fac-símile*, *telefacsimile* – têm como abreviatura fax, faxe e telefax – e telecópia são uma tecnologia das telecomunicações usada para a transferência de documentos por meio da rede telefônica. Fonte: Lodview, 2021. Disponível em: <http://pt.dbpedia.org/resource/Fax>. Acesso em: 18 fev. 2021.

mediando a relação com a imprensa. “A missão era divulgar, além das ações da Casa, [...] a atuação dos parlamentares, pois a maioria não tinha Assessoria de Comunicação, o que exigiu ampliação da estrutura.”

Em 1993, com a mudança na Mesa Diretora da ALE-RR, o então assessor de Comunicação passou a atuar como assessor adjunto entre os anos de 1993 e 1994. Nos anos seguintes, ainda trabalhou em outros órgãos e na assessoria de parlamentares (Figura 5).

Figura 5 – Carteira de Jornalista de Fernando Heder (ALE-RR)



Fonte: O autor.

Em 2003, retornou ao setor, que passou a ser Secretaria onde ficou até 2010 como coordenador da TV Assembleia<sup>61</sup> e da Rádio Assembleia.<sup>62</sup> A referida coordenação era responsável pela produção de conteúdo

<sup>61</sup> A TV ALE-RR, Canal 57.3, passou a funcionar em 2015.

<sup>62</sup> A Rádio ALE-RR ainda está em fase de preparação para iniciar as transmissões ainda no primeiro semestre de 2021.

para veiculação terceirizada nas emissoras de Rádio e TV comerciais.

Na sequência, apresentamos nove registros fotográficos (Figuras 6 a 14) da primeira gestão da Assessoria de Imprensa da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), sob o comando do jornalista Fernando Heder.

Figura 6 – Assessor de Imprensa da Polícia Federal em visita à Assessoria de Comunicação da ALE-RR



Fonte: Foto cedida pelo entrevistado.

De paletó: Assessor de Imprensa; em pé: jornalista José Raimundo Rodrigues; sentados: jornalistas Antônio Bentes e Fernando Heder (1991).

Figura 7 – Solenidade pública



Fonte: Foto cedida pelo entrevistado.

Participantes: presidente da ALE-RR, deputado Flávio Chaves; secretário Estadual de Saúde, Airton Rocha; deputado Édio Lopes; deputado Federal, João Fagundes; assessor da Casa Militar, capitão Brito. Ao fundo, o assessor de Comunicação, jornalista Fernando Heder.

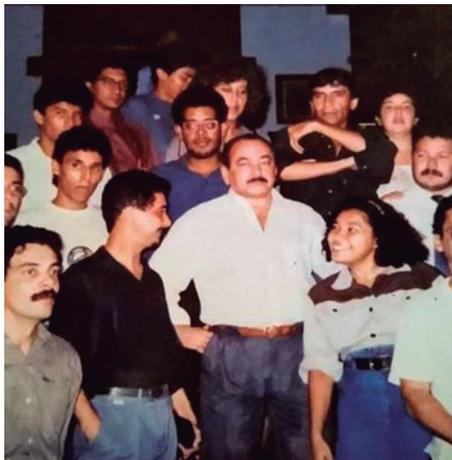
Figura 8 – Visita de jornalistas do Japão ao Poder Legislativo



Fonte: Foto cedida pelo entrevistado.

Com a repórter e o fotógrafo japoneses, da esquerda para a direita: jornalistas José Raimundo Rodrigues, Fernando Heder e Feutmann Gondim.

Figura 9 – Encontro com o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho no Palácio Rio Negro, Manaus



Fonte: Foto cedida pelo entrevistado.  
Jornalistas Flávio Assem, Pepê de Paula, Kátia Brasil, Alfredo Silva, Márcia Seixas, Claudete Figueiredo, Sávio Mourão e jornalistas amazonenses.

Figura 10 – Medalha de Mérito Legislativo



Fonte: O autor.  
Concedida ao jornalista Fernando Heder.

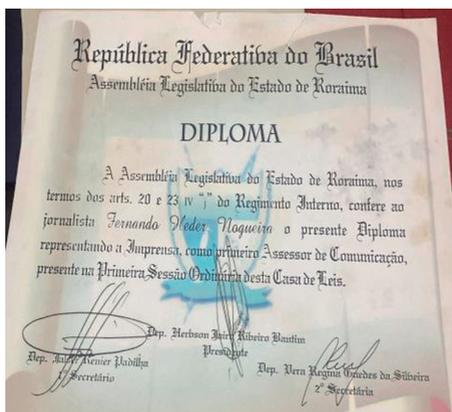
Figura 11 – Diploma da Medalha de Mérito Legislativo



Fonte: O autor.

Concedida ao jornalista Fernando Heder.

Figura 12 – Diploma de primeiro assessor de Comunicação da ALE-RR



Fonte: O autor.

Concedida ao jornalista Fernando Heder.

Figura 13 – Visita à sede TV ALE do Amazonas



Fonte: Cedida pelo entrevistado.

Coordenador da TV ALERR, jornalista Fernando Heder (à direita, de camisa branca).

Figura 14 – Visita à sede da TV ALE do Amazonas



Fonte: Cedida pelo entrevistado.

Coordenador da TV ALERR, jornalista Fernando Heder (à esquerda).

Com o encerramento do mandato da mesa diretora, o deputado Antônio Airton “Cascavel” Soligo foi eleito presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 1993-1994. O jornalista Plínio Vicente foi nomeado assessor de Comunicação e o então assessor – jornalista Fernando Heder – passou a ocupar o cargo de assessor de Comunicação adjunto.

Na segunda legislatura da ALE-RR, que se iniciou em janeiro de 1995, o deputado Almir Sá foi eleito presidente da Casa. Fez duas mudanças: o cargo de assessor foi mudado para secretário, e um dos pioneiros da comunicação roraimense, o jornalista Laucides de Oliveira, mestre Lau, foi nomeado o primeiro secretário de Comunicação da Assembleia Legislativa de Roraima, respondendo pelo cargo durante quase oito anos. O jornalista veterano, com experiência em rádio, TV, jornal, revista e publicidade, foi o mais longo ocupante do cargo. Esteve na função durante a gestão de três presidentes da Casa: deputado Almir Sá (1995-1998), deputado Édio Lopes (1999-2000) e deputado Berinho Bantim (2001-2002).

## **Jornalista José Raimundo Rodrigues: ampliação, estruturação e novos produtos**

Em janeiro de 2003, com o início da gestão do deputado Estadual Mecias de Jesus como presidente da ALE-RR, o jornalista José Raimundo Rodrigues,<sup>63</sup> analista de Comunicação Social concursado do Governo de Roraima, foi cedido para assumir como segundo secretário de Comunicação do Poder Legislativo de Roraima. Ficou no cargo até o fim de 2010.

O jornalista relembra que, ao conhecer a estrutura da Secretaria de Comunicação, deparou-se com uma realidade bem modesta, funcionando em uma sala de 20 m<sup>2</sup>, uma divisória que separava a equipe em dois ambientes. Na sala, havia dois computadores. A equipe era formada por quatro profissionais, sendo três jornalistas e uma agente administrativa. Na época, o orçamento mensal

---

<sup>63</sup> Graduado em Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo) pela Universidade Federal de Roraima (1999); em Direito, pela Faculdade Cathedral de Ensino Superior (2007); Advogado (OAB-RR 533); especialista em Poder Legislativo, pela PUC-MG (2009) e em Marketing Político e Gestão de Campanha Eleitoral, poeta e compositor e palestrante sobre o papel da Comunicação Social nos Legislativos Estaduais e Municipais; foi secretário de Comunicação Social da Assembleia Legislativa de Roraima (2003-2010); Diretor da Empresa Rádio e Televisão Difusora de Roraima – Rádio Roraima AM 590 (2015-2018); secretário da Representação do Estado de Roraima em Brasília (2018-2019); assessor Especial da Presidência e Gerente de Infraestrutura da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); também tem experiência como repórter, chefe de reportagem e editor em meios impressos, emissoras de rádio e televisão em Roraima; em Gestão Pública nas áreas de Comunicação Social, Legislativa e Institucional; na área de organização de eventos interinstitucionais voltados para a educação e cultura; como professor da rede estadual no ensino médio; como militar da Força Aérea Brasileira (FAB), como comerciante e como bancário.

da Secretaria era de R\$ 10 mil. Cerca de 80% do valor era investido na produção de dois vídeos mensais veiculados da TV Roraima (afiliada Globo); o restante era destinado ao pagamento da agência que produzia os vídeos.

O secretário destacou que, na época, realizou-se um estudo comparativo entre a Comunicação da ALE-RR e a realidade das Assembleias dos estados do Amazonas, Acre, Amapá e Rondônia. O resultado mostrou uma diferença significativa na quantidade de serviços, de produtos lançados. Era outra realidade, relembra.

O estudo foi encaminhado à Mesa Diretora da ALE-RR. O então presidente autorizou a readequação da Comunicação. O orçamento mensal cresceu mais de 10 vezes, e uma agência de comunicação foi contratada para ajudar na produção de vídeos, programas de rádio e conteúdos impressos.

Nos oito anos da gestão do jornalista José Raimundo Rodrigues, produziram-se diversos materiais sobre a atuação da Assembleia (Regimento Interno, Constituição Estadual), como também em parceria com os municípios de Roraima. Em 2003, por exemplo, a ALE-RR realizou em todos os municípios concursos para a escolha da Bandeira, do Brasão e do Hino Oficial de cada município.

Durante o “Programa Assembleia Itinerante”, percorreram-se 15 municípios de Roraima. A Comunicação aproveitou para colher depoimentos da população dos municípios sobre os problemas de cada região. O resultado apresentou-se em releases, informativos, artigos e veiculação na mídia. O secretário destacou a importância da mídia na divulgação dessas ações.

O passo seguinte foi ampliar os serviços oferecidos e o número de profissionais na Secretaria de Comunicação, contratados mais jornalistas, aquisição de equipamentos e a ampliação do espaço de atuação da comunicação. No interior da Secretaria, criou-se o Comitê de Imprensa, um espaço em forma de redação, com equipamentos, para

que os jornalistas dos veículos de comunicação pudessem produzir seus conteúdos no ambiente da própria Secretaria de Comunicação da ALE-RR, com computadores e fácil acesso.

O pequeno espaço da Assessoria virou uma ala inteira do prédio da ALE-RR com a transformação em Secretaria de Comunicação. Com a reforma do prédio, a Secretaria de Comunicação passou a ocupar pelo menos dez salas.

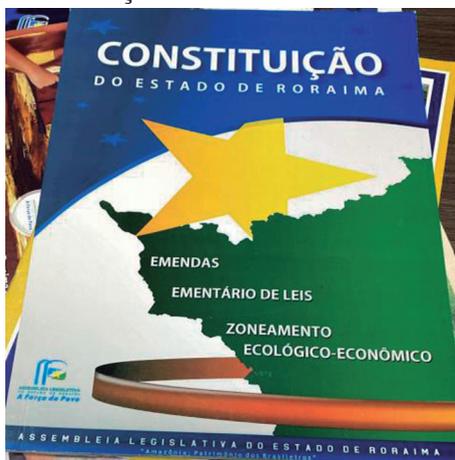
Na gestão do jornalista José Raimundo Rodrigues, criaram-se informativos quinzenais, mensais e trimestrais, cada dia com mais informações, tiragem e circulação por todo o estado.

O ex-secretário lembra que, de “patinho feio” da Comunicação região do Norte, a Secretaria de Comunicação da ALE-RR passou a ser elogiada. Um trabalho que foi crescendo em estrutura e em pessoal.

Em 2010, no fim da gestão, a Assembleia criou a Fundação Rio Branco com a missão de obter um canal de Televisão e outro canal de Rádio. O formato de fundação foi escolhido para seguir o modelo dos demais parlamentos estaduais que já dispunham de canal de TV aberto e emissora de Rádio. Em 2015, a ideia de obter a concessão de Rádio e TV em nome da fundação foi abandonada. No mesmo ano, a Fundação Rio Branco foi extinta.

A seguir, alguns produtos de divulgação (Figuras 15 a 31) elaborados durante a gestão do secretário José Raimundo Rodrigues.

Figura 15 – Constituição do Estado de Roraima



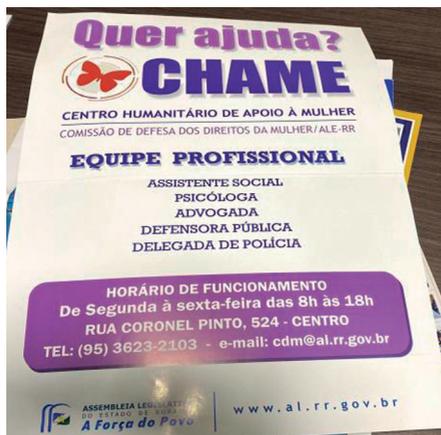
Fonte: O autor.

Figura 16 – Ementário de Leis da Assembleia Legislativa de Roraima



Fonte: O autor.

Figura 17 – Folheto de divulgação do Centro Humanitário de Apoio à Mulher (Chame)



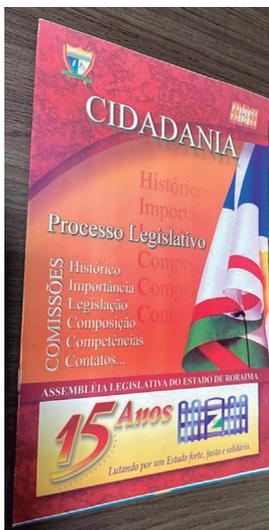
Fonte: O autor.

Figura 18 – Símbolos nacionais, estaduais e municipais



Fonte: O autor.

Figura 19 – Folheto Cidadania, Processo Legislativo



Fonte: O autor.

Figura 20 – Emendas Parlamentares - Orçamento 2005



Fonte: O autor.

Figura 21 – Informativo Deputados Estaduais em Ação



Fonte: O autor.

Figura 22 – Folheto do 1.º Fórum Amazônico



Fonte: O autor.

Figura 23 – Constituição do Estado de Roraima e Emendas



Fonte: O autor.

Figura 24 – Regimento Interno e Código de Ética da ALE-RR



Fonte: O autor.

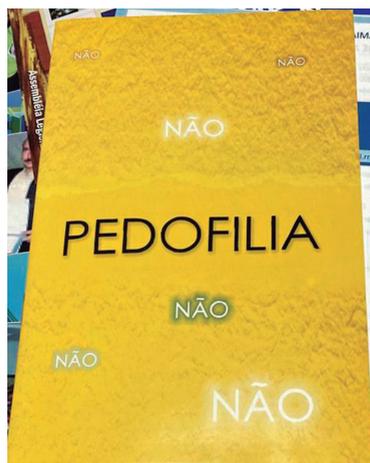
Figura 25 – Folheto da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor



Fonte: O autor.

Informações às pessoas que vão para Santa Elena de Uaiem, Venezuela.

Figura 26 – Folheto de combate à pedofilia



Fonte: O autor.

Figura 27 – Símbolo e hino dos municípios de Roraima



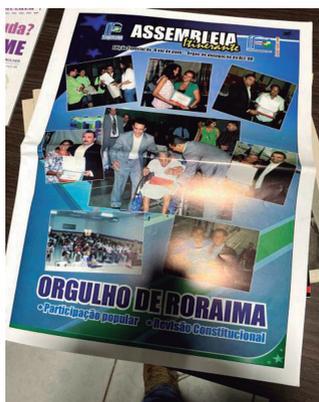
Fonte: O autor.

Figura 28 – Folheto “A Casa da Cultura”, artistas roraimenses



Fonte: O autor.

Figura 29 – Folheto A revisão da Constituição de: participação popular



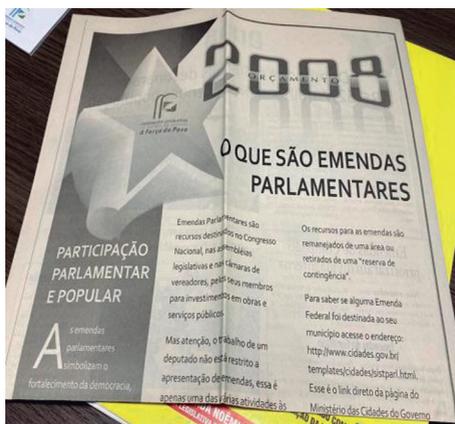
Fonte: O autor.

Figura 30 – Informativo “A Força do Povo”



Fonte: O autor.

Figura 31 - Informativo “O que são Emendas Parlamentares”



Fonte: O autor.

Em 2011, com o início da sexta legislatura, o deputado Chico Guerra foi eleito presidente da Assembleia Legislativa e nomeou como secretário o jornalista Marcone Lázaro, que ficou no cargo até junho de 2013. No mês seguinte, durante o segundo período do referido parlamentar como presidente da ALE-RR, a jornalista Karina Bevilacqua foi nomeada secretária de Comunicação, ficando no cargo até o fim da legislatura em dezembro de 2014.

### **Jornalista Élissan Paula Rodrigues: consolidação e novos canais**

A jornalista Élissan Paula Rodrigues, com a nova mudança na estrutura da Assembleia, que transformou a Secretaria em Superintendência de Comunicação, foi

a primeira superintendente de Comunicação Social, no período de janeiro de 2015 a fevereiro de 2021.<sup>64</sup> A entrevista, a pedido da superintendente, teve a participação da coordenadora de Rádio e TV, jornalista Sônia Nunes.<sup>65</sup>

A mudança na nomenclatura do cargo em 2011, segundo a superintendente, também provocou uma ampla reformulação na estrutura organizacional, ampliando e consolidando o setor de Comunicação Social que passou à condição de Superintendência de Comunicação Social com uma assessoria técnica, responsável pela gestão de comunicação, contratos e assessoramento ao superintendente. Três diretorias: Diretoria de Imprensa e Jornalismo, responsável pela produção e distribuição dos serviços de jornalismo impresso, rádio, TV e internet. A Diretoria de Relações Institucionais, com a responsabilidade de cuidar da comunicação interna, organização de eventos

---

<sup>64</sup> Jornalista formada pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), com especialização em Assessoria de Comunicação e Novas Tecnologias pelo IBPEX, graduanda em Comunicação Institucional pela Estácio. É editora do site EducaRR.com.br e Portal Conexão Roraima, consultora em Comunicação da agência Midas Publicidade & Consultoria, assessora de imprensa do Centro Universitário Estácio da Amazônia. Foi editora de Política da Folha de Boa Vista, editora da FolhaWeb, e Superintendente de Comunicação da Assembleia Legislativa (2015-2021).

<sup>65</sup> Graduada em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) pela Universidade Federal de Roraima (2007), pós-graduada em Política e Representação Parlamentar. Foi diretora de Imprensa e Jornalismo da ALE-RR e coordenadora da TV Assembleia de Roraima. É representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Roraima (Sinjoper) na Comissão Nacional de Mulheres da Fenaj. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em jornalismo impresso, rádio, TV e assessoria de imprensa. É jornalista concursada e, desde fevereiro de 2021, é superintendente de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

e da mediação da relação da Assembleia Legislativa com outras instituições e das relações públicas e a Diretoria de Publicidade e Propaganda que cuida do gerenciamento das questões de publicidade, propaganda e marketing.

Com a nova estrutura, cada setor ganhou seu espaço, entre eles a TV, Rádio e Impresso. Ainda sem concessão de sinal para transmissão, a TV e as emissoras de rádio produziam conteúdos que eram veiculados em emissoras locais, em um formato jornalístico, mas com caráter publicitário. Os dois setores também cuidavam da produção de conteúdo informativo atendendo demandas dos veículos de comunicação. Na área de impressos, eram produzidos o jornal informativo, releases específicos para os veículos de comunicação, a *Revista Parlamento Roraima*, de veiculação geralmente bimestral, e os informativos *Ordem do Dia*, com proposta de veiculação mensal, e *O Legislador* com foco nos servidores da Casa.

Adiante o registro fotográfico (Figuras 32 a 45) das atividades e estrutura da Superintendência de Comunicação da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR).

Figura 32 – Cobertura da Sessão Plenária da ALE-RR



Fonte: Eduardo Andrade.

Figura 33 – Estúdio da TV ALE-RR



Fonte: SupCom/ALE-RR.

Figura 34 – TV ALE-RR: entrevista com o deputado Evangelista Siqueira



Fonte: Alex Paiva.

Figura 35 – Jornalista Lana Francis apresenta o Programa Portal Cultural



Fonte: Lucas Almeida.

Figura 36 – TV ALE-RR no município de Pacaraima-RR



Fonte: Alex Paiva.

Figura 37 – Equipe do Procon Assembleia na comunidade Tabalascada



Fonte: Alex Paiva.

Figura 38 – Estúdio da Rádio Assembleia



Fonte: Alex Paiva.

Figura 39 – Redação da Secretaria de Comunicação da ALE-RR



Fonte: SupCom ALE-RR.

Figura 40 – Equipe da TV ALE-RR na reunião CPI da Saúde



Fonte: Hisraufre Emiliano.

Figura 41 – Equipe da TV ALE (4 anos)



Fonte: Equipe da TV ALE (4 anos).

Figura 42 – Equipe da TV ALE-RR em cobertura externa



Fonte: Cortesia SupCom ALE-RR.

Figura 43 – Estúdio da TV ALE-RR em transmissão ao vivo



Fonte: O autor.

Figura 44 – Setor técnico da TV ALE-RR em transmissão ao vivo



Fonte: O autor.

Figura 45 – Equipe da TV ALE-RR entrevista a deputada Betânia Almeida



Fonte: O autor.

## **Canais (TV e Rádio) e Redes Sociais: produção e veiculação de conteúdos**

No mesmo ano em que desistiu da Fundação Rio Branco, a ALE-RR obteve em parceria com o Senado Federal a concessão do Canal Aberto 57.3, que passou a operar a TV ALE-RR em agosto de 2015. Atualmente é o principal canal de comunicação da Assembleia Legislativa.

Um documentário produzido pela emissora no 4.º aniversário mostra a evolução da emissora no período (SAMPAIO, 2019). Na mesma reportagem que anuncia o documentário, o texto faz um resumo da história da TV ALE-RR.

A inauguração da TV Assembleia foi priorizada pelo deputado Jalser Renier (SD) em seu primeiro ano como presidente da Assembleia Legislativa. A emissora já

nasceu digital e com conteúdo próprio. Atualmente a programação é feita, em sua maioria, com produção local. A coordenadora da emissora, Sônia Lúcia Nunes, explica que além de dar transparência aos trabalhos dos deputados estaduais, a programação também exibe reportagens de interesse geral da população. ‘A TV Assembleia cumpre sua missão pública quando prioriza, além de informações que acontecem dentro do Poder Legislativo, a cobertura das ações que transformam o dia a dia das pessoas, como denúncias de má prestação de serviço público e ações sociais que servem de exemplo’, disse. Graças à potência do transmissor digital da TV ALE, além de Boa Vista, outros municípios, como Mucajaí, Cantá, Alto Alegre e Bonfim, também podem assistir à programação. Os planos são de expandir o sinal em breve e, conseqüentemente, mais municípios terão acesso à TV do Parlamento Roraimense. As produções da emissora são disponibilizadas no Facebook e Youtube da Assembleia Legislativa de Roraima (assembleiarr), e podem ser acessadas mundialmente. (SAMPAIO, 2019).

O principal telejornal da TV é o “Assembleia Informa”, veiculado ao vivo, de segunda-feira a sexta-feira, das 18h às 18h30. Também na programação são transmitidas ao vivo as sessões plenárias, as reuniões de comissões permanentes, especiais e parlamentar de inquérito (CPI), e as audiências públicas, com a participação de apresentadores e repórteres comentando os acontecimentos e realizando entrevistas com convidados, visitantes e parlamentares. As transmissões também ocorrem simultaneamente nos canais da Assembleia no Facebook e YouTube. O programa “Em Pauta” tem duração de 30 minutos com veiculação três dias por semana (segunda, quarta e sexta).

O “Boletim Assembleia” é um programa com duração de até cinco minutos sobre os principais destaques. O boletim é apresentado dois dias por semana: terça e quinta.

O “Parlamento 1 Minuto”, apresentado todos os dias, sem horário fixo na grade de programação, repercute os temas principais da Casa e as ações dos parlamentares.

O “Sessão ao Vivo” faz a transmissão das sessões plenárias previstas para três dias por semana (terça, quarta, quinta), a partir das 9 horas.

O “Portal Cultural”, com 30 minutos, é apresentado todas as quintas.

Todos os programas são reprisados em outros horários e dias da semana.

A TV ALE-RR, em quase seis anos de funcionamento, tem produzido documentários sobre temas variados. Já foram produzidos 45 documentários, todos estão disponíveis no canal da ALE-RR no YouTube.

A emissora ainda faz a cobertura jornalística de todos os serviços oferecidos pela ALE-RR (Procon, Chame, Procuradoria Especial da Mulher, Ouvidoria) e atende demandas da população para produção de reportagens sobre temas de interesse da sociedade: direito do consumidor, serviços públicos, atividades esportivas, científicas e culturais. A emissora ainda produz conteúdos exclusivos que atendem demandas de emissoras sobre ações da Casa ou de algum parlamentar.

A emissora de Rádio da ALE-RR começou as transmissões no dia 21 de abril de 2021.

A Rádio Assembleia 98.3 FM – uma parceria com a Rádio Senado –, tem programação de segunda a sexta-feira e se inicia com o programa ‘Música que a Gente Gosta’, com apresentação de Antônio Sousa, das 8h às 9h. Logo depois, entra no ar o ‘Parlamento de Ponta a Ponta’, apresentado pelos jornalistas Ellen Ferreira e Denis Martins, até as 11h30. Em seguida, O ‘Diário do Parlamento’, com duração de 30 minutos, que veicula informações sobre

os trabalhos da Assembleia Legislativa de Roraima. Às sextas-feiras, a programação da Rádio Assembleia é veiculada à tarde devido à transmissão da sessão plenária do Senado. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA, 2021).

Além disso, garantido por lei estadual, a Assembleia Legislativa dispõe de um horário de 20 minutos, três vezes por semana na Rádio Roraima, emissora com alcance estadual, o que facilita o acompanhamento dos trabalhos legislativos pela população.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima está na internet desde 1997 com o site *www.al.rr.gov.br*, instrumento eficiente e ágil de comunicação com o cidadão, cujo conteúdo é atualizado diariamente. Também tem página e perfil em redes sociais com atualização diária.

No site oficial da ALE-RR, estão em destaque as principais notícias sobre o dia a dia do Poder Legislativo. Na parte superior, seis abas principais (Início, Assembleia, Programas Sociais, Cidadania, Transparência e Notícias) disponibilizados na horizontal (Figura 46) dão acesso aos demais conteúdos.

Figura 46 – Parte superior do site oficial da Assembleia Legislativa de Roraima



Fonte: <https://al.rr.leg.br/>

A aba “Notícias” é subdividida em: TV Assembleia, Rádio ALE, Imprensa e Assista às sessões.

Ao clicar em “TV Assembleia” - <https://al.rr.leg.br/tv-assembleia/> - são disponibilizados vídeos de reportagens, programas e sessões transmitidas pela emissora, que também estão disponíveis no canal oficial da ALE-RR no YouTube.

Na opção “Rádio ALE” - <https://al.rr.leg.br/radio-ale/> -, estão disponíveis 20 *podcasts* com duração média de 20 minutos, produzidos entre 19 de setembro de 2020 e 31 de março de 2021.

Na terceira opção “Imprensa” - <https://al.rr.leg.br/noticias/> - estão disponibilizados todos os textos informativos produzidos pela equipe de jornalismo.

No quarto link, ao clicar na opção “Assista às sessões”, abre o canal oficial da ALE-RR no YouTube.

No canal do Youtube - <https://www.youtube.com/assembleiarr> -, no ar desde 2019, estão disponíveis vídeos das sessões plenárias, reuniões de comissões, além de programas, reportagens especiais e campanhas publicitárias produzidas pela TV ALE-RR (Canal 57.3). O canal tem quase mil vídeos disponíveis, sendo 495 vídeos do “Jornal Assembleia Informa”; na sequência o programa “Parlamento em 1 minuto”, com 207 vídeos; em terceiro lugar o “Programa Portal Cultural”, com 94 vídeos. Os demais vídeos são sobre reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), Sessões Plenárias, Dicas do Consumidor, Documentários, boletins, entre outros.

Pelo site oficial, além do YouTube, é possível acessar as demais redes sociais da Assembleia (Facebook, Instagram, Twitter).

Também no ano de 2015, a Assembleia ingressou nas redes sociais, com canais no Facebook, Instagram e Twitter.

No Facebook - <https://www.facebook.com/assembleiarr> -, a página da ALE-RR tem 35.286 curtidas e 67.931 seguidores.

No Instagram - <https://www.instagram.com/assembleiarr/> - são 6.372 publicações, com 23.550 seguidores e 92 seguindo.

A ALE-RR ingressou no Twitter - <https://twitter.com/assembleiarr> - em agosto de 2009. Atualmente a página tem 1.378 seguidores e 240 seguidos.

### **Linhas finais: considerações**

A trajetória da Comunicação da Assembleia Legislativa mostra uma evolução significativa para garantir um fluxo de informação sobre as ações do Poder Legislativo e os representantes da população na Casa do Povo. Da pequena sala, com máquina de escrever e fax, que abrigou o nascimento da Assessoria de Comunicação para ocupar uma ala inteira no prédio da ALE-RR.

Dos releases transmitidos via fax à produção de conteúdo para os próprios canais e para atender à demanda dos veículos de comunicação comerciais.

Uma estrutura que reúne quase meia centena de profissionais, entre jornalistas, técnicos e pessoal administrativo, responsáveis por tornar pública todas as decisões tomadas pelo Poder Legislativo e a ação de 24 parlamentares.

Atualmente, a Assembleia Legislativa de Roraima tem uma das principais estruturas de comunicação organizacional do Poder Legislativo na região Norte.

O registro sobre essa trajetória, feito neste texto que compõe esta obra, tem algumas lacunas de exclusiva responsabilidade do autor. A riqueza de detalhes e as informações prestadas pelas entrevistadas e entrevistados não poderiam ser mais precisos. Se falhas existem, e com certeza as encontraremos, devem ser creditadas à falta de competência do autor para fazer melhor uso do material coletado.

## Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA. Rádio Assembleia 98.3 FM leva notícias e entretenimento para ouvintes da capital e interior. *G1*, 6 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/especial-publicitario/assembleia-legislativa-de-roraima/noticia/2021/05/06/radio-assembleia-983-fm-leva-noticias-e-entretenimento-para-ouvintes-da-capital-e-interior.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2021.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE RORAIMA. *Cria o Diário da Assembléia, órgão de divulgação da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima*. Resolução n.º 3-A/93, de 18 de janeiro de 1993, Boa Vista. Disponível em: <https://diarios.al.rr.leg.br/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

ASSEMBLÉIA Legislativa começa a funcionar. *Folha de Boa Vista*, Ano VII, n. 621, 19 jan. 1991, capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=892378&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 5 jan. 2021.

GONÇALVES JÚNIOR, Ledir Araujo. *Fórmula mágica para iniciar a redação*. Saramago, 2018. Disponível em: <https://saramago.com.br/formula-magica-para-iniciar-a-redacao/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MORAES, Alison. Release: saiba o que é e como estruturar. *Comunique-se*, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.comunique-se.com.br/blog/o-que-e-release-assessoria-de-imprensa/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PRÉDIO da Assembléia está quase pronto. *Folha de Boa Vista*, Roraima, 4 ago. 1990. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=892378&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 5 jan. 2021.

REDATOR MESTRE. *O que é freelancer e quais são os passos para iniciar sua carreira*. 23 mar. 2021. Disponível em: <https://www.agenciamestre.com/empreendedorismo/carreira-de-freelancer/>. Acesso em 17 jan. 2021.

SAMPAIO, Jéssica. Documentário mostra evolução da TV Assembleia em 4 anos. *SupCom ALE-RR*, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://al.rr.leg.br/2019/08/19/documentario-mostra-evolucao-da-tv-assembleia-em-4-anos/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

TORQUATO, Gaudêncio. *Comunicação empresarial: comunicação institucional*. São Paulo, Summus Editorial, 1985.

## Posfácio

### **Celebrando os 30 anos da Assembleia Legislativa de Roraima**

Três décadas se passaram desde aquele dia 1.º de janeiro de 1991, quando ocorreu a posse dos primeiros deputados que deram início à trajetória histórica da Assembleia Legislativa do Estado (ALE-RR). Naquele tempo, fui um eleitor, como tantos moradores do recém-criado estado de Roraima, que elegeu os representantes da considerada Casa do Povo. A inauguração de uma instituição com importante ação na política local, em uma época de grande crescimento populacional, estimulado pelos imigrantes que chegavam de vários lugares. Hoje, em 2021, como professor aposentado, faço minha reflexão neste pequeno texto acerca da celebração dos 30 anos da ALE-RR, de sua relevância parlamentar na elaboração de projetos socioculturais e econômicos, de leis e acompanhamento dos atos do Poder Executivo.

Ao ler as contribuições dos colegas autores, percebi que a presente obra conseguiu revelar distintos aspectos da trajetória histórica e política, que foram proporcionando a consolidação do papel institucional da Assembleia Legislativa de Roraima. Historicamente, temos conhecimento de que a Constituição Federal (1988) transformou o Território Federal de Roraima em estado federado, e o Parlamento estadual foi normatizado pela Constituição Estadual (1991), com uma narrativa de construção de uma sociedade roraimense mais justa e solidária. Nesta aspiração política local, os primeiros deputados elaboraram princípios que reconheceram os direitos dos povos indígenas e da sociedade nacional da Região Setentrional do Brasil.

Uma região de tríplice fronteira (Brasil, Guyana e Venezuela), onde povos indígenas e não indígenas se deslocam neste território transfronteiriço amazônico, em diálogo sociocultural e territorial Circum-Roraima, simbolizado pelo mito Makunaima. Uma região com habitantes do extremo norte brasileiro, que, na dinâmica sociocultural e geopolítica, revela situações tensas ou violentas e calorosos debates sobre legalidade e injustiça na relação entre a ALE-RR, a sociedade nacional e povos indígenas. Região que no passado colonial era parte do interior da ilha da Guiana, com extensão de terras entre os rios Branco e Rupununi, predominando povos do tronco linguístico Karíb e Arawak. Povos indígenas que ainda estão presentes entre nossa população do século XXI, buscando votos nos pleitos eleitorais e desejo de fazerem parte de nossa representação política roraimense.

Assim, no decorrer das três décadas, verificamos que o Parlamento esteve presente nos diferentes eventos políticos, que envolveram questões sociais e econômicas, na busca do desenvolvimento estadual. Entre as principais questões, as situações fundiárias e de desenvolvimento, capaz de suprir as necessidades da sociedade de hoje, sem comprometer a necessidade das gerações futuras, mostraram-se presentes desde o fim do século XX aos dias atuais no século XXI. Nesse sentido, os deputados estaduais, representando a Casa do Povo de Roraima, tiveram a incumbência ou responsabilidade de mostrar publicamente os temas de interesse do cidadão, o debate referente às reivindicações de interesse da sociedade local, sem deixar de lado a fiscalização política dos atos do Executivo. São recomendações presentes nos princípios constituintes e assumidas pelos parlamentares como ação de imprescindível importância na garantia da democratização do sistema político de Roraima.

Nessa perspectiva sociopolítica dos parlamentares, transcorreram três décadas da ALE-RR, com distintos deputados observando as necessidades e propostas da etnocultural sociedade, com fundamental papel na organização dos projetos e discussões das bases políticas e da bancada estadual, que, ao longo das variadas legislaturas, foram atuando e marcando muitos momentos da Casa Legislativa. Destaco que, em 2021, os deputados estaduais estão celebrando os 30 anos desta experiência e vivência, da representação do cidadão local, dos variados problemas envolvendo temas da terra e da sociedade que representam. Caminhada parlamentar com estabelecimento de ações políticas, que fizeram surgir nos eleitores sentimentos competentes, na melhor escolha dos representantes dos distintos setores socioculturais. Representantes e população eleitoral que aspiram a uma ação de forma mais transparente, ajustando demandas reivindicadas pelo cidadão e pela bancada, para solução dos problemas presentes na sociedade roraimense.

Para finalizar, evidencio que os eventos históricos e políticos, que marcaram os primeiros anos da ALE-RR, foram significativos para consolidar o papel da Casa do Povo. No entanto, como processo histórico dinâmico, estimulado pelos distintos momentos dos pleitos eleitorais, percebemos ainda antigas reivindicações dos eleitores que se misturam com os eventos da celebração dos 30 anos. São eventos históricos e reivindicações do cidadão de Roraima que devem ser avaliados para, no século XXI, nossos representantes da Casa do Povo possam pensar na elaboração de uma proposta com ações comprometidas não apenas com a agenda política local, mas com as reivindicações suscitadas ao longo dos 30 anos pela sociedade participativa da dinâmica política

em âmbito regional. Ou seja, parlamentares estaduais que tenham a compreensão de que o estado de Roraima está inserido em um contexto transfronteiriço, possuindo uma sociedade intercultural, com distintos povos e línguas, com problemáticas socioeconômicas e socioculturais comuns e distintas, proporcionadas pelo dinamismo fronteira nacional e internacional. Parabéns à ALE-RR e sucesso aos parlamentares que honram a Constituição Estadual e a Casa do Povo no século 21.

Reginaldo Gomes de Oliveira

## Sobre os autores

### **Antônia Celene Miguel**

Mestre em Ciências Sociais e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio da Amazônia.

E-mail: antoniemiguel@yahoo.com.br

### **Edileuson S. Almeida**

Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor Adjunto da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

E-mail: edileuson.almeida@ufrr.br

### **Édla Sonaira Salazar de Oliveira**

Graduada em História pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da UFRR.

E-mail: edla\_sonaira@hotmail.com

### **George Brendom Pereira dos Santos**

Graduado em História pela Universidade Federal de Roraima e mestrando no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

E-mail: george.brendom@ufrr.br

### **Maria das Graças Santos Dias**

Mestre em História das Américas pela Universidad Católica Andrés Bello, Caracas, Venezuela, Doutora em

História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Pós-Doutora em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra/PT. Professora Titular da UFRR.

E-mail: maria.dias@ufr.br

### **Nelvio Paulo Dutra Santos**

Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Associado da UFRR.

E-mail: nelviopaulo@gmail.com

### **Reginaldo Gomes de Oliveira**

Mestre em Música pelo Conservatório Brasileiro de Música (CBM) e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular da UFRR.

E-mail: reginaldo.gomes@ufr.br

### **Ricardo Borges Gama Neto**

Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Associado da UFPE.

E-mail: ricardobgneto@gmail.com

### **Roberto Ramos Santos**

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular da UFRR.

E-mail: roberto.ramos@ufr.br

## **DO PASSADO AO PRESENTE:**

### *voto e institucionalidade da Assembleia Legislativa de Roraima (1991-2021)*

O desempenho da Assembleia Legislativa de Roraima nesses seus 30 primeiros anos de existência tem de ser avaliado à luz das circunstâncias históricas que a cercam. Primeiro, à luz da tendência histórica do centralismo do poder político enfeixado pelo Estado Federal, cujo resultado mais visível é a redução muito grande da capacidade legislativa de deputados estaduais e de vereadores. Por outro lado, em se tratando de Roraima, essa limitação é mais acentuada pelo longo período de intervenção do Estado Federal desde os tempos de Território Federal, quando os prepostos governadores nomeados “consentiam” pouco espaço para o exercício do poder político local. Na verdade, faziam acordos com distribuição de alguns privilégios com a elite de comerciantes e funcionários públicos mais graduados.

**Getúlio Alberto de Souza Cruz**

Professor da Universidade Federal de Roraima

